



Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Escola Nacional de Botânica Tropical
Mestrado Profissional em
Biodiversidade em Unidades de Conservação

Trabalho de Conclusão

**Avaliação do Apoio à Pesquisa nas Unidades do Instituto
Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:
subsídios para a gestão estratégica**

Ivan Salzo

Rio de Janeiro
2014



Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Escola Nacional de Botânica Tropical
Mestrado Profissional em
Biodiversidade em Unidades de Conservação

Avaliação do Apoio à Pesquisa nas Unidades do Instituto
Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: subsídios
para a gestão estratégica

Ivan Salzo

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Biodiversidade em Unidades de Conservação.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Gonçalves Morato

Rio de Janeiro
2014

Avaliação do Apoio à Pesquisa nas Unidades do Instituto Chico
Mendes de Conservação da Biodiversidade: subsídios para a gestão
estratégica

Ivan Salzo

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Biodiversidade em Unidades de Conservação.

Aprovado por:

Prof. Dr. Ronaldo Gonçalves Morato (Orientador) _____

Prof (a). Dr (a) _____

Prof (a). Dr (a) _____

Em ___/___/ 2014

Rio de Janeiro
2014

Salzo, Ivan.

S159e Avaliação do Apoio à Pesquisa nas Unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: subsídios para a gestão estratégica / Ivan Salzo. – Rio de Janeiro, 2014.

IX, 62 f. : il. 28cm.

Trabalho de conclusão (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro / Escola Nacional de Botânica Tropical, 2014.

Orientador: Ronaldo Gonçalves Morato.

Bibliografia.

1. Gestão ambiental. 2. Projetos de pesquisa. 3. Avaliação. 4. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. I. Título. II. Escola Nacional de Botânica Tropical.

CDD 304.2

Agradecimentos

Sou extremamente grato ao apoio que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade me proporcionou nestes dois anos do Mestrado Profissional “Biodiversidade em Unidades de Conservação”, através de seu quadro de servidores e colaboradores, mas gostaria de destacar:

- Katia Torres Ribeiro me estimulou a participar do processo seletivo e concedeu-me autonomia total para o desenvolvimento do projeto;

- Ronaldo Gonçalves Morato aceitou minhas ideias iniciais e com elas contribuiu sem perder a paciência ou o interesse ao longo deste período, cobrando-me resultados sempre que necessário;

- Marília Marques Guimarães Marini e Marcelo Marcelino de Oliveira autorizaram de imediato a minha participação no Mestrado e contribuíram em determinados momentos;

- a equipe da Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento participou da minha palestra sobre o conteúdo deste estudo e com ele cooperou;

- a equipe do setor de capacitação da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas trabalhou arduamente para permitir os meus deslocamentos e minhas estadas no Rio de Janeiro;

- os colegas que executaram os projetos contribuíram, ainda que involuntariamente, com o fornecimento do material deste estudo.

Resumo

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possui entre as suas atribuições o fomento e a execução de programas de pesquisa. A instância responsável por essa função é a Coordenação de Apoio à Pesquisa (COAPE), que procura aproximar pesquisadores e gestores de unidades de conservação, aumentando a contribuição das pesquisas para o manejo. Desde 2010, tem sido lançadas Chamadas Internas de Projetos voltadas aos servidores do ICMBio com o objetivo de dar a eles condições de coordenarem projetos que contribuam para a tomada de decisões no manejo. Foi realizada uma avaliação de 103 projetos apoiados entre os anos de 2010 e 2012. A análise da efetividade do processo de apoio à pesquisa no ICMBio concentrou-se na capacidade de o conjunto de projetos apoiados firmarem parcerias, alcançarem objetivos e resultados, gerarem produtos e, acima de tudo, fornecerem recomendações de manejo. De forma geral, o alcance de objetivos, resultados, produtos e recomendações de manejo dos projetos apoiados tem crescido desde 2010, embora em 2011 tenha se percebido uma deterioração das observações favoráveis, em função de cortes orçamentários. Infelizmente, os dados financeiros não foram consistentes. Conclui-se que a presente avaliação propiciou ferramentas importantes para o aumento da efetividade do apoio à pesquisa no ICMBio.

Palavras-Chave: biodiversidade, projeto, pesquisa, efetividade, avaliação

Abstract

The Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) has among its tasks the promotion and implementation of research programs. The division responsible for this duty is the Coordination for Research Support (COAPE), which aims to bring together researchers and managers of protected areas, increasing the contribution of research to their management. Since 2010, Internal Calls for Projects, directed to ICMBio's servants, have been released to provide them with means to coordinate projects that could contribute to decision-making in management. An evaluation of 103 projects supported between the years 2010 and 2012 was carried out. The effectiveness analysis of the research-support process in ICMBio focused on the ability of supported projects to engage into partnerships, achieve objectives and outcomes, generate outputs and, above all, provide management recommendations. In general, the achievement of objectives, outcomes, outputs and recommendations for management of projects supported has grown since 2010, although in 2011 a rise in unfavorable observations has been noticed, due to budget constraints. Unfortunately, the financial data were not consistent. It is concluded that this evaluation has provided important tools to increase the effectiveness of support for research at the ICMBio .

Key Words: biodiversity, project, research, effectiveness, evaluation

Sumário

Lista de Tabelas	VIII
Lista de Figuras	IX
1. Introdução	1
<i>1.1 Aspectos relativos à Pesquisa na Legislação de Interesse ao ICMBio</i>	4
<i>1.2 Aspectos teóricos: Pesquisa e sua Aplicação no Manejo de Áreas Naturais</i>	4
<i>1.3 O planejamento da Coordenação de Apoio à Pesquisa do ICMBio</i>	13
2. Metodologia	14
<i>2.1 Aspectos relevantes sobre a Chamada de Projetos da DIBIO</i>	14
<i>2.2 Atividades realizadas neste Trabalho</i>	18
3. Resultados	22
<i>3.1 Recebimento, Avaliação e Priorização de Projetos</i>	22
<i>3.2 Análise dos Projetos Priorizados</i>	26
<i>3.3 Parcerias Observadas</i>	29
<i>3.4 Avaliação do Alcance dos Objetivos</i>	30
<i>3.5 Avaliação do Alcance dos Resultados</i>	33
<i>3.6 Produtos Gerados pelos Projetos</i>	35
<i>3.7 Fornecimento de Recomendações de Manejo</i>	37
<i>3.8 Análise Financeira</i>	40
4. Discussão	42
5. Conclusão	55
6. Referências	59

Lista de Tabelas

Tabela 1: grupos e categorias de unidades de conservação no Brasil	3
Tabela 2: percentual das autorizações concedidas pelo SISBIO em UCs das diferentes regiões do país	12
Tabela 3: agrupamento dos temas oferecidos pelas Chamadas	20
Tabela 4: dados sobre os projetos recebidos dos Centros de Pesquisa	22
Tabela 5: dados sobre os projetos recebidos das Unidades de Conservação	23
Tabela 6: recursos aprovados para realização dos projetos priorizados nos anos de 2010-2012	25
Tabela 7: distribuição dos projetos priorizados entre 2010 e 2012 pela Coordenação de Apoio à Pesquisa	26
Tabela 8: informações sobre relatórios entregues por projetos priorizados	28
Tabela 9: temas por projetos conduzidos e total de UCs como local de estudos ou participantes	28
Tabela 10: dados sobre as parcerias internas	29
Tabela 11: dados sobre as parcerias externas	30
Tabela 12: distribuição dos 397 objetivos de 103 projetos	31
Tabela 13: resumo de resultados da análise de seleção de modelos	32
Tabela 14: importância relativa das variáveis para os modelos selecionados	32
Tabela 15: distribuição dos 510 resultados esperados por três classes	33
Tabela 16: distribuição dos 471 produtos gerados ou não por 103 projetos	35
Tabela 17: evolução dos relatórios com recomendações de manejo	38
Tabela 18: informações financeiras	41

Lista de Figuras

Figura 1: organograma da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento	3
Figura 2: diagrama de caixa com a distribuição das autorizações de pesquisa pelas 313 UCs federais brasileiras	12
Figura 3: fluxo de entrada e processamento dos projetos apresentados em resposta à Chamada Interna de Projetos da DIBIO	15
Figura 4: etapas de seleção e acompanhamento de projetos na COAPE	16
Figura 5: números envolvidos na avaliação de 428 projetos	24
Figura 6: representação do que aconteceu com os projetos priorizados	27
Figura 7: evolução das médias de objetivos	31
Figura 8: evolução das médias de resultados	33
Figura 9: curva de objetivos por resultados alcançados	34
Figura 10: diagrama da diferença no alcance de objetivos entre projetos novos e continuidades	34
Figura 11: o diagrama apresenta a média de produtos gerados por projeto apoiado	36
Figura 12: o diagrama de barras com as taxas de geração e não geração, por classe e por total de produtos	37
Figura 13: comparação do percentual de projetos que apresentaram recomendações de manejo	39
Figura 14: número de projetos quanto ao fornecimento ou não de recomendações de manejo	39
Figura 15: evolução do valor médio aprovado por projeto em 2010- 2012	41
Figura 16: distribuição, por elemento de despesa, dos recursos utilizados por 139 projetos	42
Figura 17: segmento de matéria publicada sobre projetos apoiado pela COAPE	46

1. Introdução

Em 27 de abril de 2007 uma medida provisória convertida em lei no dia 28 de agosto do mesmo ano (BRASIL 2007) criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a partir de uma divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Grande parte da infraestrutura e das atribuições ligadas à conservação da biodiversidade foi transferida à nova autarquia (BRASIL 2007). O ICMBio possui atualmente uma estrutura composta por 313 Unidades de Conservação, 15 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, 38 Bases dos Centros de Pesquisa, 1 Centro de Formação, 11 Coordenações Regionais e 9 Unidades Avançadas de Administração e Finanças (Instituto Publix 2008; ICMBio 2009a; BRASIL 2013). Isso corresponde a um efetivo de apenas 3.263 servidores públicos, responsáveis pela conservação de uma área que corresponde a aproximadamente 10% do território nacional (Mello *et al.* 2012).

Este trabalho irá contribuir com a construção da cultura institucional e a gestão estratégica de uma unidade do ICMBio, ao analisar meticulosamente sucessos e fracassos de uma ação planejada com o intuito de potencializar a importância da pesquisa para o manejo das Unidades de Conservação. Como surgiu a instância responsável por essa iniciativa, a Coordenação de Apoio à Pesquisa?

A política de gestão estratégica do ICMBio começou a ser formulada em setembro de 2008, com a discussão do modelo institucional. Neste foram identificados 39 processos, sendo um de pesquisa e monitoramento. Posteriores discussões acomodaram esse esquema aos cargos disponíveis por diretoria, de tal sorte que o então processo de pesquisa e monitoramento passou a compor uma Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ), reunindo três Coordenações: 1) Apoio à Pesquisa, alvo deste trabalho; 2) Monitoramento da Biodiversidade; e 3) Autorização e Informação Científica em Biodiversidade (**Figura 1**), constituindo-se, juntamente com as demais Diretorias, Coordenações Gerais e Coordenações do ICMBio, o assim chamado nível tático da instituição (Instituto Publix 2008; 2009).

A Coordenação de Apoio à Pesquisa (COAPE) opera fortemente com os Centros de Pesquisa do ICMBio e as Unidades de Conservação federais. O ICMBio foi criado com 11 centros de pesquisa, transferidos do IBAMA. Em 2009, uma portaria regulamentou a atividade desses centros, passando a denominá-los Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (ICMBio 2009a). Recentemente, um decreto transferiu quatro

centros de recursos pesqueiros do IBAMA ao ICMBio, os quais se encontram em reestruturação para adaptar as atividades à conservação da biodiversidade (Brasil 2013) e em breve deverão ter seus nomes modificados. Os Centros possuem a finalidade de “produzir por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, bem como executar as ações de manejo para conservação e recuperação das espécies constantes das listas oficiais nacionais de espécies ameaçadas, para conservação do patrimônio espeleológico e para o uso dos recursos naturais nas Unidades de Conservação federais de Uso Sustentável” (ICMBio 2009a). Entre os 15 Centros, existem 13 voltados à pesquisa junto grupos taxonômicos, um voltado à pesquisa de cavernas e dois dedicados ao estudo de temas diversos nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga. São eles:

- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica – CEPAM;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga – CECAT;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais – CEPTA;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros – CPB;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas – TAMAR;
- Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE;
- Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – CEPNOR;
- Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL;
- Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos – CEPERG.

Já as unidades de conservação são espaços territoriais delimitados e protegidos, com objetivos de conservação. Dividem-se em dois grupos distintos: 1) proteção integral onde não se admite uso direto de recursos e a presença de moradores; 2)

uso sustentável onde se procura conciliar a presença de moradores com desenvolvimento e conservação (BRASIL 2000). Cada grupo possui distintas categorias de manejo (**Tabela 1**)

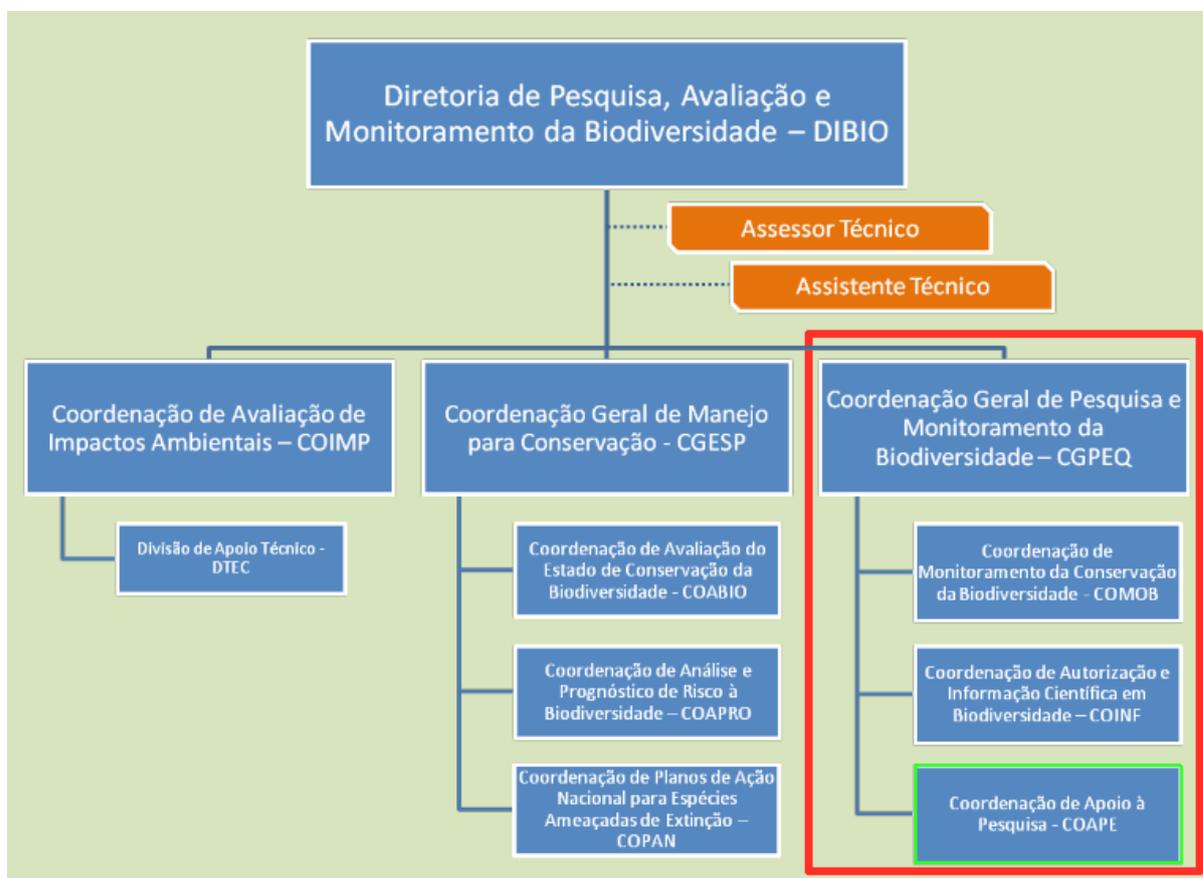


Figura 1: Estrutura da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO). A Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento abrange três Coordenações, sendo que a de Apoio à Pesquisa constitui o alvo deste trabalho

Tabela 1: Grupos e categorias de unidades de conservação no Brasil

Grupo	Categoria
Proteção integral	Estação ecológica
	Reserva biológica
	Parque nacional
	Monumento natural
	Refúgio de vida silvestre
Uso sustentável	Área de relevante interesse ecológico
	Reserva particular do patrimônio natural
	Área de proteção ambiental
	Floresta nacional

	Reserva de desenvolvimento sustentável
	Reserva de fauna
	Reserva extrativista

1.1 Aspectos Relativos à Pesquisa na Legislação de Interesse ao ICMBio

O ICMBio é a autarquia responsável por executar, em âmbito federal, a Política do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL 2000; BRASIL 2007), cujos objetivos abrangem a oferta de “meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental”. Como órgão executor desse sistema, o ICMBio deve articular-se “com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre as formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais” (BRASIL 2000).

Uma das finalidades do ICMBio é o fomento e a execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade (BRASIL 2007). A estrutura regimental do ICMBio prevê o desenvolvimento de várias ações, entre elas as de fomento e execução de pesquisas sobre conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação (UC) federais (BRASIL 2011). A principal instância de apoio às ações de pesquisa a cargo do ICMBio é a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO).

1.2 Aspectos teóricos: Pesquisa e sua Aplicação no Manejo de Áreas Naturais

Dentro da DIBIO, a Coordenação de Apoio à Pesquisa (COAPE) exerce papel fundamental junto às ações de pesquisa apoiadas pelo ICMBio, principalmente nas UCs, já que os Centros de Pesquisa acabam sendo pautados pela agenda de conservação de espécies, tal como a avaliação do estado de conservação e elaboração e implementação de planos de ação, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Manejo para Conservação. A COAPE considera que a conservação da biodiversidade requer aplicação cada vez mais arrojada da pesquisa e do conhecimento científico, já que a delimitação e proteção de áreas são insuficientes para proporcionar o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Shimizu 2007). Ameaças como as espécies exóticas invasoras, os incêndios, a poluição e a contaminação biológica prejudicam o

futuro da conservação da biodiversidade (Committee on Improving the Science and Technology Programs of the National Park Service 1992).

Sob essa atmosfera de incerteza, o estabelecimento de parcerias com pesquisadores tornou-se essencial para o sucesso das UCs. As pesquisas nas áreas de ciências biológicas e sociais proporcionam informações sobre as espécies, novas interpretações sobre o uso dos recursos pelas comunidades e verificação de diversas tendências. Por outro lado, os pesquisadores podem se beneficiar da aliança com os gestores quando estes fornecem apoio logístico e político, já que terão acesso a áreas de alto potencial científico e cultural. Além disso, os gestores podem contribuir com os pesquisadores à medida que formulam novas questões, apresentam novas perspectivas e auxiliam nas interpretações. As parcerias oferecem a ambos os lados a oportunidade de ampliar os horizontes da criatividade e flexibilidade, fortalecendo as UCs diante das mudanças (Harmon 1994).

Uma das grandes preocupações da COAPE nestes últimos quatro anos tem sido a aproximação entre pesquisadores e gestores de unidades de conservação, pois a pesquisa científica é capaz de responder questões para o manejo, apontando soluções. O manejo pode ser entendido como o conjunto de ações na gestão que integram uma estratégia voltada para a conservação da biodiversidade (Dallmeier 1998). A lei 9985 de 2000 define o manejo como todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (BRASIL 2000).

Embora a pesquisa científica não garanta a conservação da biodiversidade, ela facilita a identificação de problemas, aumenta a compreensão de causas e efeitos e aprimora a capacidade de prevenção, mitigação e manejo. Em linhas gerais, a pesquisa é importante na gestão da biodiversidade porque permite determinar prioridades de conservação, manejá-las e monitorá-las; aumenta a compreensão sobre a dinâmica das populações e dos ecossistemas, entre outros; e afere os impactos das ameaças, propondo alternativas (Committee on Improving the Science and Technology Programs of the National Park Service 1992).

A comunicação efetiva é um dos aspectos cruciais para o sucesso da associação entre pesquisa e manejo. No início dos anos 90, uma pesquisa de opinião sobre os conceitos mais importantes de manejo para o futuro, conduzida junto a 445 gestores de áreas protegidas estadunidenses, identificou “dinâmica e manejo dos ecossistemas”, “participação e relações públicas” e “educação e interpretação”, ou seja dois deles envolviam diretamente a comunicação (Harmon 1994). Castro (2004) argumenta que a

utilização do conhecimento científico por gestores de UC pode ser considerada uma transação entre produtores de conhecimento e tomadores de decisão e não se pode desconsiderar o fato de essa troca ser um processo cognitivo, sujeita a limitações envolvidas na comunicação.

Além da comunicação, Murcia & Kattan (2009) consideram que a incorporação do conhecimento gerado por pesquisas científicas na prática da gestão da biodiversidade deve observar outras condições. Em primeiro lugar, esse conhecimento necessita relacionar-se ao manejo e à conservação e sensibilizar os gestores. Em segundo lugar, deve haver incentivos ou exigência legal para que os gestores levem em consideração o conhecimento científico no manejo das UCs. Em terceiro lugar, os gestores requerem treinamento e tempo para ler textos científicos, deles extraírem as informações relevantes e incorporá-las no planejamento de ações, no âmbito de uma estrutura adaptativa que os permita avaliar opções e revisar e ajustar decisões previamente tomadas no manejo de UCs. Por fim, deve haver um canal de diálogo entre gestores e pesquisadores para assegurar a correta incorporação das informações científicas e a geração de conhecimento aplicável ao manejo. Esse conjunto de condições raramente é encontrado (Murcia & Kattan 2009).

Para Armstrong & MacArthy (2007), um dos maiores desafios em biologia da conservação é transpor a barreira entre a pesquisa e o manejo. Esse obstáculo, segundo eles, origina-se de duas formas de inferência distintas: 1) as utilizadas no manejo prático; e 2) aquelas adotadas nos trabalhos publicados. Os gestores tomam decisões baseados em dados esparsos, com frequência recorrendo à opinião intuitiva de outros gestores ou ao consenso alcançado em reuniões. Por outro lado, os pesquisadores destacam-se por produzir estudos para publicação e não pela capacidade de restaurar ecossistemas ou recuperar espécies (Armstrong & MacArthy 2007).

Pode-se apontar outras dificuldades de se alinharem os interesses envolvidos na condução de pesquisas científicas com aqueles voltados ao manejo da biodiversidade. Os gestores de UCs confrontam-se com problemas cujas respostas muitas vezes serão exclusivas dos locais onde atuam. As questões de manejo incidem sobre paisagens, culturas e características econômicas distintas de acordo com a UC considerada. Sob condições ideais, cada solução para os problemas de manejo deveria ser desenvolvida localmente. No entanto, as UCs não necessariamente dispõem de um programa de pesquisa satisfatório, que preveja ações cruciais para responder essas questões (Murcia & Kattan 2009). Mesmo que disponham, com frequência, as UCs apresentam deficiência na

capacidade técnica-operacional para desdobrar os ensinamentos das pesquisas na prática cotidiana, seja pelo reduzido número de funcionários ou pela especificidade do assunto pesquisado. Somado a isso, a equipe de funcionários das UCs comumente fica imersa em assuntos como os burocráticos (gestão e proteção, por exemplo) ou de infraestrutura, restando pouco tempo para se dedicar à leitura científica (Castro & Pisciotta 2012). Na pesquisa de Castro (2004), o gestor do Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira (estado de São Paulo) estimou dedicar 50% do seu tempo com assuntos de administração e manutenção, 30% com uso público (visitação) e 20% com regularização fundiária, proteção e pesquisa.

O descompasso entre os interesses de quem pesquisa e de quem maneja envolve ainda especificidades espaciais e temporais na visão de Murcia & Kattan (2009). Algumas vezes, questões atuais de manejo começaram a ser investigadas no passado, mas antes de serem elucidadas em profundidade foram preteridas por novas linhas de pesquisa. Apesar de certos problemas da biodiversidade nas UCs demandarem programas de investigação em longo prazo, o ciclo de projetos de pesquisa frequentemente é incompatível com as necessidades de conhecimento aplicado ao manejo. Assim, aspectos chave deixam de ser explorados. Murcia e Kattan (2009) exemplificam: a sucessão secundária e a dinâmica de clareiras nos trópicos não foram estudadas em suficiente detalhe, em diferentes ecossistemas e em distintas escalas temporais e espaciais a ponto de garantir aos gestores de UCs o uso de um ferramental adequado para abordar a restauração de habitats ou os efeitos do corte seletivo. Essas e outras questões de ordem prática permanecem sem resposta (Murcia & Kattan 2009).

Os interesses divergem ainda mais quando se analisam as discrepâncias entre a oferta do conhecimento científico e as expectativas dos gestores de UCs. Uma parcela significativa das pesquisas é incapaz de ultrapassar a dimensão descritiva e abordar ameaças, tendências ou relações de causa e efeito que possam alimentar as estratégias de manejo (Castro 2004). Ao analisar 118 projetos desenvolvidos no Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira (PETAR), em São Paulo, Castro (2004) verificou que somente 21 deles citavam a possibilidade de aplicação dos resultados de sua pesquisa ao manejo da Unidade. Raras são as pesquisas cujas conclusões possam ser consideradas propositivas, que forneçam recomendações capazes de influenciar programas de manejo ou até mesmo subsidiar políticas públicas (Castro 2004; Meijaard & Sheil 2007). No estado do Amazonas, os gestores de UCs estimaram que menos de 10% dos resultados obtidos nas pesquisas são agregáveis ao manejo (Mourão 2010).

Com frequência, a relação do pesquisador com a UC se encerra na fase da pesquisa de campo. Falta comprometimento em divulgar os resultados das pesquisas para públicos alvos que não sejam a comunidade acadêmica. O formato final das pesquisas constitui-se geralmente de teses e artigos cuja redação não é voltada ao público geral (Castro 2004; Mourão 2010). Com poucos gestores por UC, imersos em assuntos burocráticos, raramente há a iniciativa de debruçar-se sobre os produtos das pesquisas e daí tirar lições para o manejo (Castro 2004).

Mesmo gestores de parques bem estruturados, com baixas restrições de pessoal, não parecem gastar muito tempo na leitura de artigos em periódicos especializados. Eles de certa forma valorizam a qualidade da comunicação no processo de uso do conhecimento científico em UCs. Para Lewis (2007), então gestora do Parque Nacional de Yellowstone (Estados Unidos), as informações científicas são importante subsídio ao manejo da unidade – desde que bem comunicadas. Segundo ela, a tomada de decisão no parque leva em conta variáveis políticas, econômicas e sociais, de tal sorte que nunca o manejo está baseado somente nos resultados de pesquisas científicas. No balanço de interesses que conduz a uma tomada de decisão em manejo, o conhecimento científico faz diferença quando é capaz de sensibilizar o gestor e, para tanto, o poder de síntese é essencial (Lewis 2007).

A falta de alinhamento das prioridades da academia com aquelas dos gestores de UCs propicia condições para a adoção de práticas de manejo empíricas, sem mecanismos racionais de monitoramento e avaliação. Pullin *et al.* (2004), em análise de 38 planos de manejo de áreas protegidas na Grã Bretanha, verificaram que 58% das ações de manejo propostas eram continuação de ações pré-existentes e 26% delas eram modificações de ações que vinham sendo anteriormente conduzidas. Somente 27% dos planos analisados possuíam ações de manejo fundamentadas na literatura científica. Em 45% deles, reconhecia-se a necessidade da condução de ações para superar lacunas de conhecimento, mas em apenas 13% verificou-se uma descrição adequada de como fazer isso. Embora 53% dos planos previssem a monitoria dos resultados das ações, a correlação da monitoria com a efetividade do manejo só estava clara em 16% deles. Os autores recomendaram que a Biologia da Conservação adotasse o conceito de prática baseada em evidência de outra “disciplina de crise”, a Medicina, visando a promover a tomada de decisão baseada nas melhores informações, o que pressuporia uma ênfase nos trabalhos dedicados às revisões da literatura. Na definição de Soulé (1985), a biologia da

conservação é uma disciplina de crise, que mistura ciência e arte, informação e intuição: decisões são tomadas sem conhecer toda a realidade.

Ocorre que muitos gestores extrapolam ao dosar essa mistura. Segundo Sutherland *et al.* (2004), o problema de se misturar a arte com ciência é promover a aplicação acrítica das tradições e a valorização das experiências sem anteparo científico – algo geralmente acompanhado por falta de ênfase na coleta de informações sobre as consequências das práticas atuais de manejo. Os resultados de manejo ficam armazenados na memória individual de cada gestor, desvalorizando-se a institucionalização do debate sobre os insucessos e a disseminação dos sucessos (Sutherland *et al.* 2004).

Ainda que se busque reduzir a subjetividade nas práticas de manejo, o gestor não encontrará um ambiente favorável na busca por informações geradas sob o método científico. Fazey *et al.* (2005), ao analisarem 547 trabalhos publicados em três periódicos especializados em biologia da conservação, constataram que 37% deles possuíam alta relevância para o manejo. No entanto, o longo tempo de espera para a publicação dos estudos, o baixo número de revisões de literatura e a falta de clareza da aplicabilidade prática dos estudos mais relevantes foram apontados como as obstáculos importantes no uso da informação gerada (Fazey *et al.* 2005).

Scarano (2007), ao explorar os horizontes dessa problemática no Brasil, adiciona-lhe ainda maior complexidade. O conhecimento científico em ecologia e conservação da biodiversidade seria gerado, segundo ele, a partir de teorias desenvolvidas no exterior, que não são testadas em nossos biomas, adquirindo uma aura de dogma. Por outro lado, muitos dos trabalhos científicos brasileiros nesses dois campos consistiriam basicamente em estudos de caso e descrições de história natural. Se o Brasil deseja alcançar a excelência, tais trabalhos deverão ser considerados alicerces para o desenvolvimento de novas teorias e ideias. No que diz respeito ao descompasso entre o conhecimento científico e a tomada de decisão, Scarano (2007) aponta duas hipóteses: o conhecimento científico sobre a biodiversidade ainda não chegou ao ponto de subsidiar a solução de problemas e/ou a comunicação dos achados científicos para os tomadores de decisão e o público em geral é deficiente.

Embora Scarano (2007) se referisse mais à tomada de decisão dentro dos núcleos estratégicos de poder, Shanley & López (2009) levantaram informações que corroboram a sua segunda hipótese e lançam luz sobre os problemas na relação entre pesquisa e manejo nas UCs. Em entrevistas conduzidas junto a 268 pesquisadores de 29 países, 34% dos entrevistados consideravam como público alvo de seus trabalhos outros

cientistas, a maior frequência de resposta observada. Isso é pouco menos que a soma das outras três classes de público alvo com maior número de respostas – grupos marginalizados, comunidades locais e tomadores de decisão constituíam, cada um, o público alvo de aproximadamente 12% dos entrevistados. Segundo 43% dos participantes, as publicações científicas seriam o indicador mais importante na avaliação de seu desempenho. No entanto, somente 15% deles acreditam que periódicos baseados na avaliação por pares seriam meios efetivos de promoção da conservação e do desenvolvimento.

Os achados de Shanley & López (2009) remetem a uma dicotomia política, que distingue a pesquisa puramente acadêmica daquela aplicada. Segundo Castro (2004), embora o desenvolvimento científico atual tenha eliminado as fronteiras entre as pesquisas básicas e aplicadas, a cultura dos pesquisadores nem sempre acompanha essa transformação. Harmon (1994) reconhece que a divisão entre ambas é obscura, mas não vê problemas na condução de uma ou outra forma nas áreas naturais protegidas. Sem dúvidas, diante da escassez de recursos investidos nas UC, os gestores devem priorizar o apoio ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, mas as acadêmicas podem até vir a proporcionar ensinamentos importantes. Muitas pesquisas aplicadas só são possíveis porque foram antecedidas por pesquisas acadêmicas (Harmon 1994).

Porém, na fase de projeto, tanto as propostas acadêmicas, como as aplicadas costumam argumentar que o aumento do conhecimento levará à melhoria das condições de conservação das espécies alvo dos estudos, o que acaba corroendo os recursos escassos destinados a esse fim quando, uma vez conduzidas, as pesquisas demonstram-se incapazes de registrar uma contribuição conservacionista. Os resultados podem ser frustrantes para quem busca informações científicas aplicadas ao manejo, conforme demonstram Meijaard e Sheil (2007). Eles realizaram um levantamento de publicações e relatórios sobre vertebrados na ilha de Bornéu, na busca de informações que auxiliassem um projeto de integração entre a conservação de espécies e a produção madeireira sustentável. Do total de 284 trabalhos encontrados, 77% correspondiam a estudos descritivos, sem aplicabilidade no manejo. Entre os estudos integrados, como por exemplo, os que abordavam relações de causa e efeito dos fenômenos analisados, apenas quatro elaboraram recomendações de manejo com base nos próprios achados. Em uma região com seis espécies criticamente ameaçadas e 14 ameaçadas pelos critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), apenas uma estava contemplada nos estudos levantados. Na crítica de Meijaard e Sheil (2007), muitos pesquisadores preferem observar os problemas

objetivamente do que propor soluções, que estariam corrompidas pela subjetividade – um aspecto pouco valorizado na cultura científica.

Se por um lado a muralha erigida pela cultura científica dificulta a incorporação dos resultados das pesquisas no manejo de UCs, por outro, os pesquisadores sensíveis às suas necessidades nem sempre encontrarão nelas um ambiente amigoso e acolhedor para o desenvolvimento de seus trabalhos. A atratividade das unidades de conservação aos pesquisadores é relativamente baixa. Alguns gestores podem ver com ressalvas a possibilidade de realização de pesquisas em UCs, acreditando que é melhor deixar os ecossistemas sem perturbações (Parsons 2004).

A disponibilização de infraestrutura é outra fragilidade. UCs mais estruturadas e de fácil acesso costumam receber mais pesquisas (Castro 2004; Castro & Cronemberger 2007). Nas UCs do estado do Amazonas, verifica-se que 70% das pesquisas realizadas entre 1983 e 2009 se deram na Área de Relevante Interesse Ecológico Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais, que dispõe de ampla infraestrutura de apoio e localiza-se próxima a Manaus. No mesmo período, 13 UCs amazonenses não receberam nenhuma pesquisa sequer (Mourão 2010). Na região da Serra do Cipó, Madeira *et al.* (2008), levantaram os estudos biológicos realizados nos anos de 1831 a 2005. Entre os registros de espécies passíveis de georreferenciamento, 75% deles se situavam nas imediações de estradas. O interior do Parque Nacional da Serra do Cipó apresentava 17% dos registros, a maior parte deles próximos às estruturas de apoio (Madeira *et al.* 2008).

Madeira *et al.* (2008) apontam ainda a desigualdade espacial, temática e temporal nas pesquisas de uma região relativamente pequena, frente à extensão territorial do Brasil. Lima (2003), em avaliação da efetividade de manejo de 39 UCs de proteção integral em Minas Gerais (federais e estaduais), verificou que 23 delas (59%) jamais haviam abrigado pesquisas.

O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), gerido pela Coordenação de Autorização e Informação Científica da DIBIO, tem permitido monitorar a concessão de autorizações com finalidades científicas nas UCs federais desde março de 2007, quando foi criado. A existência de autorização não se associa necessariamente ao desenvolvimento de atividades de campo em determinada UC, pois os pesquisadores podem modificar o planejamento inicial.

No entanto, os dados do SISBIO são indicadores da intenção de pesquisar nas UCs federais. Até setembro de 2013, o SISBIO havia emitido 14.314 autorizações de pesquisa em UCs. Quase metade destas (155) tiveram no máximo 30 autorizações de

pesquisas concedidas até setembro de 2013, o que no total soma 2.505 autorizações e sugere como é desigual o interesse de pesquisa nas diferentes UCs (**Figura 2**). Visto de outro ângulo, 25% das UCs reúnem quase 60% das autorizações emitidas pelo SISBIO.

Se analisarmos o número de autorizações por região do país, a desigualdade permanece. Pouco mais da metade das autorizações foram concedidas para UCs do Sudeste e Nordeste, que representam cerca de 30% da superfície territorial brasileira (**Tabela 2**).

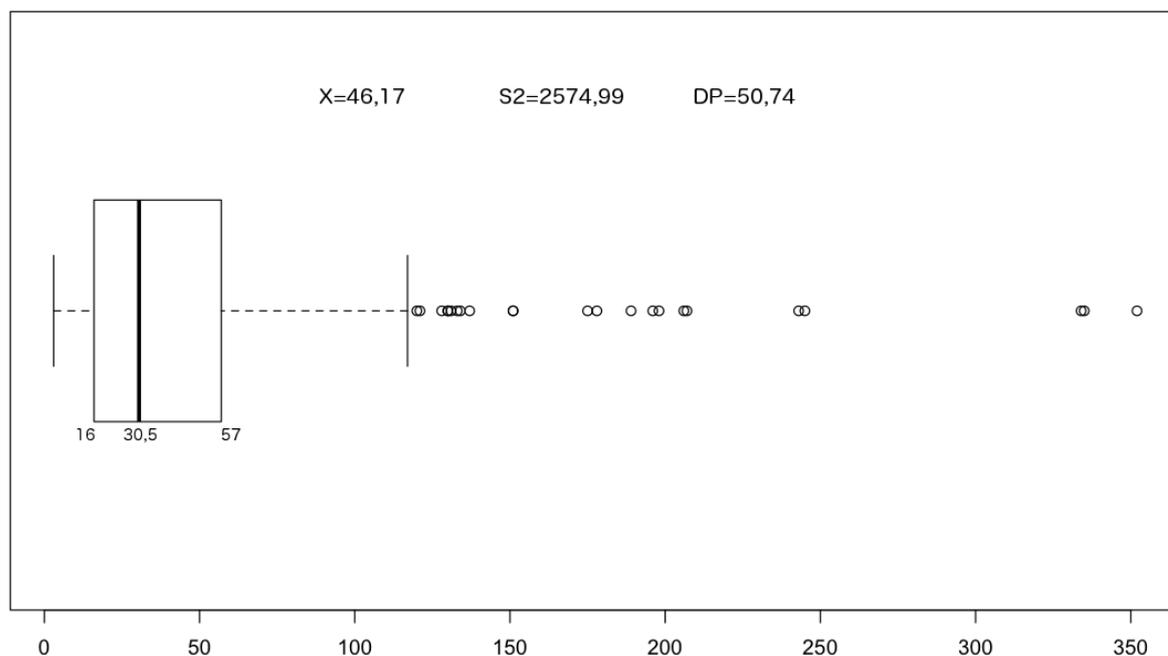


Figura 2: Diagrama de caixa com a distribuição das autorizações de pesquisa pelas 313 UCs federais brasileiras. Praticamente metade das UCs tiveram, em seis anos, até 30 autorizações de pesquisa expedidas. A média de autorizações por UC é de 46,17, a variância 2574,99 e o desvio padrão é 50,74. Pelo diagrama, observa-se que 50% das UCs apresentam entre 16 e 57 pesquisas autorizadas desde a criação do SISBIO. A faixa de 3 a 16 autorizações abrange 25% das UCs de menor interesse ao pesquisador e a de 57 a 352 autorizações refere-se aos 25% das UCs com maior atratividade às pesquisas.

Tabela 2: percentual das autorizações concedidas pelo SISBIO em UCs das diferentes regiões do país, apresentando o percentual de cobertura do território de cada uma delas

Região	Percentual de Autorizações (%)	Percentual do Território (%)
SUDESTE	32,61	10,60
NORDESTE	20,86	18,20
NORTE	19,21	45,54
SUL	15,88	6,80
CENTRO-OESTE	11,43	18,86
Total	100,00	100,00

O conteúdo acima pode ser tomado como ensinamentos relevantes na formação da cultura institucional do ICMBio. Desde 2009, a Coordenação de Apoio à Pesquisa tem fundamentado muitas de suas ações na aproximação entre os gestores e a comunidade acadêmica para a construção de parcerias em projetos de pesquisa que municiem o manejo com base científica, além de procurar contribuir para a redução da desigualdade no esforço de pesquisa.

O objetivo do trabalho relatado a seguir é contribuir para o aprendizado institucional através do aperfeiçoamento, do aumento da capacidade de prestação de contas e da melhoria da tomada de decisão no âmbito do processo institucional de Apoio à Pesquisa e das UCs e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação que conduzem pesquisas, de modo a favorecer manejo e gestão com maior base científica.

O objetivo acima desdobra-se: 1) na compilação de informações das pesquisas apoiadas sob as temáticas financeira e científica; 2) na identificação de problemas e limitações da pesquisa apoiada na instituição; 3) na avaliação do apoio à pesquisa; 4) na proposta de um plano de avaliação para os projetos conduzidos, potencializando a gestão estratégica do apoio à pesquisa.

1.3 O planejamento da Coordenação de Apoio à Pesquisa do ICMBio

Paralelamente à formulação dos modelos de estrutura e de gestão organizacional do ICMBio, as coordenações da DIBIO desencadearam, entre 2008 e 2009, iniciativas de planejamento, entre elas a de Apoio à Pesquisa, através de oficina conduzida em março de 2009.

Os participantes definiram cinco objetivos da Coordenação de Apoio à Pesquisa:

- Promover a capacitação técnico-científica dos servidores para a melhoria da qualidade da pesquisa
- Gerar conhecimento efetivo para a conservação da biodiversidade
- Estimular o desenvolvimento de pesquisa científica pelos servidores do ICMBIO
- Promover cooperação institucional
- Promover a gestão da informação e divulgação do conhecimento

O desdobramento desses objetivos no trabalho da coordenação de apoio à pesquisa a partir de 2009 originou um sistema de planejamento tático fortemente baseado na seleção e apoio a projetos propostos por servidores de UCs e Centros de Pesquisa.

2. Metodologia

2.1 Aspectos relevantes sobre a Chamada de Projetos da DIBIO

A DIBIO planeja a aplicação de seus recursos em UCs e Centros após seleção de projetos apresentados em resposta a um edital que, para não deixar dúvidas quanto ao público alvo (servidores do ICMBio), é denominado de “Chamada Interna de Projetos da DIBIO”. Na estrutura conceitual básica desse sistema de planejamento, a Coordenação Geral de Manejo para a Conservação (CGESP) se responsabiliza por projetos no tema de *ampliação do conhecimento sobre espécies ameaçadas ou com falta de dados* (“dd”, do inglês “data deficient”). À Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento (CGPEQ), dentro da qual se encontra a COAPE, caberiam projetos no tema de *ampliação do conhecimento para o manejo de UCs* e *ampliação do conhecimento sobre espeleologia*¹.

A DIBIO recebe, avalia, seleciona e, dentre os selecionados, apoia financeiramente dois tipos de projetos: 1) “*pactuados*”, ou seja, encomendados diretamente pela DIBIO junto aos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação; 2) “*demandados espontaneamente*” – apresentados em resposta a temas oferecidos na Chamada Interna pela DIBIO.

Os projetos *pactuados*, demandados pela DIBIO, consistem na avaliação do estado de conservação das espécies, elaboração de planos de ação para espécies ameaçadas, modelagens, análises de viabilidade populacional, mapeamentos e as iniciativas de implementação dos programas de monitoramento das UCs nos biomas. Os projetos *pactuados* poderiam até ser chamados de planos operativos anuais.

Os projetos “*demandados espontaneamente*” concernem predominantemente propostas de pesquisa nos temas *ampliação do conhecimento sobre espécies ameaçadas* e “dd” (desde que não *pactuados* com a Diretoria) e *ampliação do conhecimento para o manejo de UCs* (demanda necessariamente espontânea). Tais projetos são avaliados pela COAPE. Quando relacionados às espécies ameaçadas (em geral, projetos de implementação de ações de pesquisa dos Planos de Ação), os resultados da

¹ A atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas escapa à lógica de espécies ameaçadas e ao recorte territorial de Unidades de Conservação.

avaliação são transmitidos à CGESP. Esta seleciona quais irá apoiar dentre os aprovados. Os projetos selecionados na área de manejo de UCs (pesquisa e monitoramento) são acompanhados pela COAPE e constituem o foco desta dissertação. Independentemente do tipo ou dos temas, a COAPE é quem recebe e, quando necessário, distribui os projetos apresentados em resposta à Chamada (**Figura 3**). Todo o trabalho de comunicação entre os proponentes e a DIBIO é feito principalmente por e-mail.

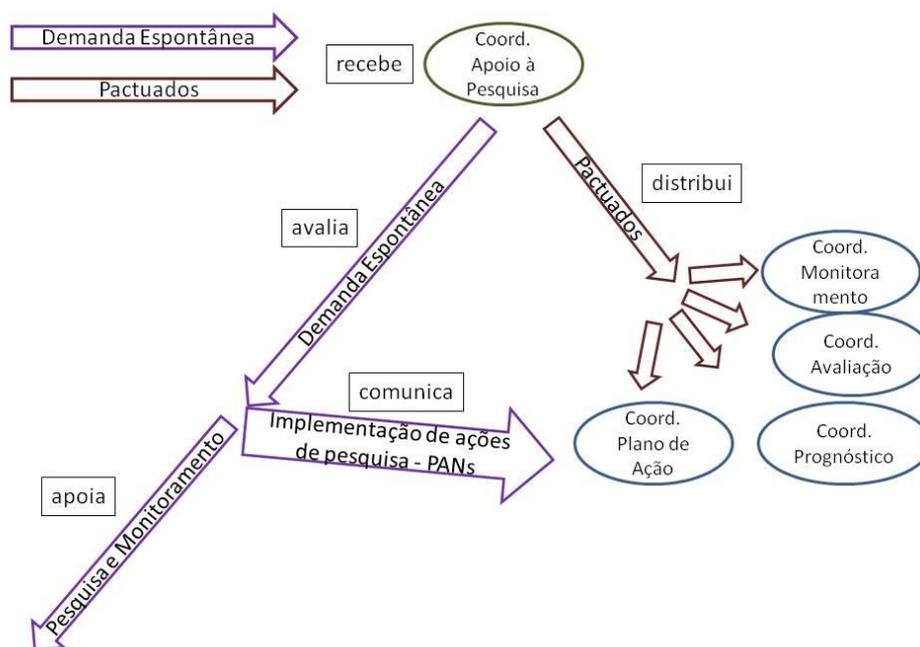


Figura 3: Fluxo de entrada e processamento dos projetos apresentados em resposta à Chamada Interna de Projetos da DIBIO. A COAPE recebe os projetos, distribuindo aqueles que não irá avaliar para as Coordenações responsáveis, que se responsabilizarão pela seleção e comunicação com os interessados. A COAPE avalia projetos de pesquisa e monitoramento voltados ao manejo de UCs, selecionando aqueles que irá apoiar e, no caso dos projetos de Implementação de Ações de Pesquisa dos Planos de Ação, transmite os resultados da avaliação à Coordenação de Planos de Ação, que é quem seleciona, dentre os aprovados, quais irá apoiar nesta temática.

As Chamadas Internas de Projetos da DIBIO possuem como público alvo servidores das 313 UCs e dos 15 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. Até o momento, foram lançadas quatro Chamadas Internas, voltadas para a seleção de projetos com condução nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. As chamadas dos três anos analisados neste estudo encontram-se disponibilizadas nos anexos 1, 2 e 3 e a parte textual do formulário de apresentação de projetos usado em 2012 encontra-se no anexo 4. Esta dissertação analisa os resultados dos três primeiros anos, pois o ciclo de 2013 ainda não havia sido concluído.

Os temas ofertados na modalidade de demanda espontânea procuram direcionar os projetos para responderem questões de manejo das Unidades de Conservação (**Tabela 3**). Embora a coordenação dos projetos deva estar sob a responsabilidade de um servidor da casa, espera-se que eles sejam desenvolvidos em parceria com instituições locais (ONGs, universidades, órgãos estaduais etc).

O ciclo de apoio aos projetos promovido pela COAPE é anual e pode ser dividido em 7 etapas (**Figura 4**). A primeira se constitui no planejamento da Chamada, com a definição de temas, regras e prazos pelas diferentes coordenações envolvidas. Pronta a chamada, ela é publicada na intranet e amplamente divulgada. As três etapas seguintes se constituem no processo de seleção dos projetos apresentados em resposta à Chamada Interna. A seleção é primeiramente realizada pela Comissão de Avaliação Técnico-Científica, composta por servidores de diferentes unidades do ICMBio com experiência em manejo. A etapa denominada “*habilitação*” é eliminatória. Duplas de avaliadores revisam os projetos a eles atribuídos, verificando se de fato são pertinentes aos temas e apresentando sugestões de melhoria aos proponentes, segundo um formulário padrão (exemplo no anexo 5). Projetos cujo tema não seja pertinente ou que deixem de apresentar informações obrigatórias no formulário são eliminados.

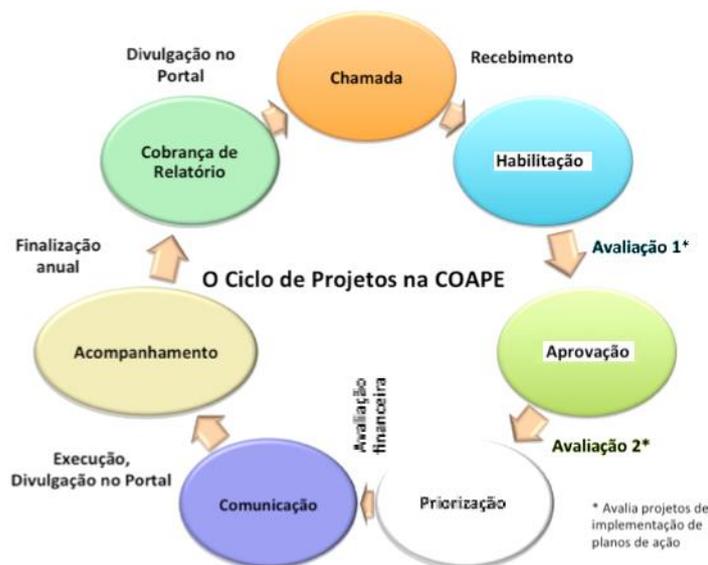


Figura 4: etapas de seleção e acompanhamento de projetos na COAPE

Dentre os projetos habilitados, os autores podem revisá-los adequando-os às sugestões dos avaliadores e enviá-los para a etapa classificatória de seleção, quando a Comissão de Avaliação, reunida em plenária, avalia definitivamente a qualidade técnica e científica dos projetos, com a atribuição de notas. Na plenária, cada dupla de avaliadores

apresenta os projetos por eles avaliados na etapa anterior aos demais membros da Comissão, e todos os presentes atribuem notas a diversos quesitos (exemplo de cédula no anexo 6), para cada projeto apresentado. Projetos abaixo da nota de corte (60% da nota máxima) não são **aprovados**. Comunicam-se à CGESP os resultados obtidos pelos projetos sobre espécies ameaçadas, terminando aí a responsabilidade da COAPE com as propostas nesse tema.

Na Chamada de 2010, não houve avaliação técnica e científica em dois passos (habilitação e aprovação), algo implementado a partir da Chamada do ano seguinte. Em 2010, a Comissão foi dividida em duplas, às quais foram distribuídos os projetos. As notas dadas aos projetos foram definidas pelas duplas que os avaliaram e não por uma plenária. Foi justamente a experiência de 2010, quando se constatou que a diferença entre as médias atribuídas por duplas de avaliadores distintas era estatisticamente significativa, que levou a COAPE a rever a metodologia de avaliação de projetos, contando com o auxílio de uma servidora do CNPq que já havia trabalhado no ICMBio. Além da “diluição” da subjetividade por uma plenária (e não por uma dupla), a fase de habilitação possuía o objetivo de melhorar a qualidade dos projetos, à medida que os avaliadores assinalavam as fraquezas dos projetos.

A quarta etapa do ciclo de projetos é a priorização. Os custos são analisados e sempre que possível, itens considerados excessivos não são aprovados. Nesta etapa se define a quantidade de projetos a serem apoiados em determinado ano. Somam-se os custos dos projetos, classificados em ordem decrescente de nota obtida, até que o valor total do somatório corresponda à quantidade de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual. Assim, são priorizados aqueles projetos que se acomodam no orçamento da COAPE. A etapa de priorização não chega a ser eliminatória. Sempre que outras fontes de recursos são encontradas ou quando ocorre alguma desistência, é dada a chance ao projeto mais bem classificado, que não pode ser apoiado, e assim sucessivamente.

A quinta etapa consiste na comunicação dos resultados e fornecimento de instruções de acesso aos recursos para os proponentes e na divulgação dos projetos a serem apoiados no portal do ICMBio. Ao longo do ano, ocorre a sexta etapa, quando os projetos são acompanhados e, quando necessário, lançados informes de uso dos recursos e outras comunicações de interesse. No fim do ano, encerrando o ciclo, é enviado o formulário de apresentação do relatório de atividades. Em geral, concede-se em torno de dois meses de prazo. No formulário, há um campo reservado à divulgação do projeto, cujo texto é

publicado no portal do ICMBio, atualizando-se as informações. O anexo 7 inclui exemplo do formulário exigido para a preparação do relatório de execução anual.

Houve tentativas de mobilizar servidores para avaliação à distância dos relatórios submetidos e retorno aos autores dos projetos. No entanto, os resultados dessas tentativas foram apenas parcialmente bem sucedidos, principalmente em 2010. Nos anos seguintes, tivemos dificuldades de mobilizar servidores que pudessem nos auxiliar, de tal sorte que a maioria dos relatórios de 2011 e 2012 ficaram sem avaliação.

Os projetos selecionados no âmbito da Chamada Interna tem sido apoiados principalmente com recursos orçamentários. Em 2010 e 2011, sob a vigência do plano plurianual 2008-2011 a fonte de financiamento veio da atividade “Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade” do programa “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos”. Em 2012, a ação passou a denominar-se “Fomento e Execução de Pesquisa Direcionada à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação” e o programa, “Biodiversidade” (BRASIL 2010, BRASIL 2011, BRASIL 2012). Desde 2011, alguns projetos tem sido apoiados através do Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) código BRA008-023 – denominado “Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental”.

2.2 Atividades realizadas neste Trabalho

Este trabalho compila, apresenta, analisa e discute diversos dados relacionados ao apoio e à condução de projetos por unidades do ICMBio entre os anos de 2010 e 2012. Os dados referentes ao recebimento de projetos, habilitação, aprovação, priorização, acompanhamento e cobrança de relatórios (**Figura 4**) encontravam-se dispersos em diferentes arquivos. O primeiro passo metodológico foi o de organizar um único arquivo com todos esses dados reunidos em um sistema de planilhas que viabilizassem as análises. Foram registrados todos os projetos avaliados pela COAPE nos três anos considerados. No caso de projetos de implementação de ações de pesquisa dos planos de ação, apenas computaram-se dados acerca do recebimento, habilitação e aprovação.

É importante esclarecer que, desde 2010, o ICMBio aceitou projetos apresentados pelos centros de recursos pesqueiros que até recentemente pertenciam à estrutura do IBAMA, pois essas unidades encontravam-se em uma situação de indefinição quanto à transferência ao ICMBio.

Com relação aos projetos apresentados nos demais temas, tabularam-se também os dados sobre sua priorização ou não (em outras palavras: quais, dentre os projetos aprovados puderam ser apoiados ou não). Dentre os priorizados, contabilizou-se a entrega dos relatórios de execução anual, dividindo-os em conduzidos, não conduzidos, não conduzidos satisfatoriamente e pendentes de análise. No primeiro caso, tratava-se de projetos com entrega de relatórios dentro dos quais estavam satisfatoriamente preenchidos os campos solicitados e era válido afirmar que as atividades permitiram o alcance de um ou mais objetivos propostos, mesmo que parcialmente. Os projetos priorizados foram considerados não conduzidos quando não houve apresentação de relatórios ou quando estes não permitiram evidenciar o desenvolvimento de atividades. Quando estas tivessem sido desenvolvidas, mas os relatórios não permitiam considerar que pelo menos um objetivo tivesse sido atendido, ainda que parcialmente, os projetos foram considerados não conduzidos satisfatoriamente. Por fim, se o relatório não pode ser analisado, embora os registros acusassem sua existência, consideraram-se os projetos como pendentes de análise.

Na ausência de registro de relatório, foi verificado se havia sido fornecida alguma justificativa para o projeto não ter sido conduzido. Os recursos financeiros utilizados ou não pelos projetos priorizados foram detalhados por elementos de despesa (diárias, passagens, material de consumo, pessoas física/jurídica e tributos). Ainda que projetos sem relatórios tivessem utilizado parte dos recursos, eles foram considerados não conduzidos, dada a impossibilidade de se aferir as atividades desenvolvidas.

Foram lidos todos os textos dos projetos priorizados que entregaram relatórios que constassem do banco de dados da COAPE. Os relatórios foram igualmente lidos. A leitura dos projetos permitiu enumerar os objetivos, resultados e produtos esperados. Já a análise dos relatórios permitiu constatar se esses elementos haviam sido alcançados após a condução do projeto. Além disso, nos relatórios foi possível conferir o fornecimento dos seguintes dados: número de parcerias intrainstitucionais e interinstitucionais construídas; e fornecimento de recomendações de manejo.

O número total de parcerias (intra ou interinstitucionais) foi obtido através da soma do número de parcerias firmada pelos projetos, individualmente. Já o número de outras unidades do ICMBio ou de instituições parceiras foi obtido após os seguintes procedimentos: padronização da nomenclatura no caso das parcerias internas e atribuição do nome da entidade superior no caso das parcerias com outras instituições. Por exemplo, “EMBRAPA Gado de Corte” e “EMBRAPA CENARGEN” foram computados simplesmente como “EMBRAPA”.

O produtos foram divididos em 13 classes. Apenas produtos tangíveis foram considerados, utilizando-se a definição de que eles seriam os bens e serviços gerados pelos projetos. Foram excluídos da análise todos os registros de produtos informados que não se caracterizassem como bens ou serviços. Por outro lado, foram incluídos nos cálculos eventuais produtos alcançados, mas não previstos.

Os projetos foram considerados bem sucedidos quando tivessem sido conduzidos e os respectivos relatórios apresentassem recomendações de manejo. Como o ciclo de trabalho é anual, nem todos os projetos são concluídos no intervalo de menos de 12 meses. Por isso, nos formulários de apresentação de projetos deve-se assinalar se a proposta é nova ou continuação de uma anterior. Já nos formulários de apresentação de relatórios, exige-se o preenchimento de um campo indicativo de o projeto ter sido concluído. No caso de resposta negativa, os autores revelam a intenção de propor a continuidade do projeto no ano seguinte. Essas informações foram devidamente computadas para serem relacionadas com o sucesso do projeto em fornecer recomendações de manejo.

De maneira a simplificar algumas análises e melhorar a comparação, agrupamos em apenas seis os 24 temas oferecidos ao longo desses três anos, conforme especificado na **Tabela 3**.

Tabela 3: Os temas oferecidos foram agrupados em seis classes para as análises deste trabalho. Na coluna “temas agrupados” encontram-se os temas originais (anos de oferecimento entre parênteses), que integram as classes da coluna “tema utilizado nas análises”

Tema Utilizado nas Análises	Temas Agrupados
1) Inventários e/ou Estudos sobre a biodiversidade	1) Inventário da biodiversidade (2010) 2) Ações de conservação e pesquisa de espécies ameaçadas ou migratórias sem PAN (2011) 3) Estudos para valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais em Unidades de Conservação (2011) 4) Inventários da biodiversidade claramente relacionados às etapas de elaboração, aos produtos e às demandas dos Planos de Manejo, com prioridade para Unidades de Conservação (ou áreas dentro destas) que sejam pouco estudadas (2011) 5) Subsídios ao manejo de Unidades de Conservação e seu entorno a partir da ampliação do conhecimento sobre as espécies ameaçadas ou com insuficiência de dados (2011, 2012)
2) Manejo frente às Alterações de origem	6) Interferências antrópicas (2010) 7) Recuperação de área degradada (2010) 8) Estudos sobre recuperação de áreas degradadas nas Unidades de Conservação (2011)

Tema Utilizado nas Análises	Temas Agrupados
antrópica em UCs	9) Avaliação da influência antrópica sobre a biodiversidade de Unidades de Conservação e seu entorno (incêndios, caça, desmatamento, pesca, contaminação etc) e sua interação com ações de manejo (2011, 2012) 10) Controle de espécies invasoras nas Unidades de Conservação e seu entorno (2011, 2012)
3) Estudos Socioambientais	11) Uso sustentável dos recursos (2010) 12) Práticas de manejo de recursos naturais com vistas ao uso sustentável em Unidades de Conservação e seu entorno (2011) 13) Estudos sobre conhecimento ecológico local/etnoconhecimento nas Unidades de Conservação (2011, 2012) 14) Diagnóstico e Avaliação dos modos de organização e controle social na gestão de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (2012) 15) Práticas de manejo de recursos naturais e organização da produção comunitária com vistas ao uso sustentável em Unidades de Conservação e seu entorno (2012)
4) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico	16) Projetos Espeleológicos (2011) 17) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico (2012)
5) Realização de Eventos Científicos	18) Realização de Eventos Científicos (2011, 2012)
6) Estudos sobre Monitoramento	19) Teste de métodos de monitoramento visando à avaliação da efetividade das Unidades de Conservação (2011) 20) Teste de métodos de monitoramento visando avaliação da efetividade de ações de conservação e manejo de espécies ameaçadas de extinção (2011) 19) Avaliação da efetividade das UCs para a conservação da biodiversidade, incluindo o uso dos seus recursos (2012) 21) Avaliação de impactos decorrentes da concessão florestal sobre a biodiversidade (2012) 22) Avaliação de impactos decorrentes de mudanças climáticas sobre a biodiversidade (2012) 23) Sistematização de dados do monitoramento (2012)

Foram utilizadas informações obtidas nos relatórios disponíveis para verificar se, estatisticamente, haveria algum modelo que explicasse o alcance dos objetivos – quais fatores poderiam explicá-lo. Verificou-se o número de objetivos propostos em cada projeto para então observar no relatório o número de objetivos alcançados e, assim, calcular a proporção destes em relação àqueles. Sendo assim, o número de objetivos alcançados e proporção de objetivos alcançados foram definidos como variáveis dependentes. Para verificar quais fatores poderiam influenciar o alcance dos objetivos propostos foram selecionadas as seguinte variáveis independentes: número de objetivos

(Obj), número de parcerias estabelecidas (Parc), recurso financeiro total aprovado (Aprov), recurso financeiro liberado para o projeto (Prop aprov) e pontuação obtida no processo de seleção de propostas (Notas).

As análises foram realizadas por meio de regressão logística utilizando o pacote MuMIn do software R 2.15.3 (R Development Core Team, 2013). Para seleção de modelos foram utilizados o Critério de Informação de Akaike ajustado para amostras pequenas (AICc) para cada modelo, a diferença entre o AICc e o modelo nulo ($\Delta AICc$) e o peso de Akaike (ω). Segundo os autores, a diferença do AICc é a que permite escolher o melhor modelo dentre o conjunto de modelos ajustados. Quando essa diferença se encontra entre 0-2, existe suficiente suporte para apontar que os modelos são iguais, uma diferença entre 4-7 indica menor suporte, enquanto uma diferença >10 pode indicar que os modelos são diferentes. Desta forma, foram escolhidos os modelos com $\Delta AICc$ entre 0-2 (Medina Sotomayor 2013). Finalmente, foi observada a importância relativa de cada variável nos modelos selecionados.

3. Resultados

3.1 *Recebimento, Avaliação e Priorização de Projetos*

Entre 2010 e 2012, a COAPE recebeu 539 projetos. Destes, 111 referiam-se a projetos pactuados com a Diretoria e foram distribuídos para outras coordenações (vide fluxo da **Figura 3**). Portanto, a COAPE conduziu a avaliação de 428 projetos, sendo 228 de 14 Centros de Pesquisa (média de 16,29 por Centro, vide **Tabela 4**), 199 de 89 UCs (média de 2,24 por UC, conforme **Tabela 5**) e um de Coordenação Regional, não tabulado abaixo.

Tabela 4: entre os Centros de Pesquisa, discriminam-se quantos deles enviaram projetos e em qual quantidade. Desta, apresenta-se o número de projetos aprovados, projetos de implementação de ações de Planos de Ação Nacionais (PAN) e os priorizados para apoio

Total de Centros	Nº de Centros que apresentaram Projetos (%)	Nº de Projetos Apresentados	Nº de Projetos Aprovados	Nº de Projetos Aprovados que se referiam a Implementação de PAN	Nº de Projetos Priorizados (% sobre o total de projetos aprovados)
15	14 (93,33%)	228	176	78	65 (66,36%)

Os Centros de Pesquisa apresentaram entre três e 35 projetos avaliados pela COAPE, no período considerado neste estudo, desconsiderando o CEPERG, que não apresentou nenhum projeto. Constatam-se ainda que 88 (28,11%) das 313 UCs federais mobilizaram-se para redigir e apresentar projetos de pesquisa. Isso corresponde a cerca de 1/3 das UCs de proteção integral e a 1/5 daquelas de uso sustentável. Os Parques e as

Florestas Nacionais encaminharam mais da metade dos projetos de UCs. Apenas duas categorias destas não apresentaram nenhum projeto: monumento natural (do grupo de proteção integral) e reserva de desenvolvimento sustentável (do grupo de uso sustentável). Trata-se de categorias com poucas UCs (**Tabela 5**). Houve ainda um projeto apresentado por Coordenação Regional, mas cujas atividades se dariam em UC.

Tabela 5: Detalhamento do número total de unidades de conservação e do número das que enviaram projetos em resposta às Chamadas Internas de Projetos da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade, tanto por grupo (PI = proteção integral ou US = uso sustentável), quanto por categoria (ESEC = Estação Ecológica; MONA = Monumento Natural; PARNA = Parque Nacional; REBIO = Reserva Biológica; REVIS = Refúgio de Vida Silvestre; APA = Área de Proteção Ambiental; ARIE = Área de Relevante Interesse Ecológico; FLONA = Floresta Nacional; RDS = Reserva de Desenvolvimento Sustentável; RESEX = Reserva Extrativista). A cada uma dessas classificações exibem-se os totais de projetos apresentados, aprovados e priorizados (selecionados para receber apoio financeiro) ao longo de três anos

Grupo	Categoria	Nº de UCs na Categoria	Nº de UCs que apresentaram Projetos (% do total de UCs na categoria)	Nº de Projetos Apresentados	Nº de Projetos Aprovados (% do total apresentado)	Nº de Projetos Aprovados que se referiam a Implementação de PAN	Nº de Projetos Priorizados (% do total aprovado de pesquisa e monitoramento)
PI	ESEC	31	11 (35,48%)	16	14 (87,5%)	0	9 (64,29%)
	MONA	3	0	0	0	0	0
	PARNA	69	30 (43,48%)	74	65 (87,84%)	9	44 (78,57%)
	REBIO	30	9 (30,00%)	24	18 (75,00%)	3	10 (66,67%)
	REVIS	7	1 (14,29%)	2	2 (100,00%)	0	2 (100%)
Subtotal PI		140	51 (36,42%)	116	99 (85,34%)	12	65 (74,71%)
US	APA	32	9 (28,13%)	15	10 (66,67%)	2	2 (25,00%)
	ARIE	16	1 (6,25%)	1	1 (100,00%)	0	0
	FLONA	65	15 (23,08%)	43	36 (83,72%)	1	26 (74,29%)
	RDS	1	0	0	0	0	0
	RESEX	59	12 (20,34%)	24	16 (66,67%)	1	9 (60%)
Subtotal US		173	37 (21,39%)	83	63 (75,90%)	4	37 (62,71%)
TOTAL		313	88 (28,11%)	199	162 (81,41%)	16	102 (69,86%)

No processo de avaliação, 14 dos 428 projetos não foram habilitados, pois não se enquadravam nos temas oferecidos ou deixaram de fornecer informações exigidas no formulário de submissão. Além disso, houve sete desistências, isto é, os proponentes solicitaram que os projetos fossem retirados do processo seletivo. Em 14 ocasiões, a Comissão de Avaliação exigiu que dois projetos da mesma unidade fossem reunidos em somente um. Observaram-se 54 projetos que não atingiram pontuação igual ou superior a 60% da máxima e foram eliminados. Assim, dos 428 projetos recebidos, foram aprovados 339 ou 79% do total (**Figura 5**).

Entre os 339 projetos aprovados, 176 deles (51,92%) foram apresentados por Centros de Pesquisa. Os Centros tiveram 77,19% de aprovação dos 228 projetos por

eles submetidos. Dos 176 aprovados, 78 referiam-se à implementação de ações de pesquisa de PANs. Dos 98 projetos de pesquisa e monitoramento aprovados, apresentados pelos Centros, a COAPE priorizou 65 para apoio (**Tabela 4**).

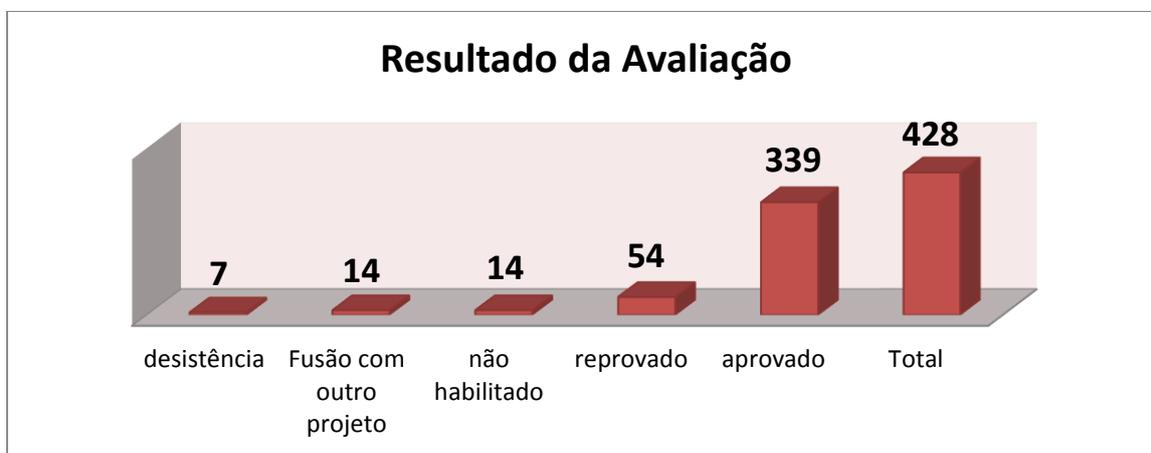


Figura 5: o diagrama resume os números envolvidos na avaliação de 428 projetos pela Coordenação de Apoio à Pesquisa entre 2010 e 2012. Dentre 428 projetos, foram aprovados 339. Os demais foram reprovados, não habilitados (não se enquadravam nos temas ou deixaram de fornecer informações essenciais), fundidos ou excluídos do processo seletivo, a pedido dos proponentes

As UCs elaboraram 162 dos 339 projetos aprovados (47,79%), sendo 99 do grupo de proteção integral e 63 de uso sustentável (**Tabela 5**). No caso delas, que tiveram 199 projetos avaliados, a taxa de aprovação foi de 81,41%. Houve 16 projetos de implementação de ações de PAN entre os aprovados. A COAPE selecionou 102 dos projetos de UCs para apoio financeiro.

O único projeto apresentado por Coordenação Regional foi aprovado, mas não foi apoiado. Assim, a COAPE priorizou um total de 167 projetos (65 de Centros e 102 de UCs).

Os 167 projetos priorizados tiveram cerca de 4,8 milhões de reais aprovados para sua condução. A aprovação de recursos foi ligeiramente maior para os Centros, que responderam por 52,18% do total aprovado (**Tabela 6**). O recurso aprovado cresceu 29,00% e 10,12%, respectivamente, em 2011 e 2012, totalizando 43% de crescimento.

Em média, nesses três anos, aprovaram-se R\$29.127,91 por projeto priorizado. Em 2010, ano da primeira Chamada de Projetos, o valor médio aprovado foi de R\$31.137,52. No ano seguinte, o valor médio baixou para 27.748,62, uma redução de 10,88%. Em 2012, houve um crescimento de 4,96% e o valor médio aprovado subiu para R\$29.123,74, ainda assim inferior ao observado em 2010.

Tabela 6: Recursos aprovados (R\$) para realização dos projetos priorizados nos anos de 2010, 2011 e 2012

Ano	2010	2011	2012	Total
Categoria	R\$	R\$	R\$	R\$
APA	23.328,00	-	-	23.328,00
ESEC	63.418,10	64.306,00	120.634,10	248.358,20
FLONA	154.750,00	169.823,07	302.331,85	626.904,92
PARNA	165.925,70	342.049,92	369.348,48	877.324,10
REBIO	65.367,00	24.927,74	33.940,84	124.235,58
RESEX	66.452,02	124.644,53	211.695,70	402.792,25
REVIS	-	16.530,00	6.828,00	23.358,00
Subtotal UC	539.240,82	742.281,26	1.044.778,97	2.326.301,05
Centros de Pesquisa	768.535,05	950.384,66	819.140,32	2.538.060,03
Total	1.307.775,87	1.692.665,92	1.863.919,29	4.864.361,08

Inventários e/ou estudos sobre a biodiversidade foi a classe de tema mais frequente, correspondendo a 44,31% do total de projetos priorizados e a 45,11% dos recursos aprovados. Em seguida, com menos da metade de projetos do que o tema anterior, observa-se o manejo frente às alterações de origem antrópica em UCs, com frequência equivalente a 21,56% (20,73% dos recursos aprovados). Os estudos socioambientais são a terceira classe mais frequente (11,98% dos projetos priorizados e 14,48% dos recursos), acompanhados de perto pelos estudos sobre monitoramento (10,78% e 12,98%). A realização de eventos científicos correspondeu a 7,78% dos projetos (2,21% dos recursos) e a pesquisa e manejo do patrimônio espeleológico, com 3,59% dos projetos (4,59% dos recursos) foi a classe menos frequente (**Tabela 7**).

Em 2010, cada projeto aprovado solicitou em média, R\$ 91.541,14. Em 2011, o valor médio solicitado pelos projetos aprovados caiu para 59.189,67, uma redução de 35,34%. Em 2012, os projetos passaram a solicitar uma média de R\$41.263,28, menos da metade do que era solicitado em 2010.

Tabela 7: Distribuição dos projetos priorizados entre 2010 e 2012 pela Coordenação de Apoio à Pesquisa, por temas, com os valores aprovados

Tema	Total	% do total de projetos priorizados	Valor aprovado (R\$)	% do Valor Aprovado
Estudos sobre Monitoramento	18	10,78%	626.823,83	12,89%
Estudos Socioambientais	20	11,98%	704.243,23	14,48%
Inventários e/ou Estudos sobre a biodiversidade	74	44,31%	2.194.418,22	45,11%
Manejo frente às Alterações de origem antrópica em Ucs	36	21,56%	1.008.230,37	20,73%
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico	6	3,59%	223.288,05	4,59%
Realização de Eventos Científicos	13	7,78%	107.357,38	2,21%
Total	167	100,00%	4.864.361,08	100,00%

3.2 *Análise dos Projetos Priorizados*

Dos 167 projetos priorizados, ou seja, que tiveram declarado o apoio para a sua condução, verificaram-se 113 (67,66%) em que se registrou a entrega de relatório. Foram analisados 109 relatórios (65,26%), permanecendo quatro deles pendentes de análise, pois não foram encontrados nos arquivos da coordenação. Entre os 109 relatórios analisados, verificou-se que seis deles não permitiam constatar o alcance de pelo menos um objetivo proposto, ainda que parcialmente. Entre os seis, houve cinco casos de uso do relatório para uma descrição detalhada dos insucessos e a declaração do intuito de apresentar uma proposta de continuação do projeto no ano subsequente. Em um único caso, o relato das atividades desenvolvidas não permitiu constatar o alcance dos objetivos originalmente propostos pela equipe executora. Assim, de acordo com a metodologia utilizada, dentre os projetos com entrega de relatório registrada, observaram-se 103 deles conduzidos, quatro pendentes de análise, cinco não conduzidos e um não conduzido satisfatoriamente (**Figura 6**).

Em 54 projetos prioritizados, não foi observada a entrega do relatório de atividades anual. Houve justificativas para a não realização de 16 desses projetos, sendo que 15 não acessaram recursos, ao passo que um os utilizou. A maior parte das justificativas atribuía a não condução do projeto a falhas de comunicação da COAPE com os coordenadores de projeto. Entre os 38 projetos para os quais não se apresentaram justificativas do insucesso (ou da falta de prestação de contas), houve uso de recursos por 22 deles; 16 não os utilizaram (**Figura 6**).

Pode-se afirmar que 59 projetos não foram conduzidos: 54 sem registro de relatório e cinco que optaram por preencher o relatório como forma de justificativa para a não condução. Houve um projeto não conduzido satisfatoriamente, pois as atividades não propiciaram o alcance dos objetivos propostos.

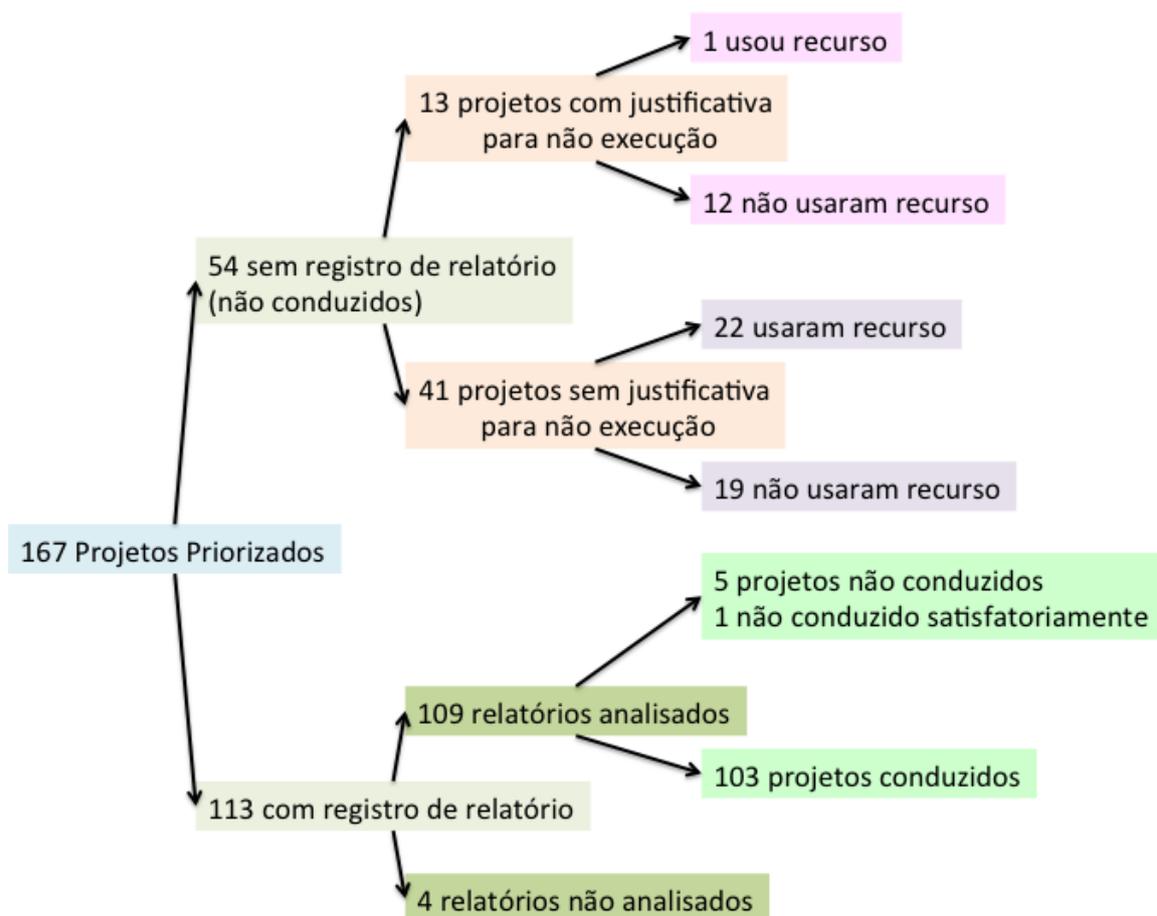


Figura 6: o diagrama resume os números de situações observadas para os 167 projetos prioritizados.

O total de projetos prioritizados cresceu de 42, em 2010, para 61, em 2011, e 64, em 2012, assim como o número de relatórios analisados (29, 38 e 42, respectivamente,

ao longo dos três anos). Entretanto, a proporção mais satisfatória de relatórios analisados em relação ao total de projetos priorizados foi observada em 2010 (69,05%), caindo em 2011 para 62,30% e recuperando-se a 65,53% em 2012. Já a proporção de justificativas sobre o total de projetos sem relatórios analisados (7,69%, 34,78% e 18,18%, respectivamente, ao longo dos três anos) apresentou substancial melhora de desempenho em 2011, caindo em 2012, porém a nível mais alto do que em 2010 (**Tabela 8**).

Tabela 8: total de projetos priorizados, número de relatórios entregues, percentual em relação ao total de projetos priorizados, número de justificativas para a não condução do projeto e percentual em relação ao total de projetos priorizados, ano a ano, pela Coordenação de Apoio à Pesquisa

Ano	Total de Projetos Priorizados	Nº de Relatórios analisados	% de relatórios analisados em relação ao total priorizado	Nº de Justificativas para não condução	% de justificativas do total de projetos sem relatório analisado
2010	42	29	69,05%	1	7,69%
2011	61	38	62,30%	8	34,78%
2012	64	42	65,63%	4	18,18%
Total	167	109	65,27%	13	22,41%

Todas as classes de temas foram observadas nos 103 projetos conduzidos, que desenvolveram atividades em 67 UCs. Dos eventos, participaram 53 unidades, entre centros e UCs (**Tabela 9**).

Tabela 9: classes de temas, total de projetos conduzido e número de UCs como locais de estudo ou, no caso de projetos de eventos, unidades participantes

Tema	Total de Projetos conduzidos	Total de UCs como local de estudo /unidades participantes*
Estudos sobre Monitoramento	9	67
Estudos Socioambientais	12	
Inventários e/ou Estudos sobre a biodiversidade	52	
Manejo frente às Alterações de origem antrópica em UCs	20	
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico	2	0
Realização de Eventos Científicos	8	53
Total geral	103	-

* No caso de eventos, consideraram-se as unidades participantes

3.3 *Parcerias Observadas*

Entre os 103 projetos classificados como “conduzidos”, observaram-se 44 de Centros e os 59 restantes de UCs. Observaram-se parcerias internas em 66 projetos que em conjunto propiciaram a formação de 165 parcerias intrainstitucionais com 96 unidades (média de 1,60 parcerias por projeto – **Tabela 10**). Observou-se desde nenhuma (em 37 projetos) até 23 parcerias internas por projeto. Todas as quatro possibilidades de parceria foram observadas (Centro-UC, Centro-Centro, UC-UC, UC-Centro).

O número médio de parcerias intrainstitucionais estabelecidas por projeto cresceu de 1,21, em 2010, para 1,84 em 2011, recuando para 1,65 em 2012 (**Tabela 10**). As unidades parceiras contribuíram com os projetos através de formas de apoio como o planejamento da logística, participação nos trabalhos de campo e até mesmo análise de dados.

Tabela 10: total de projetos com parcerias internas, total de projetos priorizados e evolução do número de parcerias firmadas com outras unidades do ICMBio para a condução dos projetos entre os anos de 2010 e 2012, com o número médio de parcerias internas por projeto

Ano	Total de Projetos com parcerias internas	Total de Projetos	Nº de Parcerias Internas	Média por projeto
2010	20	28	34	1,21
2011	25	38	70	1,84
2012	21	37	61	1,65
Total	66	103	165	1,60

Em 35 dos 66 projetos com parcerias internas, observaram-se 44 UCs parceiras como locais de estudo. Desses 35 projetos, 30 foram apresentados por centros de pesquisa. Houve cinco projetos de UCs que tinham outras UCs como local de estudo, mas todas eram vizinhas. Em apenas cinco situações, envolvendo centros, as UCs parceiras eram locais de estudo do projeto, mas não se registrou nenhuma forma de apoio ao mesmo.

Dos 44 projetos conduzidos por centros de pesquisa, 38 foram responsáveis por 118 das parcerias internas formadas (média de 2,68 parcerias por projeto de centro). Dos 59 projetos de UCs, verificaram-se 28 projetos com 47 parcerias internas (média de 0,80 parcerias por projetos de UCs).

Em 89 dos projetos, observaram-se 262 parcerias estabelecidas com 137 instituições externas (média de 2,54 parcerias por projeto – **Tabela 11**). As principais formas de colaboração foram a participação em atividades de campo, análise de dados e

disponibilização de infraestrutura e equipamentos. As parcerias com outras instituições tem aumentado desde 2010, passando de 2,18, em média, em 2010, para 3,11 dois anos depois.

Entre os 44 projetos apresentados por centros de pesquisa, 38 recorreram a 130 parcerias com instituições externas (média de 2,95 parcerias externas por projeto). Já as UCs apresentaram 51 projetos que firmaram 132 parcerias externas, dentre os 59 priorizados (média de 2,24).

Tabela 11: total de projetos que apresentaram parcerias com outras instituições, total de projetos e evolução do número de parcerias firmadas com outras instituições entre 2010 e 2012, com o número médio de parcerias interinstitucionais por projeto

Ano	Total de Projetos com parcerias externas	Total de Projetos	Nº de Parcerias externas	Média por projeto
2010	22	28	61	2,18
2011	33	38	86	2,26
2012	34	37	115	3,11
Total	89	103	262	2,54

As parcerias interinstitucionais foram firmadas principalmente com universidades, institutos ou empresas de pesquisa públicos, ONGs, órgãos federais, universidades particulares e órgãos estaduais. A enumeração das unidades do ICMBio e das instituições parceiras encontram-se nos anexos 8 e 9.

3.4 Avaliação do Alcance dos Objetivos

Além das parcerias, avaliou-se o desempenho dos projetos no alcance dos objetivos propostos. Os 103 projetos propunham 397 objetivos dos quais 164 (41,31%) foram alcançados, 73 (18,39%) foram parcialmente alcançados e 160 (40,30%) não alcançados. Nesses três anos, o número de objetivos alcançados cresceu. Já o número de objetivos parcialmente alcançados reduziu de 27 para 20 em 2011 e subiu para 26 em 2012. Os objetivos não alcançados foram 36 em 2010, tiveram um pico em 2011, chegando a 88, e voltaram para o patamar anterior em 2012 (**Tabela 12**). Se considerarmos a média de objetivos por projeto, a evolução segue o mesmo padrão que os valores absolutos (**Figura 7**).

Tabela 12: distribuição dos 397 objetivos de 103 projetos, conduzidos entre 2010 e 2012, por três classes: não alcançados, parcialmente alcançados e alcançados. Discriminam-se os totais por ano e por classe (neste caso se encontram apresentados os percentuais)

Ano	Total de Projetos	O objetivo foi alcançado?			Total
		Não	Parcialmente	Sim	
2010	28	36	27	38	101
2011	38	88	20	58	166
2012	37	36	26	68	130
Total	103	160	73	164	397
	%	40,30%	18,39%	41,31%	100,00%

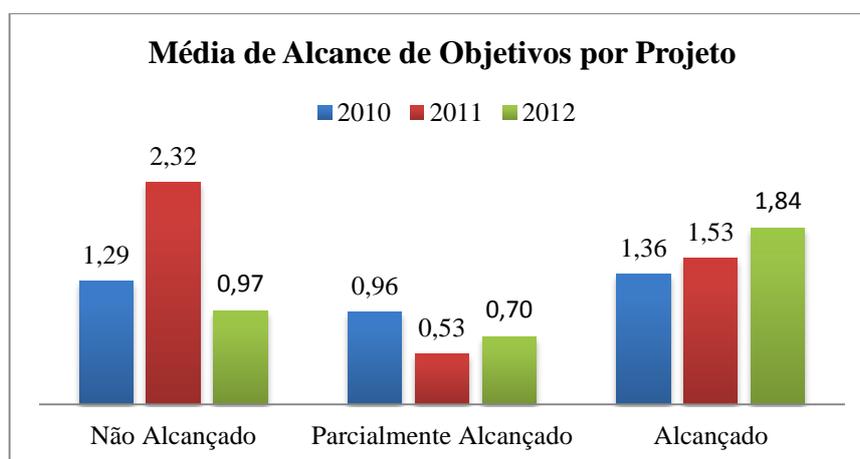


Figura 7: evolução das médias de objetivos não alcançados, parcialmente alcançados e alcançados, por projeto, ao longo de três anos. Em 2010, cada projeto teve, em média, 1,36 objetivos alcançados, valor que subiu para 1,84 em 2012, um incremento de cerca de 35%

Em uma análise de regressão logística na qual foi conduzida uma inferência de seleção de modelos, observou-se a existência de quatro modelos capazes de descrever significativamente a proporção de objetivos alcançados ($\Delta AICc > 2$).

No mais parcimonioso deles (**Tabela 13**), haveria uma relação das notas obtidas na avaliação (Notas), do número de parcerias estabelecidas (Parc) e da proporção de recursos utilizados em relação aos aprovados (Prop aprov) com os objetivos alcançados.

Quando se adicionam os objetivos previstos (Obj) ao modelo acima, ocorre uma perda de significância (**Tabela 13**).

Se, do modelo mais parcimonioso, retira-se a variável notas obtidas na avaliação (Notas), ainda assim as parcerias e a capacidade de utilização de recursos são variáveis importantes para o alcance de objetivos.

Por fim, quando se incorpora ao modelo mais parcimonioso o total de recursos aprovados (Aprov) ele continua a possuir significância, a menor dentre as observadas nos quatro modelos (**Tabela 13**).

Ressalte-se que a importância relativa das variáveis reforça a robustez do primeiro modelo (**Tabela 14**), à medida que a utilização de recursos, as parcerias e as notas obtidos pelos projetos apresentaram os maiores valores de ω .

Tabela 13: resumo de resultados da análise de seleção de modelos (em negrito, modelos selecionados usando como referência valores de $\Delta AICc$)

Descrição do modelo	K	LL	AICc	$\Delta AICc$	ω
Notas+Parc+Prop aprov	4	-162.0	332.3	0	0.21
Notas+Obj+Parc+Prop aprov	5	-161.0	333.3	0.97	0.13
Parc+Prop aprov	3	-163.8	333.8	1.52	0.10
Aprov+Notas+Parc+Prop aprov	5	-161.7	333.9	1.60	0.09
Aprov+Notas+Obj+Parc+Prop aprov	6	-161.2	335.0	2.64	0.06
Notas+Prop aprov	3	-164.4	335.0	2.70	0.05
Notas+Obj+Prop aprov	4	-163.4	335.1	2.80	0.05
Aprov+Parc+Prop aprov	4	-163.5	335.2	2.97	0.05
Prop aprov	2	-165.6	335.3	3.06	0.04
Obj+Parc+Prop aprov	4	-163.5	335.4	3.10	0.04
Obj+Prop aprov	3	-165.0	336.3	4.00	0.03
Aprov+Notas+Prop aprov	4	-164.1	336.6	4.31	0.02
Aprov+Notas+Obj+Prop aprov	5	-163.2	336.8	4.50	0.02
Aprov+Prop aprov	3	-165.3	336.9	4.60	0.02
Aprov+Obj+Parc+Prop aprov	5	-163.2	337.0	4.62	0.02
Modelo Nulo	1	-173.2	348.6	16.27	0.00

Tabela 14: importância relativa das variáveis para os modelos selecionados ($\Delta AICc$ entre 0-2)

	Prop aprov	Parc	Notas	Obj	Aprov
ω	0.95	0.74	0.67	0.38	0.31

3.5 Avaliação do Alcance dos Resultados

Realizamos uma análise de todos os resultados propostos, verificando se pela leitura do relatório eles haviam sido atingidos. Os 103 projetos esperavam 510 resultados (**Tabela 15**). Observaram-se 12 projetos que não informaram os resultados esperados. Foram alcançados 249 (48,82%), parcialmente alcançados 35 (6,86%) e não alcançados 226 (43,31%) dos resultados esperados. Assim, cerca de 55% deles foram total ou parcialmente alcançados. Da mesma maneira que os objetivos, houve uma alta de resultados não alcançados em 2011 e, ao longo dos três anos, o número de resultados alcançados tem aumentado (**Figura 8**).

Tabela 15: distribuição dos 510 resultados esperados de 103 projetos, conduzidos entre 2010 e 2012, por três classes: não alcançados, parcialmente alcançados e alcançados. Discriminam-se os totais por ano e por classe (neste caso se encontram apresentados os percentuais)

Ano	Total de Projetos	Não informou	O Resultado foi alcançado?			Nº de Resultados Esperados
			Não	Parcialmente	Sim	
2010	28	1	60	11	54	125
2011	38		100	10	91	201
2012	37	5	66	14	104	184
Total	103	6	226	35	249	510
		%	44,31%	6,86%	48,82%	100,00%

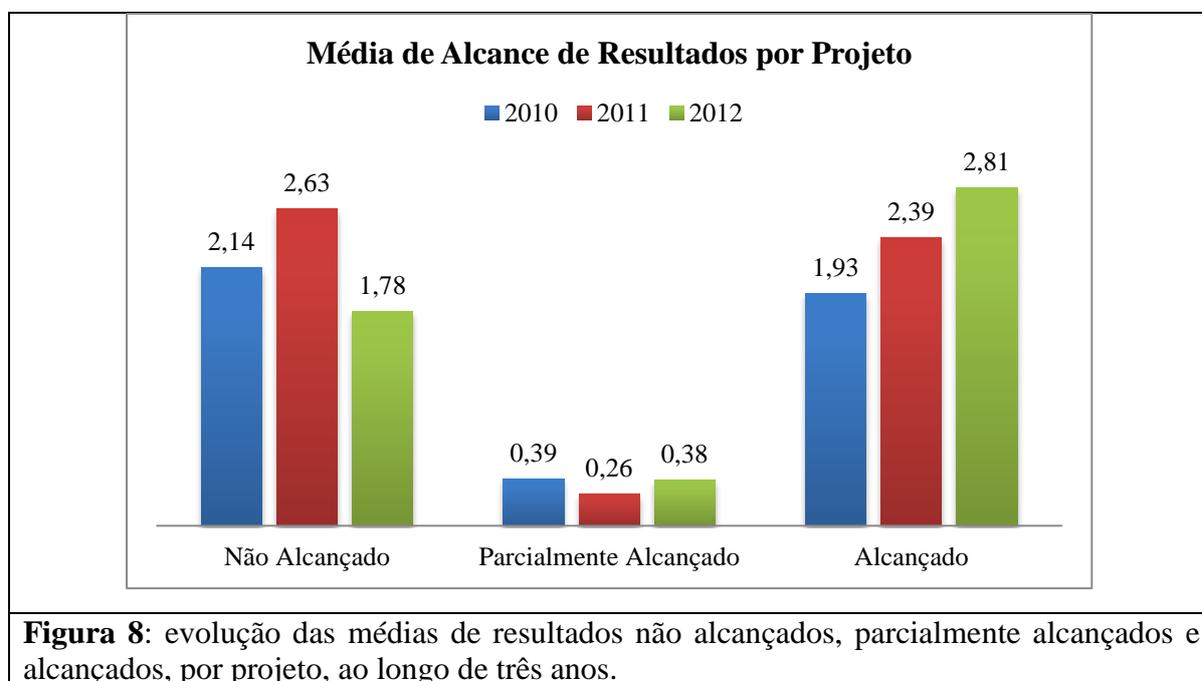


Figura 8: evolução das médias de resultados não alcançados, parcialmente alcançados e alcançados, por projeto, ao longo de três anos.

Observou-se que existe uma relação direta entre objetivos e resultados alcançados (**Figura 9**).

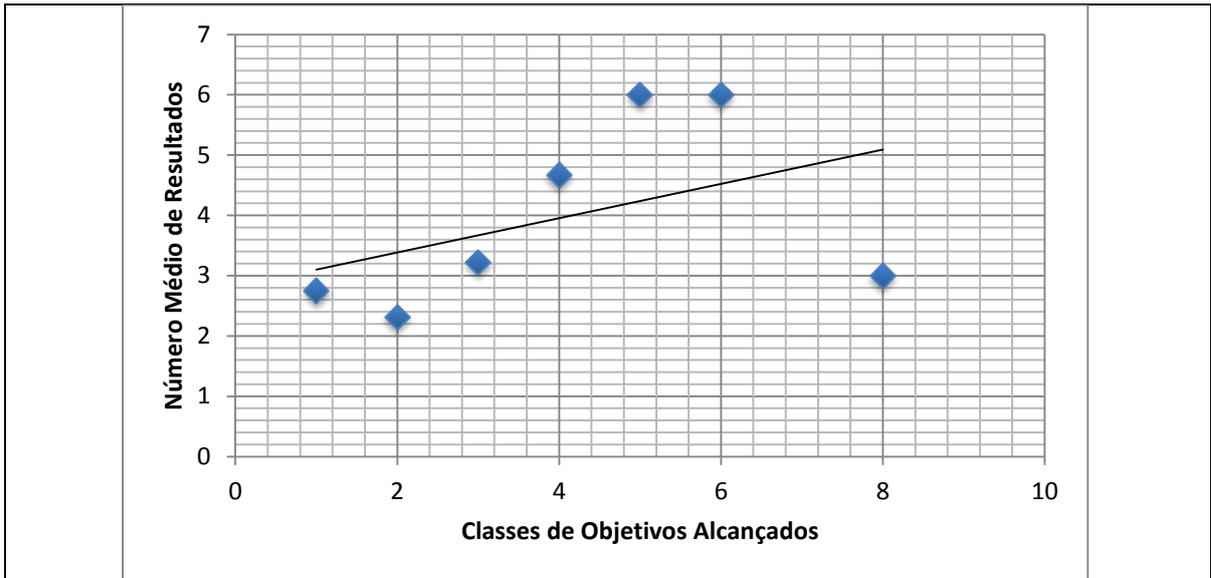


Figura 9: Dos 103 projetos analisados, dividiu-se o número de objetivos alcançados em 8 classes (de um a oito objetivos), que foram plotadas contra o número médio de resultados alcançados

As continuções de projetos iniciados em anos anteriores alcançaram 10% a mais dos objetivos em relação aos esperados e 12% a mais de resultados (**Figura 10**).

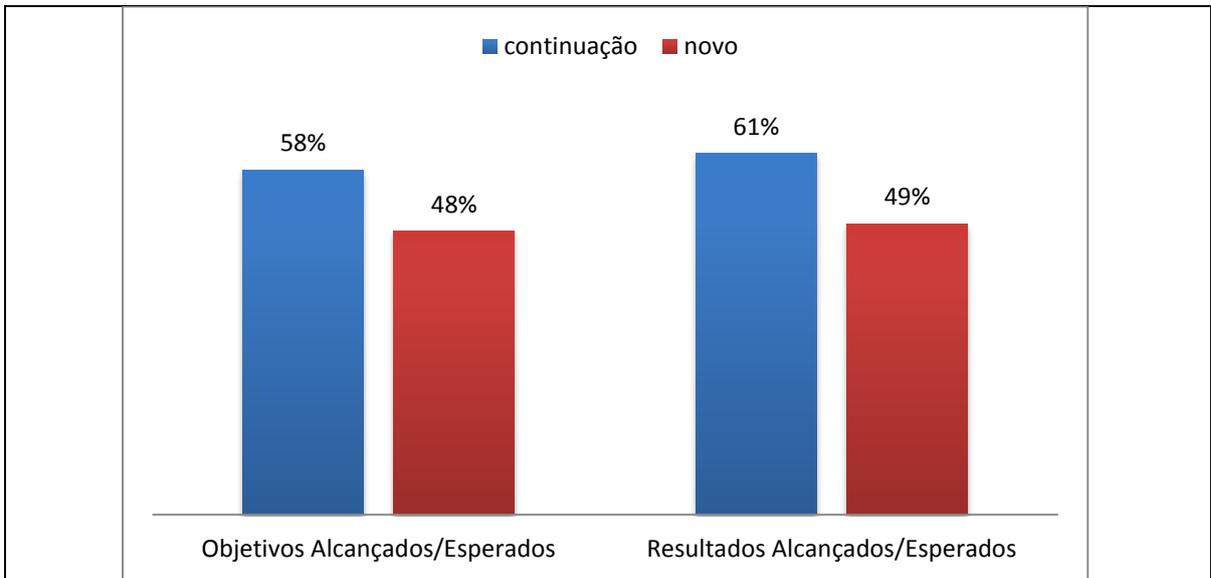


Figura 10: o diagrama apresenta a diferença no alcance de objetivos entre projetos novos e aqueles iniciados em anos anteriores. Projetos computados como novos em 2010 e 2011 podem fazer parte das continuções em anos seguintes.

3.6 *Produtos Gerados pelos Projetos*

Foram excluídos dos cálculos 70 produtos que não se caracterizavam como bens e serviços. A maioria deles se referia a “servidores capacitados”, em âmbito externo ao projeto. Por outro lado, foram registrados como “gerados” 52 produtos verificados nos relatórios, porém não previstos no projeto.

Os relatórios demonstraram que, de 471 produtos esperados, foram gerados 184 (39,07%) (**Tabela 16**). Ao longo dos três anos, a evolução dos valores absolutos apresentados na **Tabela 16** e do número médio de produtos por projeto (**Figura 11**) é semelhante.

Em 2010, os projetos conseguiram gerar, em média 1,29 produto. Em 2012, os dados revelaram 2,35 produtos gerados por projeto, um crescimento de 82,17%. No mesmo período, a média de produtos não gerados por projeto passou de 1,68 para 3,08, crescimento de 83,34%. Assim como ocorreu com os objetivos e resultados esperados, o ano de 2011 assinala uma grande quantidade de produtos não alcançados (**Figura 11**), mas no ano seguinte não houve retorno aos níveis verificados em 2010, no caso dos produtos.

Tabela 16: distribuição dos 471 produtos gerados ou não por 103 projetos, conduzidos entre 2010 e 2012. Exibem-se os totais por ano e por classe (neste caso, com os percentuais)

Ano	Total de Projetos	Produto		Total
		Não Gerado (%)	Gerado (%)	
2010	28	47 (56,63)	36 (43,37)	83
2011	38	126 (67,38)	61 (32,62)	187
2012	37	114 (56,72)	87 (43,28)	201
Total	103	287 (60,93)	184 (39,07)	471

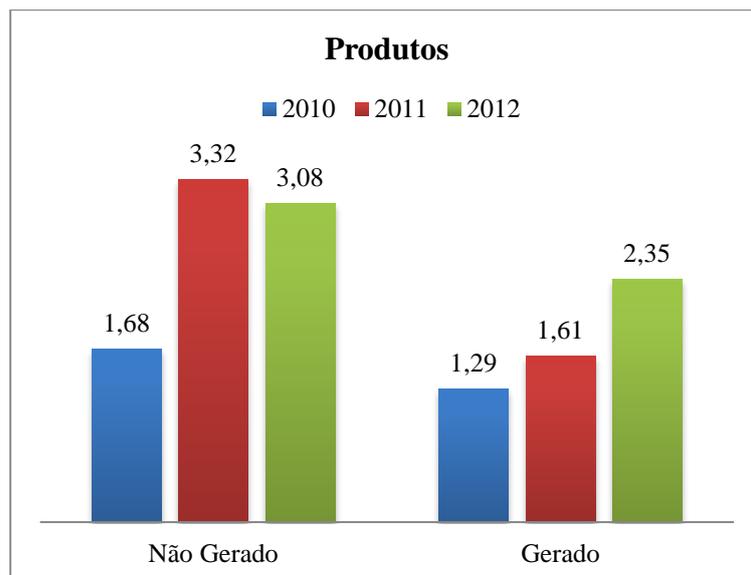


Figura 11: o diagrama apresenta a média de produtos gerados por projeto apoiado pela Coordenação de Apoio à Pesquisa entre os anos de 2010 e 2012

Os produtos foram agrupados em 13 classes (**Figura 12**). Veiculações na mídia (86,67% dos produtos previstos foram alcançados), listas de espécies e congêneres (82,35%), matérias institucionais (73,33%) e relatórios e documentos (54,74%) foram os produtos gerados com maior frequência. Em nível intermediário observa-se a organização de palestras, reuniões e afins (45,45%), dissertações e monografias (44,44%), comunicações em congressos (41,33%), mapeamentos diversos (29,41%) e cartilhas, guias, panfletos e outros materiais de divulgação (20%). Apenas seis dentre os 65 artigos científicos esperados foram produzidos (8,45%). Somente um protocolo foi elaborado. Nenhum dos bancos de dados previstos foi montado. Produtos pouco representativos como placas, mudas produzidas, capítulo em livro, entre outros, foram agrupados na categoria “outros”, tendo sido alcançados em 14 casos.

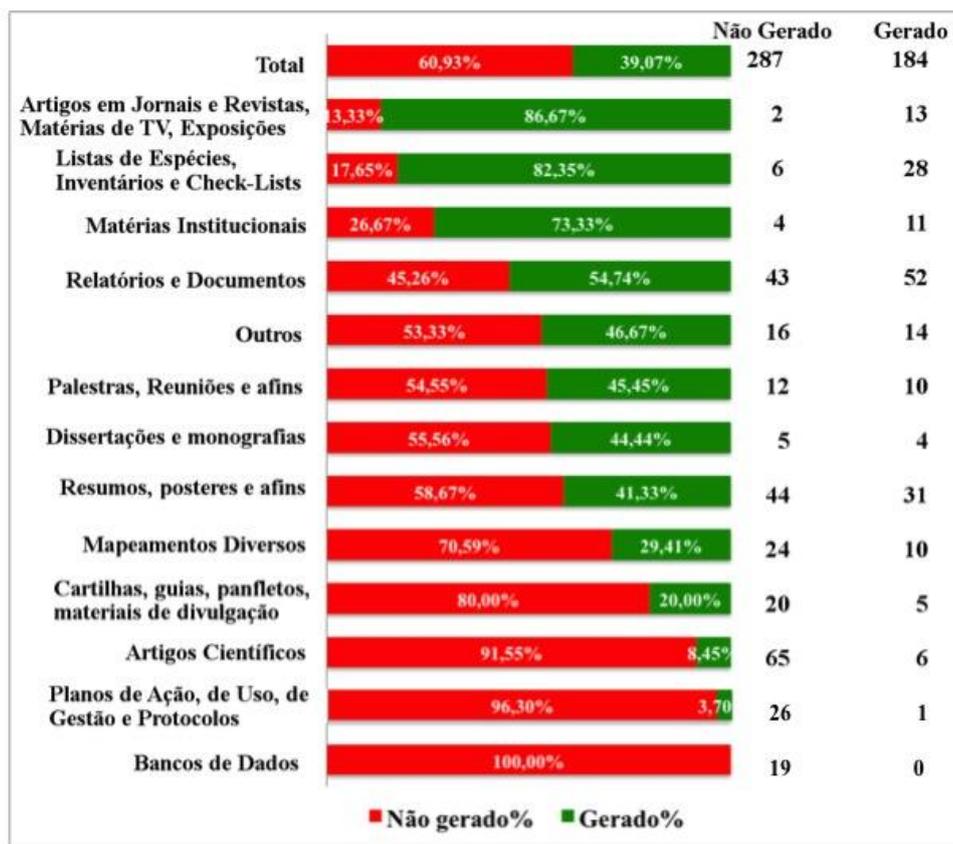


Figura 12: o diagrama de barras apresenta as taxas de geração e não geração, por classe e por total de produtos apoiados pela COAPE nos anos de 2010, 2011 e 2012.

3.7 Fornecimento de Recomendações de Manejo

Projetos capazes de fornecer recomendações de manejo foram considerados bem sucedidos. Entre 103 projetos conduzidos, 41 (39,81%) apresentaram recomendações de manejo e 62 (60,19%) não o fizeram. Semelhante ao observado nos outros parâmetros avaliados acima, o ano de 2011 assinala um maior registro de observações desfavoráveis às expectativas. Em 2010, 46,43% dos relatórios avaliados possuíam tais recomendações, percentual que caiu para somente 10,53% em 2011 e recuperando-se a 64,86% em 2012, ano em que ocorreu a inserção do campo destinado a esse fim no formulário de projetos (**Tabela 17**). As UCs forneceram proporcionalmente mais recomendações de manejo em seus projetos do que os centros. Foram 31 recomendações (52,54% dos projetos de UC) ante 10 dos Centros (22,72%).

Tabela 17: Apresenta-se o número de projetos conduzidos por ano, entre 2010 e 2012, com a evolução do número de relatórios que forneceram ou não recomendações de manejo, apresentando as diferenças entre Centros e UCs e os percentuais em relação aos 103 projetos.

Ano	Total de Projetos	Foram dadas recomendações de manejo?	
		Sim	Não
2010	28	13	15
2011	38	4	34
2012	37	24	13
Total	103	41	62
	%	39,81%	60,19%
	Centros	10	34
	UCs	31	28

Os 36 projetos concluídos, ou seja, que não encaminhariam proposta de continuidade no ano seguinte, apresentaram uma frequência de 20 (55,56%) com recomendações de manejo. Isso supera, proporcionalmente, a frequência observada de recomendações de manejo entre os projetos não concluídos: 21, dentre 67 ou 31,34%.

A diferença fica menos evidente no caso de os projetos serem novos ou continuações (iniciados em anos anteriores ao do relatório avaliado). Os 11 projetos de continuidade com recomendações de manejo representam 42,31% do total dessa classe (26), ao passo que os 30 projetos novos com recomendações de manejo responderam por 38,96% do total de 77 projetos novos (**Figura 13**).

Entre os projetos com recomendações de manejo, a média de alcance de objetivos e resultados foi 2,15 e 3,34, respectivamente. Naqueles que não apresentaram as recomendações, a média de objetivos e resultados atingidos foi de 1,47 e 2,37, respectivamente. Não foi possível aferir a relação entre recomendações de manejo e produtos gerados.

Os 12 estudos socioambientais apresentaram a maior proporção de recomendações de manejo, verificadas em 8 deles (75%). Com 42,31% de sucesso, 22 dos 52 projetos de inventários e outros estudos sobre a biodiversidade possuíam recomendações de manejo em seus relatórios. Houve três, dentre os oito projetos de eventos (37,5%) que relataram recomendações de manejo, algo verificado em sete de 20 projetos (35%) sobre o manejo diante de alterações antrópicas em UC. Nenhum projeto sobre monitoramento ou estudo do patrimônio espeleológico teceu considerações sobre o manejo em seus relatórios (**Figura 14**).

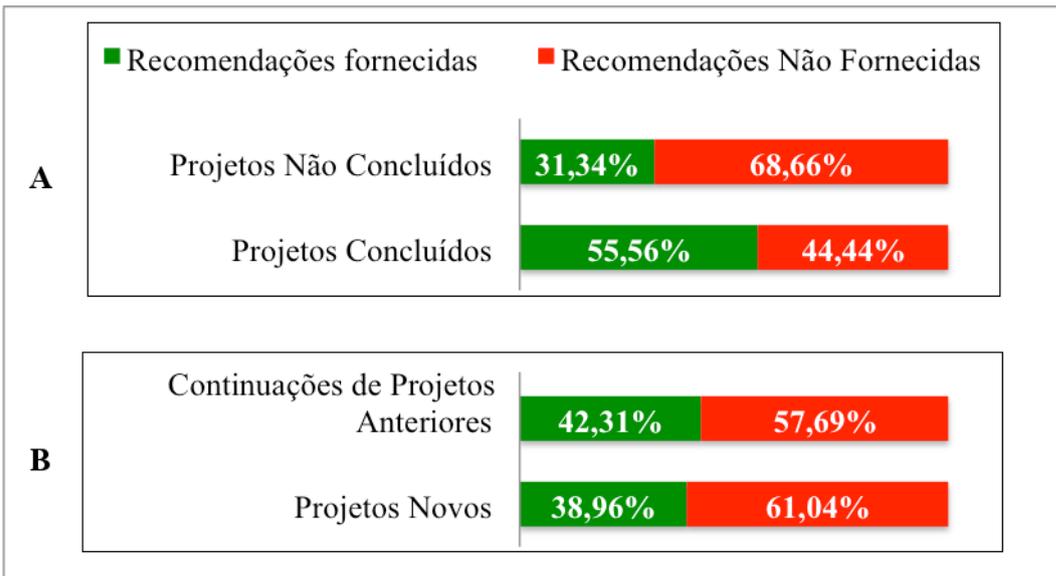
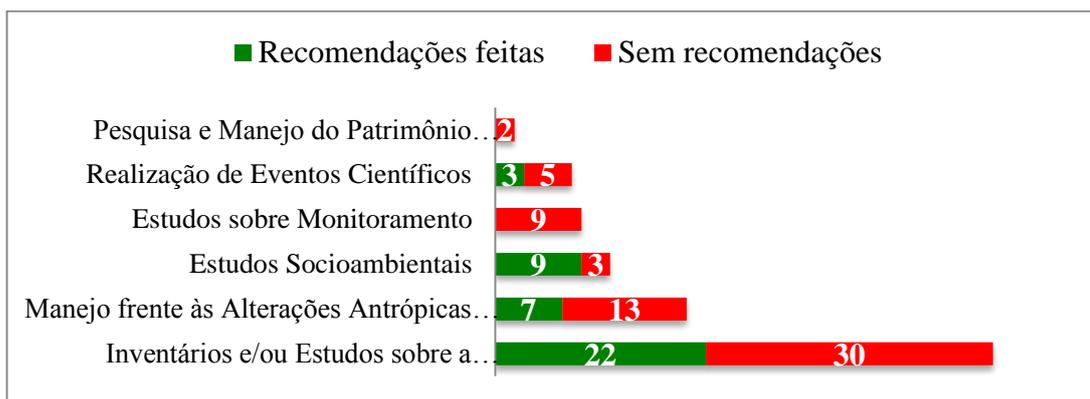
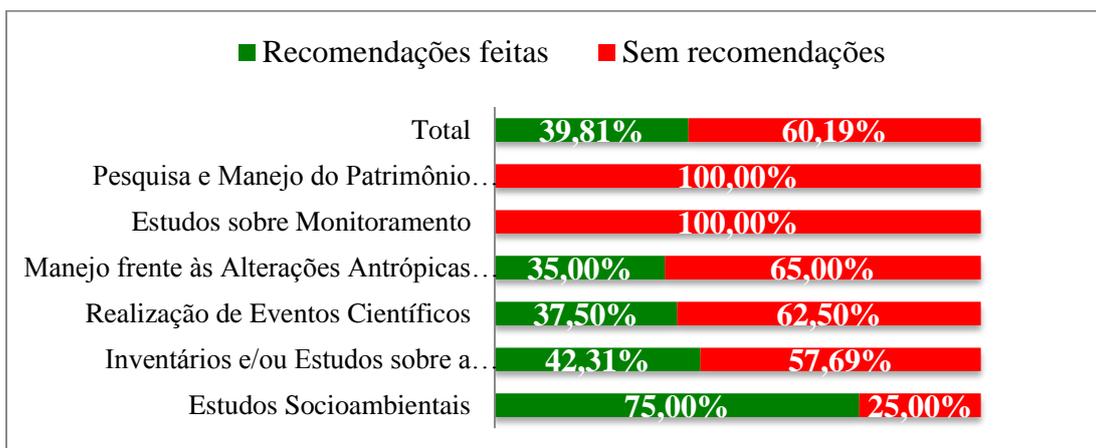


Figura 13: comparação do percentual de projetos que apresentaram recomendações de manejo quando se considera se foram concluídos ou não (A) e quando se compara os projetos novos com as continuações de projetos anteriores (B)



A



B

Figura 14: A) número de projetos quanto ao fornecimento ou não de recomendações de manejo por seis temas; B) proporções dos resultados mostrados em “A”.

3.8 Análise Financeira

Em 2010 e 2011, a Lei Orçamentária Anual (LOA) previa R\$1.500.000 para as ações executadas pela Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento à qual a COAPE está subordinada. No ano de 2012, esse orçamento caiu para R\$500.000. Ainda assim, no período considerado neste estudo, a COAPE planejou a aplicação de R\$1.400.000 ao ano, para apoio aos projetos. Nos anos de 2010 e 2011, esse valor encaixava-se na expectativa orçamentária da Coordenação. Já em 2012, planejaram-se R\$1.400.000 porque houve o comprometimento da presidência do ICMBio na captação do valor excedido (**Tabela 18**).

Em 2011 conseguiu-se apoio da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (DISAT), via PNUD, para a condução de projetos socioambientais. Nesse ano, o governo anunciou um corte de R\$ 50 bilhões do orçamento e, em um primeiro momento, a COAPE decidiu apoiar somente projetos iniciados no ano anterior e aqueles com recursos da DISAT. Somente em setembro foi aberto o apoio a projetos novos. Em 2012, mais uma vez levantaram-se recursos, junto à DISAT, para a condução de projetos socioambientais apresentados à DISAT (**Tabela 18**).

No serviço público, o orçamento previsto na LOA pode ser considerado uma diretriz de planejamento, mas dificilmente ele se concretiza. Observa-se na **Tabela 18** que os valores planejados (R\$4,2 milhões) são compatíveis com os apurados (R\$4 milhões) pela análise da documentação consultada neste estudo. Os valores apurados são a soma da quantidade de recursos aprovados por projeto. Incorporado o orçamento previsto nos projetos apoiados com recursos da DISAT, aprovaram-se R\$ 4,8 milhões, dos quais foram utilizados 2,3 milhões (**Tabela 18**).

Tabela 18: A cada um dos três anos de apoio a projetos analisados neste estudo, apresenta-se o orçamento planejado pela COAPE, o orçamento apurado junto aos projetos priorizados, a contribuição dos recursos da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial, o valor total aprovado, o valor gasto pelo conjunto de projetos priorizados e o percentual deste em relação ao aprovado. Apresentam-se os totais de cada item, considerando-se os três anos.

	2010	2011	2012	Total
A) Orçamento Planejado (R\$)	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	4.200.000,00
B) Orçamento Apurado junto a projetos priorizados (R\$)	1.307.775,87	1.341.618,89	1.404.360,19	4.053.754,95
C) Valor Total Previsto a cargo da DISAT, apurado junto aos projetos que essa Diretoria decidiu apoiar (R\$)	-	351.047,03	459.559,1	810.606,13
D) Valor Total Previsto (aprovado) para Apoio a 167 Projetos (B+C) (R\$)	1.307.775,87	1.692.665,92	1.863.919,29	4.864.361,08
I) Valor utilizado por todos os 139 projetos que utilizaram recursos (valor realmente acessado pelos projetos)	860.859,55	755.779,39	661.311,01	2.277.949,95
J) Percentual do valor utilizado em relação ao previsto (%)	65,83%	44,65%	35,48%	46,83%

Os valores médios utilizados por projeto decresceram de R\$21.521,49, em 2010, para R\$12.966,88, em 2012, redução de 39,75%. No mesmo período, a redução do valor médio aprovado por projeto foi de 4,88%. Ainda que consideremos somente os 103 projetos cujo relatório foi analisado e um ou mais objetivos alcançados, o padrão se mantém (**Figura 15**).

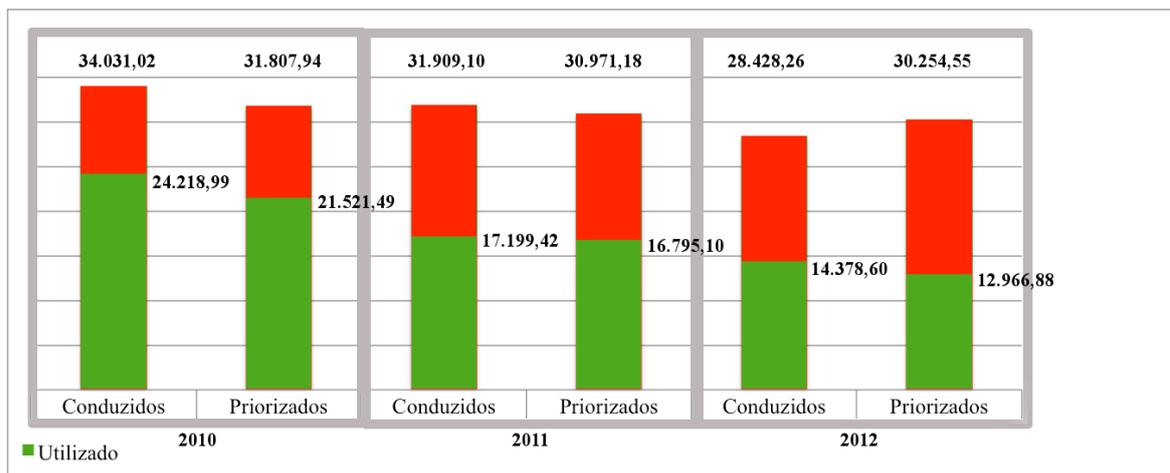


Figura 15: as barras representam a evolução do valor médio aprovado por projeto em 2010, 2011 e 2012, tanto os conduzidos, como os priorizados. Dentro delas, a coloração verde representa o valor médio utilizado pelos projetos nesse período. Foram considerados, entre os priorizados, somente os 139 projetos que utilizaram recursos.

A análise dos 139 projetos com registro de gastos revela ainda que as diárias pagas a servidores do ICMBio foram responsáveis por cerca de 44% dos recursos

utilizados (**Figura 16**). O segundo elemento de despesa mais frequente, referente a 22% dos custos, foram os serviços de pessoas físicas, onde se creditam as diárias pagas a colaboradores eventuais e a remuneração da mão de obra de apoio (pilotos, mateiros, guias etc). Os materiais de consumo absorveram 13% dos recursos. Já as passagens abrangeram 11%. Os serviços prestados por pessoas jurídicas e os tributos, menos frequentes, responderam por 9% e 1% das despesas, respectivamente.

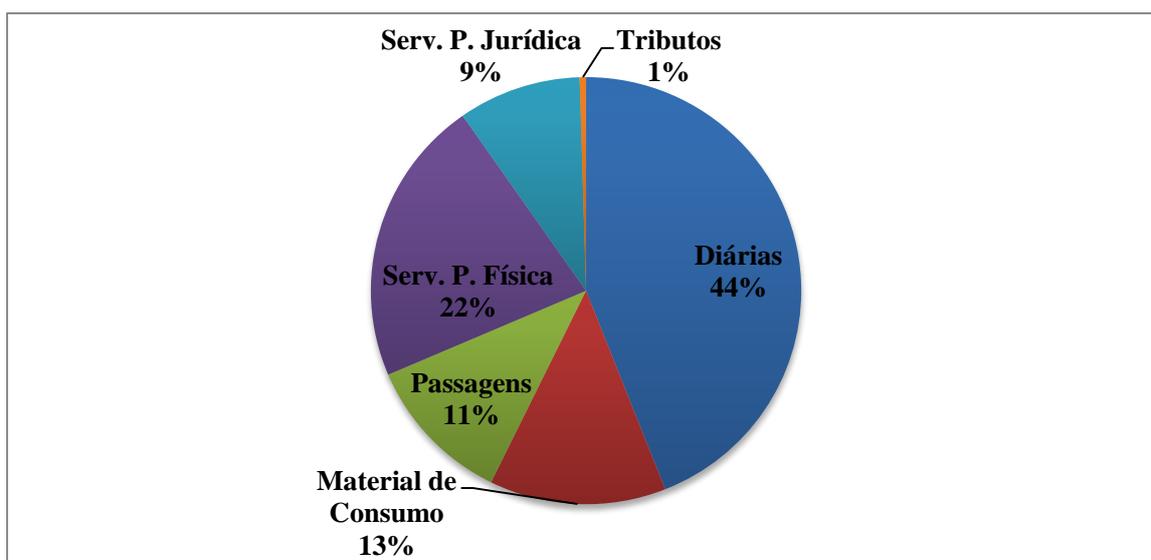


Figura 16: distribuição, por elemento de despesa, dos recursos utilizados por 139 projetos durante os três anos avaliados

4. Discussão

A avaliação das ações de uma autarquia como o ICMBio possui a condição de instrumento estratégico para a gestão e relaciona-se à necessidade de analisar os custos e as vantagens das intervenções escolhidas.

Um aspecto consensual na definição de “avaliação” é a sua característica de atribuição de valor. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação como o apoio a projetos de pesquisa em biodiversidade e UCs sugere o reconhecimento do valor de seus objetivos. Assim, a avaliação dessa ação deve verificar o cumprimento de objetivos e validar o valor social incorporado ao cumprimento dos mesmos.

Além de cumprir as atribuições legais, o apoio aos projetos de pesquisa e monitoramento procurou gerar conhecimento efetivo para a conservação da biodiversidade,

estimular o desenvolvimento de pesquisa pelos servidores, promover a cooperação entre as unidades e com outras instituições e a gestão da informação e divulgação do conhecimento, aproximando os gestores de UCs e os pesquisadores na busca por respostas a questões de manejo.

Este trabalho contribui com a avaliação de uma ação interna do ICMBio através da apresentação e análise da seleção de projetos, parcerias, alcance de objetivos e resultados, geração de produtos e uso dos recursos financeiros pelo conjunto de projetos de pesquisa, propostos por servidores da casa, apoiados pela COAPE.

O primeiro aspecto a ser enfatizado é que se verificou uma mobilização expressiva de Centros e UCs na elaboração e apresentação de projetos – 428 foram apresentados. Apenas um dos antigos centros de pesca não apresentou projetos, mas há de se considerar que a situação dessas unidades foi regularizada apenas recentemente (Brasil 2013). Todos os 11 Centros regulamentados no ICMBio em 2009 (ICMBio 2009) apresentaram projetos. Se considerarmos que os Centros tem se envolvido fortemente nos processos de avaliação do estado de conservação de espécies e na elaboração, implementação e monitoria de planos de ação nacionais para espécies ameaçadas, os dados revelam a disposição de se engajar em atividades afins à pesquisa para o manejo, além daquelas previstas nos planos de ação.

Cerca de 28% das UCs se mobilizaram para apresentar projetos. O número de parques que encaminharam propostas representa pouco mais de 43% do total de unidades dessa categoria. Antes de 2009, nunca havia sido oferecida a oportunidade de as próprias UCs coordenarem pesquisas de seu interesse. Diante da mobilização verificada com as chamadas de projeto, conseguiu-se demonstrar o alto interesse do público interno no desenvolvimento de pesquisas e a viabilidade do fomento e execução de programas de pesquisa por parte da administração, conforme preconiza a Lei nº 11.516, que criou o ICMBio. A demanda pelo desenvolvimento de projetos é ainda mais impressionante ao se constatar que, de 339 projetos aprovados, somente 167 (49%) puderam contar com apoio.

Fica patente como os servidores de UCs e Centros querem realizar pesquisas, com forte ênfase naquelas voltadas para as espécies: inventários e outros estudos sobre a biodiversidade foi a classe de tema mais frequente, respondendo por quase metade dos projetos priorizados. Com apenas um centro de atuação claramente social (o CNPT), uma participação relativamente menor das UCs de uso sustentável e servidores cuja formação predominante é da área de ciências biológicas não é de se surpreender que os projetos tenham valorizado temas mais biológicos, embora seja relevante o achado de

que os temas socioambientais abrangeram o terceiro maior número de projetos priorizados e tenham fornecido, proporcionalmente, mais recomendações de manejo.

Ressalte-se que, além de a seleção de projetos ter funcionado como uma forma de planejamento da aplicação de parte dos recursos da DIBIO ao longo dos três anos, com a valorização do mérito, esse processo também foi capaz de levar a algumas mudanças na cultura corporativa. A forma de planejar as atividades tem ficado mais racional de tal sorte que os projetos aprovados em 2012 solicitavam, em média, menos da metade dos recursos previstos pelas propostas aprovadas em 2010. Essa capacidade de induzir a mudança é uma ferramenta poderosa, que deve ser mais bem explorada.

Os aspectos financeiros serão discutidos em maior detalhe adiante, mas é interessante observar que a distribuição dos recursos aprovados foi relativamente coerente com a distribuição dos projetos por temas, ou seja, a COAPE aprovou valores semelhantes por projeto apoiado, sem favorecer financeiramente um tema em detrimento de outro. No caso de projetos de eventos, já se fixou de antemão um teto de R\$10 mil por projeto, de forma que todos já sabem com quanto poderão contar e esta prática se estendeu para outros temas nos anos de 2013 e 2014, não analisados neste trabalho.

Os projetos priorizados pela COAPE apresentavam questões instigantes a serem respondidas por meio de metodologias criativas e baratas, além de um grande potencial de consolidação de parcerias com o meio acadêmico, outros órgãos públicos e a sociedade civil. Como era de se esperar, alguns projetos não chegaram a ser conduzidos e outros realizaram algumas atividades, mas não as descreveram em relatório. Por outro lado, cerca de 61% dos projetos apoiados relataram satisfatoriamente a condução de atividades e, em torno de 9% deles, houve justificativa para a não condução. Uma oportunidade de aprimoramento do sistema de apoio é verificada diante da existência de 38 projetos sem justificativas para a não execução, dos quais 22 deles chegaram a acessar parte dos recursos para a condução de atividades.

Quando houve justificativa para a não condução do projeto, em geral aludiam-se falhas de comunicação da COAPE com os proponentes. Com o intuito de prevenir tais falhas, a COAPE abandonou os e-mails dirigidos a vários destinatários recentemente. Hoje, mesmo que o assunto seja comum a todos os projetos apoiados, são enviados e-mails individuais e nominais ao coordenador do projeto e ao seu chefe. Parte-se do pressuposto que as pessoas sintam-se mais compelidas a ler e responder e-mails que parecem ter sido enviados somente a elas.

Ao menos no caso da cobrança de relatórios, pode-se afirmar que o aprimoramento das formas de comunicação não surtiu efeito na taxa de entrega desses documentos. Em 2012, último ano analisado neste estudo, além de quatro cobranças por e-mails, os relatórios foram solicitados através de memorando, mas não se observou melhora nas taxas de recebimento (**Tabela 8**).

Com relação aos projetos não conduzidos e sem justificativa, pode-se levantar algumas possibilidades. Ainda existe no ICMBio uma cultura corporativa de superdimensionar a capacidade de execução, o que se configura como uma estratégia utilizada pelas diferentes unidades para tentar aumentar os recursos disponíveis às suas atividades anuais. Por mais que a DIBIO esteja alcançando sucesso em eliminar essas características dos projetos apresentados na Chamada, não se tem controle sobre outras atividades e até mesmo oportunidades que se desvelarão no contexto particular de determinada UC ou determinado Centro.

Em um quadro de escassez de pessoal, é alta a probabilidade de um projeto apoiado pela DIBIO não ser conduzido porque surgiu uma oportunidade mais atraente, um problema que dominou a agenda da equipe ou remanejamento de pessoal, por exemplo. Além disso, conforme já se frisou, os Centros têm sido absorvidos pela agenda de espécies ameaçadas. Ainda assim, os 93 projetos nos temas de monitoramento, estudos socioambientais, inventários e similares e manejo frente alterações antrópicas desenvolveram estudos em 21% das UCs federais e somente oito projetos de eventos conseguiram a participação de 16,9% unidades do ICMBio, entre UCs e centros, a um custo baixo.

É inegável o potencial das Chamadas Internas da DIBIO no sentido de contribuir com uma rede interna de cooperação. Dos 103 projetos conduzidos, 66 estabeleceram várias formas de parcerias com 97 unidades do ICMBio, proporcionando um intercâmbio colaborativo que otimiza o uso dos recursos escassos. Os Centros firmaram maior número médio de parcerias internas, pois consideram como parceiras as UCs onde desenvolvem os estudos.

As parcerias externas contribuem com a produção de efeitos que as UCs ou Centros, sozinhos, não seriam capazes de alcançar. Os recursos destinados aos projetos não puderam ser aplicados em consultorias por decisão estratégica da COAPE e, desde 2013, um parecer da Procuradoria Federal do ICMBio considerou ilegal essa opção. Por isso, os parceiros externos desempenham papel relevante em projetos que demandam conhecimento altamente especializado. A condução de projetos com vários parceiros

coloca o local pesquisado em maior evidência, à medida que os estudos podem gerar produtos a serem utilizados como ferramenta de comunicação com a sociedade (como demonstra, por exemplo, a matéria parcialmente reproduzida na **Figura 17**). Além disso, a participação nos projetos do ICMBio pode levar os pesquisadores a planejar futuras pesquisas nas UCs que passaram a conhecer.



Figura 17: segmento de matéria publicada no portal G1 sobre projeto apoiado pela COAPE na Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Acre (matéria completa disponível em <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/10/censo-de-animais-em-reserva-do-acre-ajuda-combater-caca-na-regiao.html>)

Os projetos conseguiram atender, ainda que parcialmente, quase 60% dos objetivos propostos e o número médio de objetivos alcançados cresceu entre 2010 e 2012.. Trata-se de um ótimo resultado se considerarmos as dificuldades de redação de projetos e mobilização de equipe em função das características do ciclo de projetos, as imensas carências materiais do ICMBio e o regime jurídico sob o qual o apoio é concedido.

Alguns objetivos foram mal formulados e possivelmente não refletiam a intenção do autor. Por exemplo, um diagnóstico socioambiental propunha como objetivo “criar um sistema de informações geográficas sobre a pesca artesanal”. Um projeto cujas principais atividades constituíam-se de oficinas, entrevistas e mobilização social não iria criar um sistema, mas sim abastecê-lo com algumas informações. Onze projetos propuseram objetivos relacionados à organização de banco de dados ou à sistematização de informações. Nenhum deles explicou no relatório como havia sido formado o banco de

dados ou como as informações foram sistematizadas. Ressalte-se que tem havido um esforço institucional no sentido de concentrar o desenvolvimento de bancos de dados de modo a evitar esforços esparsos e descoordenados.

Em outros casos, os objetivos revelam ter havido uma mobilização de parceiros na fase de concepção, a qual acabou não se concretizando após a aprovação do projeto – fenômeno exemplificado por várias análises genéticas ou estudos de conteúdo estomacal propostos, mas não realizados. Por vezes, analistas da equipe são removidos para outros locais e as atividades que desempenhariam nos projetos deixam de ser conduzidas, prejudicando os objetivos.

A exigência de relatórios é anual, mas conforme se frisou na introdução, os projetos de apoio ao manejo demoram para render resultados e atingir objetivos. Somado a isso, o ICMBio possui baixo número de funcionários. Nenhum analista dedica-se exclusivamente aos projetos aprovados pela COAPE, tendo de desempenhar outras atribuições.

Os materiais de consumo e serviços requeridos pelos projetos devem ser adquiridos sob as normas da Lei 8666, que versa sobre as licitações e contratos no âmbito da administração pública (BRASIL 1993). Conseqüentemente, os procedimentos são demorados e bastante burocratizados. Os projetos ficam ainda sujeitos a outras características da Administração Pública Federal, tal como a sazonalidade de funcionamento, picos de atividade nos últimos meses do ano, eleições, crises e outros. A Administração encerra muitas atividades na primeira quinzena de dezembro, voltando a operar plenamente após o carnaval – desde que a Lei Orçamentária Anual tenha sido aprovada pelo Congresso. Nessa pausa, os únicos meios mais acessíveis são a concessão de passagens e diárias.

Com relação a equipamentos, a própria Chamada Interna estipula que os mesmos não devem ser imprescindíveis para a condução dos projetos – apenas prevê-se que eles possam ser listados no formulário. Na hipótese de surgir uma oportunidade de compra, a COAPE envida esforços para aproveitá-la. Em 2010, por exemplo, surgiu a possibilidade de adquirir 50 armadilhas fotográficas para um projeto priorizado. As armadilhas chegaram ao destino somente um ano depois. Para piorar, a Controladoria Geral da União (CGU) tem adotado posturas cada vez mais rígidas nas auditorias e interpretação de normas, exigindo a adoção de medidas descabidas, que complicam a oferta de recursos aos projetos. Isso é algo que tem ocorrido em outros segmentos da atividade científica conforme relata Pinto (2013).

Pode-se propor uma explicação para o pico de objetivos não alcançados em 2011. Em 9 de fevereiro desse ano, o governo anunciou um corte de R\$ 50 bilhões do orçamento – um valor recorde. Em decorrência disso, poucos dias depois, a COAPE expediu comunicado informando que seriam apoiadas somente propostas aprovadas e priorizadas, que fossem continuidade de projetos conduzidos no ano anterior. À exceção de quatro projetos para os quais se conseguiu apoio de outra diretoria do ICMBio, projetos novos não poderiam ser apoiados. Embora tivesse sido divulgado o valor do corte a incidir sobre o Ministério do Meio Ambiente, este nunca comunicou as suas autarquias em quanto elas seriam afetadas. No fim de setembro, constatou-se que as coordenações de outras diretorias do ICMBio não haviam restringido suas atividades por causa do corte, apresentando execução financeira significativa. A COAPE, ao agir com prudência, havia sido praticamente passada para trás. Procurando minimizar os prejuízos, contataram-se individualmente os coordenadores de projetos novos, priorizados em 2011, para saber quais deles estariam dispostos a iniciá-los precariamente, cumprindo o que fosse possível do cronograma no curto espaço de tempo disponível até o fim do ano. Muitos concordaram e envidaram esforços para executar as atividades possíveis, mas não conseguiram alcançar satisfatoriamente os objetivos.

Para investigar se a relação entre diversas características dos projetos explicariam o alcance dos objetivos propostos, recorreremos à técnica da regressão logística, tendo alcançado alguns modelos significativos para explicar o alcance dos objetivos por parte dos projetos estudados.

Segundo a análise de 109 relatórios, o modelo mais robusto aponta que os projetos mais bem avaliados estabeleceram mais parcerias, utilizaram mais recursos e, assim, alcançaram mais objetivos. Essa constatação fornece subsídios para a avaliação das propostas e gestão do apoio aos projetos. O rigor do processo seletivo poderia ser aumentado de modo a triar projetos com maior probabilidade de atingirem objetivos e as parcerias previstas deveriam figurar como um dos critérios de avaliação. Do ponto de vista da gestão, deve-se aprimorar as medidas para o monitoramento do desempenho financeiro dos projetos, desde o momento em que é comunicada a aprovação dos mesmos. Mesmo quando as notas obtidas não são consideradas, as parcerias e a capacidade de utilização dos recursos são características importantes para o alcance dos objetivos. Na avaliação, o número de parcerias poderia ser incorporado aos critérios de desempate dos projetos.

É interessante que a análise estatística sugere que, quanto maior o número de objetivos propostos, menor é a capacidade de alcançá-los em sua plenitude. Portanto, o

processo de avaliação deve estar atento aos projetos que propõe muitos objetivos. Eles dificilmente serão capazes de alcançá-los totalmente.

Assim, projetos bem avaliados que tenham estabelecido parcerias, com maior quantidade de recursos aprovados, capazes de utilizá-los, conseguiram maior frequência de objetivos alcançados.

Os resultados devem guardar relação com os objetivos, além de subsidiarem mais diretamente a necessidade de ação por parte dos gestores. Se um estudo identifica que, comparada à de uma área controle, a densidade de caranguejos está criticamente abaixo do esperado em uma RESEX, por exemplo, esse resultado é uma demanda de ação apresentada aos gestores: existe a necessidade de se rever o regime de exploração do recurso.

Os resultados esperados costumam refletir a consubstanciação dos objetivos e os dados observados indicam que tanto os primeiros quanto os últimos comportaram-se de maneira semelhante. De fato, observou-se que existe uma relação direta entre objetivos e resultados alcançados (**Figura 9**). Isso faz sentido uma vez que os resultados são a expressão concreta dos objetivos. Cada resultado alcançado acaba levando ao alcance de parte de um objetivo.

No entanto, “resultado” é um conceito muito amplo, capaz de se encaixar em uma amplitude de situações, por vezes insignificantes, mas compatíveis com os objetivos propostos. Nem sempre os resultados foram capazes de subsidiar a ação. Em algumas situações, o resultado esperado foi um desdobramento simples do método aplicado – como por exemplo, “relações biométricas calculadas”, “animais testados”, “porcentagem da população total de cada uma das espécies de aves ameaçadas presentes na UCs estudadas” etc. Alguns resultados propostos são tão ambiciosos que dificilmente seriam observados após a realização do projeto – “transformação da UC em um importante centro de pesquisa” e “aumento da população da espécie” são dois exemplos.

Por outro lado, verificaram-se resultados que foram fruto de interpretações e análises mais elaboradas – “identificação de áreas prioritárias para a conservação da espécie”, “caracterização do impacto do manejo florestal madeireiro sobre as aves”, “caracterização do padrão produtivo de um recurso” etc.

Muitos autores confundiram resultados com produtos: mapas, catálogos e guias constavam como resultados esperados. Além disso, alguns projetos acabam gerando resultados não esperados e interessantes. Um deles, em Floresta Nacional, almejava identificar os impactos da caça sobre mamíferos. Porém acabou levando a um aumento da

área de ocorrência de três espécies e captura de indivíduo de espécie cujo único exemplar conhecido era o tipo.

Diante das várias interpretações exemplificadas acima, o alcance de resultados pode ser um dado importante ou não: depende do projeto.

É importante ressaltar que projetos iniciados em anos anteriores cumpriram mais objetivos e, conseqüentemente, geraram mais resultados. As continuações de projetos iniciados em anos anteriores alcançaram 10% a mais dos objetivos em relação aos esperados e 12% a mais de resultados (**Figura 10**). Essa diferença pode sugerir que o ciclo de um ano é muitas vezes insuficiente para que se cheguem aos objetivos esperados.

A geração de produtos, ou seja, bens e serviços advindos da condução dos projetos, é um aspecto crucial. Muitos dos efeitos que o projeto venha a acarretar, senão todos, dependerão de produtos. A escolha deles, por exemplo, determina se o projeto ficará registrado na história ou se cairá no esquecimento; se ele será um instrumento importante na conservação ou não. Embora tenha se constatado que 39% dos produtos previstos foram gerados, deve-se ter em mente que na época de cobrança do relatório não houve tempo suficiente para a preparação de muitos dos bens ou serviços previstos pelo projeto.

As veiculações na mídia (82,35% de geração) e matérias institucionais (73,33%) são produtos que dependem dos projetos, mas não são gerados primariamente pelas equipes de execução. Dirigem-se a um grande número de pessoas, mas rapidamente são esquecidos. Por isso, são importantes no curtíssimo prazo, colocando o projeto em evidência, efemeramente.

Devido ao desconhecimento da nossa biodiversidade, a elaboração de listas de espécies e congêneres (82,35% das previstas foram apresentadas) e a geração de relatórios e documentos, (54,74%) são interessantes, principalmente quando os registros são corretamente inseridos no módulo relatório do SISBIO. Assim, contribuem não apenas com o conhecimento da riqueza de espécies do local estudado, mas também com a gestão da biodiversidade em nível federal. Porém, se não são publicados de alguma maneira, seus efeitos incidem mais no âmbito do ICMBio. Eles ficam registrados na memória institucional enquanto as pessoas envolvidas na sua geração estiverem no órgão.

Os projetos realizaram somente 10 palestras e reuniões dirigidas à mobilização ou à apresentação de resultados, tendo como público alvo membros do conselho consultivo, comunidades da UC ou servidores de outros órgãos públicos. A prestação de contas e as atividades de engajamento de atores locais deveriam ser rotineiras, pois eles desempenham papel considerável nos rumos do manejo e da conservação. A

maioria dos comunitários não pensa nas áreas protegidas como locais de pesquisa e as palestras e reuniões podem apresentar um efeito educativo e agregador (Harmon, 1994).

O papel de formação de recursos humanos na condução dos projetos ainda é tímido. Foram geradas quatro monografias, entre cinco esperadas. Nenhuma das quatro dissertações de mestrado previstas foi relatada. Como o ICMBio não possui, até o momento, mecanismos legais de conceder bolsas, é limitado o papel de formação de recursos humanos por meio dos projetos conduzidos.

Os projetos resultaram em 31 pôsteres, resumos e afins em eventos científicos. Essa modalidade de comunicação auxilia a divulgar os resultados do projeto para um público especializado. É efetiva quando se estabelecem discussões produtivas com outros participantes, conhecem-se pessoas com interesses semelhantes e surgem oportunidades de parceria. Os pôsteres, resumos e afins deveriam ser uma preparação para o artigo científico, produto alcançado em seis ocasiões. A publicação de artigos demonstra que a metodologia e os resultados apresentados pelo projeto tiveram rigor científico e que o estudo merece ser relatado para o público-alvo do periódico. Além disso, a sociedade confere grande valor a esse tipo de produto.

Nenhum dos bancos de dados esperados se concretizou. Os proponentes costumam considerar que os registros (fotos, dados, amostras) coletados em campo e armazenados constituem banco de dados, mas isso não se equivale a bens e serviços.

Um fato interessante é que todos os produtos dos projetos apoiados pela COAPE constituem-se em ferramentas de comunicação. Afluímos a um ponto bastante abordado na introdução deste trabalho, que é o descompasso entre os interesses de pesquisadores e gestores e as dificuldades de comunicação de uns com os outros. Os produtos, como ferramentas de comunicação, devem oferecer os resultados das pesquisas de uma forma palatável aos gestores, que os desafiem, colocando a eles as demandas de decisões. A comunicação efetiva é um dos aspectos cruciais para o sucesso da associação entre pesquisa e manejo. Os projetos apoiados pela COAPE, muitos deles coordenados por servidores que são gestores de UCs, não podem apresentar os mesmos problemas, na relação pesquisa/manejo/gestão, das ações de pesquisa conduzidas pela academia, os quais foram identificados acima, na introdução. Por isso, nos produtos que analisamos atentamente, ou seja, os relatórios de execução anuais dos projetos, procuramos observar se, após a condução das atividades, os autores preocuparam-se em formular recomendações de manejo.

Os dados demonstram que o melhor desempenho no fornecimento de recomendações de manejo foi observado em 2012, quando foi inserido no formulário um campo com esse intuito, demonstrando que um procedimento simples pode ter tido um impacto relevante no sucesso dos projetos. Praticamente 65% dos projetos de 2012 preocuparam-se em inserir tais recomendações. Contudo, nos anos anteriores, os textos da Chamada Interna sempre deixaram bem clara a importância de as pesquisas abastecerem o manejo com subsídios científicos. Mesmo no caso de projetos de eventos, é pertinente que se aproveite a ocasião para enriquecer as possibilidades de manejo.

Os projetos coordenados por gestores de UC destacam-se por terem apresentado mais que o dobro da frequência de recomendações de manejo do que os coordenados por pesquisadores dos centros. Isso é sugestivo da maior influência de uma cultura de orientação acadêmica por parte dos centros, que existe nas UCs, em menor grau. As UCs arcam com um custo de oportunidade ao terem um projeto apoiado pela DIBIO. Diante da enorme carência de pessoal, um analista ambiental de UC que coordene um projeto de pesquisa irá encarar uma cobrança tácita ou clara de seus pares (colegas e chefia) por resultados aplicáveis, que justifiquem o empenho de capital humano em uma atividade pouco corriqueira na cultura institucional em voga.

Uma vez que cerca de 55% dos projetos concluídos e 31% dos não concluídos forneceram recomendações de manejo, parece haver uma relação entre a conclusão do projeto e o fornecimento dessas informações, o que era de se esperar. Ao se comparar os projetos novos com as continuações, as diferenças não sugerem haver relação semelhante, embora se esperasse que as continuações fornecessem maiores recomendações de manejo.

Projetos que forneceram recomendações de manejo foram mais bem sucedidos no alcance de objetivos e resultados. Talvez, em alguns projetos, a inexistência de recomendações de manejo possa estar relacionada a resultados insatisfatórios e falta de alcance dos objetivos. Além disso, outra explicação plausível refere-se à opinião de que o relatório de projeto seja mais uma das inúmeras tarefas burocráticas a serem providenciadas no dia a dia do serviço público. Os insucessos podem ainda derivar da concepção de que o conhecimento seja importante por si só. Parte dos coordenadores de projeto podem, ainda, não se dar conta de que os leitores dos relatórios não necessariamente serão capazes de tirar lições para o manejo.

Em uma diretoria sem nenhum profissional das ciências humanas atuando no apoio à pesquisa, merecem destaque os estudos socioambientais, responsáveis pela

maior proporção de recomendações de manejo fornecidas. Essas pesquisas foram capazes de equilibrar os dois matizes que caracterizam a missão do ICMBio (proteção do patrimônio natural e promoção do desenvolvimento socioambiental), com o potencial de propagar efeitos nas UCs estudadas.

Com proporções semelhantes (35% a 43%) de projetos que resultaram em recomendações de manejo, observam-se três temas: inventários e outros estudos sobre a biodiversidade, realização de eventos científicos e manejo frente às alterações de origem antrópica em UCs. Chama a atenção a inexistência de projetos que forneceram subsídios ao manejo nos temas de monitoramento e pesquisa e manejo do patrimônio espeleológico.

O presente trabalho apenas verificou se houve a preocupação dos autores dos projetos em sugerir medidas aplicáveis ao manejo dos objetos estudados, sem se dedicar ao aspecto qualitativo. À semelhança do apresentado no estudo de Meijaard & Sheil, 2007, algumas recomendações registradas são generalistas, sem ligação com o projeto conduzido. Os exemplos mais frequentes referem-se à necessidade de ampliar a fiscalização, ordenar o uso do território ou propiciar condições para a continuidade dos estudos. No entanto, a maioria das recomendações é consistente.

Determinado relatório, por exemplo, demonstrou que a abertura da pesca profissional no local estudado não era recomendada com base nas características biométricas dos peixes capturados. Em um Parque Nacional, diante dos achados de riqueza e abundância de mamíferos, um estudo sugeriu modificações nas trilhas que conduziam aos atrativos, além de terem sido indicadas todas as ocorrências tais como presença de animais domésticos e indícios de caça. Os dados levantados por outro dos estudos analisados apontaram a melhor localização da zona primitiva de uma RESEX. Graças a um dos seminários apoiados, foram elaboradas diversas recomendações de manejo para a exploração de sempre-vivas no entorno de um Parque Nacional.

Alguns projetos, apoiados em 2012, não tiveram tempo hábil para gerar resultados e, assim, adicionar subsídios ao manejo. Antes de 2012, houve iniciativas promissoras, segundo se constatou pela leitura do relatório, mas que não apresentaram proposta de continuação. Certos projetos, escritos com parceiros que não participaram da execução, foram descaracterizados pela equipe remanescente. Encontraram-se ainda estudos muito consistentes, mas incapazes de estabelecer uma ligação com o manejo.

Outra constatação recorrente é que os projetos perdem o foco quando o seu coordenador é removido para outra localidade: em determinado ano lê-se um ótimo

relatório de execução e, no ano subsequente (após a remoção do coordenador), o relatório deixa de ser entregue ou está insatisfatório.

Salvo raras exceções, as “equipes” das unidades do ICMBio costumam ser compostas por “duplas”, “trios” ou, raramente, “quartetos” de analistas, tanto nas UCs como nas coordenações da sede. Nos Centros de Pesquisa, as equipes são pequenas, dificilmente passam de 15 pessoas – todas sobrecarregadas com as agendas que tem de cumprir.

Por isso, o sucesso das pesquisas apoiadas pela COAPE está fortemente ligado à pessoa do coordenador. É a perseverança dele em vencer obstáculos e mobilizar parceiros que determina em grande medida os resultados do projeto. A capacidade de relacionar os achados dos estudos com as demandas de manejo liga-se ao amadurecimento profissional e à agregação de valores. Nesta análise, quase 65% dos projetos lidos forneceram recomendações de manejo em 2012, um indicativo de que a COAPE possa estar conseguindo sucesso na construção de um aspecto da cultura institucional – a forma de encarar a pesquisa no ICMBio.

O acompanhamento financeiro dos projetos é outro tópico que merece atenção. Embora fosse esperada uma queda na utilização de recursos pelos projetos em 2011 (pelas mesmas razões de este ano ter tido um abrupto aumento no número de resultados desfavoráveis), causou surpresa a observação de que isso se acentuou ainda mais em 2012, com um decréscimo de 23% em relação ao 2010.

Se o número alcançado de objetivos, resultados e produtos previstos tem crescido ano a ano, é fora do comum a redução da proporção dos gastos observados em relação aos aprovados, por projeto, em 2012. Duas razões podem ser aventadas. Em primeiro lugar, a assessoria da DIBIO, equipe responsável pelo registro das movimentações financeiras possui várias atribuições. É ela quem recebe e atende as solicitações de recursos de todos os projetos da DIBIO (não somente os da COAPE). Duas fontes de recursos da DIBIO já foram apontadas: orçamento e Projeto BRA008/023. Contudo, a DIBIO ainda possui ações financiadas por outros programas, tais como PROBIO, GEF Cerrado e GEF Mangue. Cada solicitação de recurso segue um fluxo distinto dependendo da fonte de financiamento e do elemento de despesa. O registro contábil dos projetos apoiados pela COAPE é feito *a posteriori*, não estando incorporado na rotina dos fluxos. É possível que tenha havido um relaxamento no cumprimento dessa tarefa. Em segundo lugar, a COAPE realizou o planejamento de 2012 baseado em uma promessa, que não se cumpriu, de que seriam garantidos recursos da ordem de

R\$1.400.000 para o apoio a projetos. Diante disso, ofereceram-se oportunidades a muito mais projetos do que o orçamento era capaz de acomodar. Provavelmente, a redução do valor médio dos projetos em 2012 é uma mistura das duas razões sugeridas.

O grande peso das diárias revela a carência de infraestrutura do ICMBio. Na Amazônia, onde as UCs costumam ser muito extensas e distantes dos escritórios, é comum que os próprios servidores nelas lotados façam jus a diárias. A maioria das passagens foram utilizadas para deslocamento de servidores dos Centros e de colaboradores eventuais até os locais de estudo. As diárias e passagens constituem os elementos de despesa cuja disponibilização costuma ser mais simples. Os materiais de consumo e os serviços (pessoas física e jurídica) costumam ser viabilizados através da concessão de suprimento de fundos, mecanismo que tem sido cada vez mais dificultado. Se não forem bem caracterizados como despesas necessárias no decorrer da viagem, os pedidos de suprimento são negados. A contratação de pessoas físicas por meio desse instrumento é possível até um teto na faixa de R\$5.000,00. Muitos dos materiais de consumo que não configurem uma despesa de viagem (baldes e lonas, por exemplo) devem ser adquiridos por licitação.

Entre os 167 projetos priorizados para apoio, 103 atenderam pelo menos parte dos objetivos a que se propuseram e em quatro deles não se conhece a situação pois os relatórios não foram encontrados. Nos demais, houve desperdício de recursos e perda de oportunidade para projetos aprovados – mas não priorizados por estarem em classificação inferior. Todos eles passaram por um processo seletivo em que as Comissões de Avaliação Técnico-Científica dedicaram-se exclusivamente a isso por uma semana em 2010 e duas semanas em cada um dos demais anos. Em média, as Chamadas Internas reuniram comissões de 15 avaliadores. Após terem sido aprovados, esses projetos ainda consumiram tempo da equipe da COAPE, que os analisou financeiramente. Com ou sem justificativas, os projetos não conduzidos adequadamente desperdiçaram R\$321.164,98, além dos recursos não contabilizados, mencionados acima.

5. Conclusão

Este trabalho permitiu constatar o grande o interesse dos analistas do ICMBio na implementação de um sistema de fomento e apoio a projetos de pesquisa e monitoramento. Exceto por um centro de pesquisa, todos apresentaram projetos em resposta às Chamadas Internas da DIBIO entre 2010 e 2012. Observou-se que 28% das

UCs federais tentaram aprovar uma proposta nessa chamada, percentual que chegou a 43%, entre os Parques Nacionais.

Tamanho envolvimento passa a apresentar desafios de gestão à medida que se considera o desempenho dos projetos aos quais se concedeu apoio. De 167 projetos apoiados, observaram-se 103 capazes de concluir o ciclo de condução e prestação de contas com o alcance de pelo menos um objetivo proposto, ainda que parcialmente.

Entre os 64 projetos incapazes de cumprir esse ciclo, é intolerável o relapso observado em 38 deles, sem o fornecimento de nenhuma justificativa para a não condução. Isso é piorado ainda mais em 22 dos referidos projetos, que chegaram a acessar recursos, revelando a necessidade de se manter um cadastro com o nome dos respectivos coordenadores, de modo a se prevenir o apoio a futuros projetos que venham a propor.

A capacidade de mudança da cultura corporativa deve ser mais bem pensada e planejada junto a todo sistema de apoio, já que se observou o seu poder no aumento da racionalidade no planejamento financeiro dos projetos apresentados ao longo dos três anos.

A título de ilustração, dos 103 projetos cujo relatório permitiu evidenciar o alcance de pelo menos um objetivo, praticamente 60% deles não relacionaram os seus resultados com ações de manejo pertinentes nos locais de estudo ou análise. Ainda há margem para o aumento das parcerias. Além disso, os produtos, que são as principais ferramentas de comunicação dos achados desses projetos com a sociedade e os tomadores de decisão, apresentaram limitações. Trata-se de um desafio à implementação de melhorias.

Os centros de pesquisa e, em menor grau as UCs, requerem o planejamento de intervenções para encararem os resultados dos projetos por eles desenvolvidos como demandas de ação, transformando-os em recomendações de manejo das áreas estudadas, nos produtos gerados.

Foram limitadas as condições de fornecimento de meios para a concretização das atividades previstas pelos projetos. Além de haver dificuldades operacionais significativas relacionadas aos procedimentos de solicitação de recursos, constatou-se que as informações financeiras não são confiáveis e, por conseguinte, não se possui uma noção exata dos custos envolvidos no apoio aos projetos, para que seus benefícios sejam avaliados justamente.

Reforçado pelos achados de uma técnica de modelagem estatística, teórica, contribuições importantes de serem consideradas na evolução do sistema de apoio e desenvolvimento de projetos da COAPE são:

- o rigor da avaliação dos projetos: projetos bem avaliados tem melhor desempenho no alcance de objetivos;
- o número de parcerias propostas: projetos com mais parcerias parecem alcançar mais objetivos;
- o número de objetivos: quanto mais objetivos são previstos, menor a probabilidade de alcançá-los;
- facilitar o acesso a recursos: projetos que conseguem acessar maior proporção de recursos atingem mais objetivos.

Ademais, este trabalho permitiu organizar dados dispersos ao longo de três anos em um sistema de planilhas que será útil para a gestão do apoio à pesquisa daqui em diante, em grande parte de suas etapas, além de potencializar o futuro planejamento de um banco de dados. Com base nas análises do material levantado, verificaram-se outros aprimoramentos que poderiam ser implementados no processo de apoio à pesquisa do ICMBio.

Já que a Chamada anual recebe projetos iniciados em anos anteriores, uma medida plausível seria adotar um processo seletivo diferenciado para esses casos, liberando-os de preencher o formulário de apresentação de projetos e exigindo o relatório de execução anual, com cronograma de planejamento de atividades e finanças. Assim, os avaliadores contariam com subsídios mais concretos para validar a continuação do projeto no ano seguinte.

No formulário de apresentação, seria interessante solicitar junto aos proponentes que indicassem a importância do projeto para o manejo do objeto a ser pesquisado e como os achados serão comunicados às diferentes classes de público na forma de produtos. Estes devem ser capazes de propagar os efeitos pretendidos pelo projeto. A COAPE deveria monitorar no médio prazo a geração dos produtos previstos, uma vez que o tempo decorrido entre o fim do projeto e a entrega do relatório de execução anual não é suficiente para tanto. Por outro lado, no relatório de execução, os resultados alcançados devem estar associados aos objetivos originalmente previstos.

Da mesma maneira que a COAPE utiliza duas semanas por ano para a seleção de projetos, seria importante reservar no seu calendário uma semana de avaliação de relatórios de execução dos mesmos. O presente trabalho resultou em uma estrutura básica que poderá ser aprimorada na avaliação de projetos. A cada quesito previsto, mas não alcançado por um projeto, o avaliador teceria uma breve consideração explicativa. Cada coordenador receberia a avaliação do seu projeto. Haveria a oportunidade de

contestar o veredito do avaliador e, caso aceita a contestação, seriam promovidas as alterações necessárias nas planilhas utilizadas para registrar os indicadores de efetividade.

Visando a aumentar a probabilidade de sucesso na condução das propostas priorizadas, projetos em áreas de conflito só deveriam ser aceitos caso se propusessem a abordar o conflito. Da mesma forma, o coordenador, ao apresentar um projeto, deveria informar se possui a expectativa de ser removido durante a vigência do projeto. Além disso, a COAPE deveria fixar no seu cronograma anual alguns dias para comunicações de meio termo com os coordenadores de projetos aprovados, para cobrar a execução de atividades e prestar informações financeiras.

A avaliação da efetividade do processo de apoio à pesquisa no ICMBio concentrou-se na capacidade de o conjunto de projetos apoiados firmarem parcerias, alcançarem objetivos e resultados, gerarem produtos e, acima de tudo, fornecerem recomendações de manejo. A metodologia permitiu aferir a evolução anual (2010-2012) desses cinco elementos. O comportamento de quatro deles (objetivos, resultados, produtos e recomendações de manejo) foi muito semelhante nesses três anos. Partindo do início da aferição em 2010, houve um aumento de observações desfavoráveis em 2011, que se reverteu em 2012. Por outro lado, as observações favoráveis, de forma geral, aumentaram desde 2010.

Todos os parâmetros medidos podem se qualificar a indicadores da efetividade de apoio à Pesquisa. O fornecimento de recomendações de manejo vai ao encontro de um dos principais propósitos do sistema de apoio, que é o de aproximar o conhecimento gerado pelas pesquisas com as demandas de manejo das Unidades de Conservação. O alcance de objetivos e resultados pode ser tratado como um único indicador. Projetos que cumprem os objetivos foram mais bem planejados – denotam capacidade técnica de seus executores – e alcançam mais resultados. Os produtos viabilizam os efeitos que os projeto almejam causar; a depender de como os resultados são comunicados. Os produtos são responsáveis por revelar aos gestores, à sociedade e aos tomadores de decisão as mudanças necessárias na realidade diante das constatações dos projetos. A análise das parcerias permite acompanhar os vínculos formados com outras instituições e a formação de redes.

Infelizmente, a execução financeira dos projetos, outro dos indicadores esperados para a avaliação da efetividade do apoio à pesquisa, apresentou comportamento inconsistente. Os registros contábeis devem ser alvo de reflexão, debate e ações de

aprimoramento. Idealmente, os lançamentos de despesa integrariam os fluxos já existentes de viabilização de recursos.

6. Referências

- Armstrong, D. P. & M. A. McCarthy. 2007. Big decisions and sparse data: Adapting scientific publishing to the needs of practical conservation. *Avian Conserv. Ecol.* 2: 14.
- Brasil 2000. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 138(138): 1-7, seção 1.
- Brasil 2007. Lei 11.516 de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 144(166): 1-2, Extra.
- Brasil 2007. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 154(166): 1-2, seção 1 ed. Extra.
- Brasil 2010. Lei 12.214 de 26 de janeiro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. *Diário Oficial da União*, 147(18): 1-20, seção 1.
- Brasil 2011. Decreto Nº 7.515, de 8 de Julho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e altera o Decreto no 3.607, de 21 de setembro de 2000, que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies

- da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. Diário Oficial da União, 131: 2-4, seção 1
- Brasil 2011. Lei 12.381 de 9 de fevereiro de 2011. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. Diário Oficial da União, 148(29):1-36, seção 1.
- Brasil 2012. Lei 12.595 de 19 de janeiro de 2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Diário Oficial da União, 149(15): 1-7, seção 1.
- Brasil 2013. Decreto Nº 8.099, De 4 de setembro de 2013. Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diário Oficial da União, 150 (172): 7-9, seção 1.
- Castro, E. B. V., Cronemberger, C. 2007. Da ciência ao manejo: o conhecimento científico e a gestão da pesquisa no Parque Nacional Serra dos Órgãos. In: Cronemberger, C. Castro, E. B. V. Ciência e Conservação na Serra dos Órgãos. Brasília: IBAMA, 2007. p.27-38.
- Castro, P.F.D. Psciotta K.R. 2012. Vocação e Limitação das Pesquisas nas Unidades de Conservação. In: Lima, G.S. Bontempo G. Almeida M. Gonç alves W. Gestão, Pesquisa e Conservação em áreas Protegidas. Viçosa, MG, p. 203-209.
- Castro, P.F.D. 2004. Ciência e Gestão em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), SP. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 131p.
- Committee on Improving the Science and Technology Programs of the National Park Service / Board on Environmental Studies and Toxicology Commission on Geosciences, Environment, and Resources, National Research Council 1992. Science and the National Parks. Washington, National Academy press, 137p.
- Dallmeier, F. 1998. Forest biodiversity research, monitoring and modeling: conceptual background and old world case studies. Ed. UNESCO, 671p.
- Fazey, I. Fischer J. Lindenmayer D.B. 2005. What do conservation biologists publish? Biological Conservation 124 63–73.

- Harmon, D. 1994. Coordinating research and management to enhance protected areas. Ed. IUCN, 132p.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009a. Portaria número 78, de 3 de setembro de 2009. Diário Oficial da União 70, p.235-236.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009b. Chamada Interna de Projetos de Pesquisa – DIBIO. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/dibio/download/chamada_interna_de_pesquisa_%20DIBIO_2010.pdf>. Acesso em maio 2012
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2010. Chamada Interna de Projetos da Diretoria de Conservação da Biodiversidade com errata. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/dibio/download/projetos_dibio2011.pdf>. Acesso em maio 2012.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2011. Chamada Interna de Projetos da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/dibio/download/ChamadaInterna2012DIBIO.pdf>>. Acesso em maio 2012.
- Instituto Publix. 2008. Modelagem Institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Produto 4: Versão Final da Proposta de Modelagem Institucional. Instituto Chico Mendes, Brasília, 115p.
- Instituto Publix. 2009. Modelagem Institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Resumo Executivo. Instituto Chico Mendes, Brasília, 42p.
- Lewis, S. 2007. The Role of Science in National Park Service Decision-making. The George Wright Forum, 24 (2): p. 36-40
- Lima, G.S. 2003. Criação, Implantação e Manejo de Unidades de Conservação no Brasil: Estudo de Caso em Minas Gerais. Tese de Doutorado, UFV, Viçosa, 85p.
- Madeira, J. A., Ribeiro, K. T., Oliveira, M. J. R., Nascimento, J. S. & Paiva, C. L. 2008. Distribuição espacial do esforço de pesquisa biológica na Serra do Cipó, Minas Gerais: subsídios ao manejo das unidades de conservação da região. Megadiversidade 4: 233-247
- Shanley P. Lopéz, C. 2009. Out of the loop:

- why research rarely reaches policy makers and the public and what can be done. *Biotropica* 41(5): 535-544.
- Medeiros R., Young CEF, Pavese HB, Araújo FFSA (org). 2011. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo. Brasília: UNEP- WCMC, 2011.
- Medina Sotomayor, J.F. 2013. Determinação de biomassa aérea em florestas nativas num ambiente agrícola do estado de São Paulo. Tese de Doutorado. ESALQ-USP, Piracicaba-SP, 2013. 129p.
- Meijard, D., Sheil, E. 2007. Is wildlife research useful for wildlife conservation in the tropics? A review for Borneo with global implications. *Biodiversity Conservation* 16(11): 3053–3065
- Mello, R.J.F.B. Martins, H.F. Ferreira, A.P.L. Oliveira, F.P.A. 2012. A modelagem de implementação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e seus desdobramentos futuros. Anais do XVII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia.
- Mourão, E. S. 2010. Pesquisas científicas e gestão nas unidades de conservação Federais do Amazonas. Dissertação de Mestrado, UFAM, Manaus, 145p.
- Murcia, C., Kattan, G. 2009. Application of Science to protected area management: overcoming the barriers. *Annals of the Missouri Botanical Garden*, 96(3):508-520
- Oliveira, A.S., Motta, A.S.M, Oliveira, S.B., Cunha, G.G. 2012. A gestão por processos e a interface humana: identificando, descrevendo e classificando os processos de gestão de pessoas. V Simpósio de Excelência e Tecnologia. Disponível em <http://www.aedb.br/seget/Result_art.html#GP>. Acesso em maio 2012.
- Parsons, D.J. 2004. Supporting basic ecological research in US national parks: challenges and opportunities. *Ecological Applications*, 14(1), p. 5–13.
- Pinto, J.C. Uma Crise Anunciada na Pesquisa Pública Brasileira. JC e-mail 4844, de 29 de outubro de 2013.
- Pullin, A.S., Knight, T.M., Stone, D.A., Charman, K. 2004. Do conservation managers use scientific evidence to support their decision-making? *Biological Conservation* 119 (2004) 245–252.
- Scarano, F.R. 2007. Perspectives on biodiversity science in Brazil. *Scientia Agricola* 64(4): 439-447.

- Shanley, P., López, C. 2009. Out of the loop: Why research rarely reaches policy makers and the public and what can be done. *Biotropica* 41(5):535-544
- Shimizu, JY. 2007. Estratégia complementar para conservação de espécies florestais nativas: resgate e conservação de ecótipos ameaçados. *Pesq. Flor. bras.*, Colombo, n.54, p.07-35
- Soulé, M.E. 1985. What Is Conservation Biology? *BioScience*, 35 (11) p. 727-734.
- Sutherland, W.J. Pullin, A.S. Dolman, P.M. Knight T.M. 2004. The need for evidence-based conservation. *Trends in Ecology and Evolution*, 19(6): 305-308.

Anexo 1 – Chamada de Projetos de 2010



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Chamada Interna de Projetos de Pesquisa – DIBIO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO), torna público aos interessados a presente chamada de projetos de pesquisa, nos termos aqui estabelecidos.

1. Informações Gerais

A Lei nº11.516, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, introduziu uma inovação ao estabelecer o fomento e a execução de programas de pesquisa entre as finalidades dessa autarquia. A DIBIO é a responsável pelo planejamento e supervisão das atividades de pesquisa conduzidas no Instituto.

De modo a desenvolver o potencial de pesquisa da instituição, no planejamento de 2009 foi aberta a possibilidade de que projetos de pesquisa dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e das Unidades de Conservação Federais fossem apresentados à DIBIO por meio do “Façaprojeto”.

Em 2010, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção e de supervisão dos projetos, a DIBIO definiu algumas modificações no planejamento das atividades relacionadas à pesquisa aberta¹. Em primeiro lugar, o “façaprojeto” foi substituído por um formulário no formato XLS (“formulário de planejamento – pesquisa 2010.xls”). Em segundo, foram definidas prioridades institucionais para a elaboração de propostas de pesquisa. Por fim, optou-se por esta chamada na forma de edital de modo a esclarecer aos interessados os aspectos básicos de elaboração das propostas e de seleção das mesmas.

É preciso ter ciência de que o planejamento dos demais aspectos do Plano Orçamentário Anual (tais como fiscalização, educação ambiental, manutenção de serviços terceirizados, etc) será demandado em breve pela Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN). Salvo orientações posteriores, os recursos para os projetos de pesquisa aberta não precisarão ser incluídos no instrumento de planejamento a ser distribuído pela DIPLAN, pois serão consolidados dentro da programação da DIBIO.

1.1 – Objetivo

Esta Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro aos projetos de pesquisas científicas desenvolvidos pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e pelas Unidades de Conservação Federais durante o ano de 2010, nos temas considerados como prioritários.

¹ Definimos pesquisa aberta como aquela não pactuada em metas institucionais

1.2 – Temas e Critérios

TEMAS (em ordem de prioridade, quando aplicável, tendo em vista as pré-definições no PPA)	CRITÉRIOS DE PRIORIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS
Ampliação do conhecimento sobre espécies ameaçadas e DD	Implementação de plano de ação (componente pesquisa);	PROBIO II
	Subsídios à elaboração e avaliação futura de planos de ação	PPA
	Subsídios à lista de espécies ameaçadas (ênfase para espécies DD)	
	Subsídios à criação e manejo de UC com base no conhecimento de espécies ameaçadas	
Ampliação do conhecimento para o manejo de UCs	Inventário da biodiversidade	PPA
	Interferências antrópicas (incêndios, caça, desmatamento, pesca, contaminação, impactos, etc)	
	Uso sustentável dos recursos	
	Controle de Espécies invasoras	
	Recuperação de área degradada	
	Estudos sócio-ambientais	
Ampliação do conhecimento em espeleologia	Inventário de cavernas Subsídio à criação e manejo de UCs Avaliação de impacto antrópico	PPA

1.3 – Cronograma

Envio de Propostas	27/10/2009 a 27/11/2009
Avaliação	30/11/2009 a 4/12/2009
Divulgação dos resultados	A partir de 15/12/2009

1.4 – Público-Alvo

São elegíveis a apresentarem propostas os servidores do Instituto Chico Mendes lotados nos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e nas Unidades de Conservação Federais.

1.5 – Recursos Financeiros

Se aprovadas, as propostas relacionadas à implementação de planos de ação serão financiadas com recursos do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). As demais receberão recursos do Plano Plurianual (PPA) para 2010.

1.6 – Itens de Difícil Financiamento

É recomendável que as propostas a serem contempladas com recursos do PPA não dependam da compra de equipamentos para serem conduzidas.

2. Requisitos Obrigatórios

O atendimento aos requisitos descritos a seguir será necessário para o exame da proposta. A ausência ou a imprecisão de qualquer um destes requisitos excluirá a proposta de etapas posteriores do respectivo processo seletivo.

2.1 Proponente/Coordenador

O coordenador deverá:

- possuir Currículo Lattes atualizado
- possuir vínculo funcional/empregatício com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2.2 Proposta

A proposta deverá ser elaborada segundo o formulário anexo, sendo obrigatória a apresentação de:

- Nome da unidade proponente
- Tema em que se enquadra a proposta
- Indicação de ser o projeto novo ou continuação de um anterior
- Título do projeto
- Três palavras-chave
- Resumo do projeto
- Se o projeto for indicação de um anterior, apresentar síntese de resultados já alcançados. Entende-se como resultados os dados obtidos sobre os objetos de estudo e não apenas informações sobre esforço amostral e reuniões realizadas.

- Justificativa(s)
 - Objetivo
 - Metodologia
 - Resultados a serem alcançados
 - Participação de outras unidades do Instituto ou de instituições parceiras, se houver
 - Produtos esperados do projeto
 - Cronograma de execução das atividades
 - Equipe técnica e qualificação
 - Dados pessoais do coordenador e do responsável pela unidade proponente: nome completo, e-mail e telefone de contato
 - Orçamento Detalhado
 - Cronograma de desembolso trimestral
 - Termo de compromisso de cadastramento do projeto de pesquisa no SISBIO, quando pertinente (só serão financiados projetos cadastrados, se necessário, conforme IN 154/2007)
- Observação: o tamanho das células pode ser ajustado para uma visualização adequada dos dados entrados.

3 – Apresentação e Envio das Propostas

3.1 As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em arquivos digitais entre os dias **3 de novembro e 27 de novembro de 2009**

3.2 As propostas deverão ser transmitidas por e-mail com solicitação de confirmação de envio ou, na ausência deste, por meio da postagem de disco (CD) gravável (CD-R). Não serão admitidas propostas gravadas em discos (CDs) regraváveis (CD-RW).

3.3 O e-mail para envio das propostas é: pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br

3.4 O endereço para envio das propostas é:

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EQSW 103/104, Bloco D, 2º andar
Sudoeste - Brasília-DF
70670-370

3.5 Nome dos Arquivos

O arquivo originalmente denominado “formulário de planejamento – pesquisa 2010.xls” deverá ser renomeado da seguinte maneira:

“Pesquisa_2010_Nome resumido da unidade proponente_numeração seqüencial (se mais de uma proposta for apresentada)”. Exemplos: “Pesquisa_2010_CECAV_01.xls”; “Pesquisa_2010_PNCDiamantina_04.xls”.

4 – Seleção das Propostas

4.1 Realizarão a seleção das propostas a Comissão de Avaliação Técnica e a Comissão de Avaliação Científica.

4.1.1 A Comissão de Avaliação Técnica será composta por servidores da sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, indicados pelos Coordenadores de Processos e selecionados pelo Diretor de Conservação da Biodiversidade

4.1.2 A Comissão de Avaliação Científica será composta por servidores *ad-hoc* de qualquer um dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação ou de Unidades de Conservação, ou ainda, da sede, sendo tais servidores indicados pelos Coordenadores de Processos e selecionados pelo Diretor de Conservação da Biodiversidade

4.2 A seleção das propostas enviadas em resposta a este Edital seguirá 3 (três) etapas:

1ª – Verificação do fornecimento dos requisitos obrigatórios por parte da Comissão de Avaliação Técnica

2ª – Habilitação das Propostas pela Comissão de Avaliação Técnica

3ª – Aprovação das Propostas pela Comissão de Avaliação Científica

4.2.1 Verificação do fornecimento dos requisitos obrigatórios

A ausência de pelo menos 1 (um) dos requisitos obrigatórios acarretará a exclusão da proposta do processo de seleção.

4.2.2 Habilitação das Propostas

A Comissão de Avaliação Técnica analisará as propostas quanto à adequação aos temas prioritários. Propostas cujo tema não se insira nas prioridades de pesquisa definidas no item 1.2 serão excluídas do processo de seleção. As propostas cujo tema seja compatível com as prioridades elencadas no item 1.2 serão habilitadas.

4.2.3 Aprovação das Propostas

A Comissão de Avaliação Científica avaliará os projetos habilitados segundo os seguintes critérios especificados a seguir:

- mérito (qualidade, relevância para a gestão ambiental federal, coerência)
- viabilidade cronológica e financeira

5 – Avaliação das Propostas

5.1 A Comissão de Avaliação Técnica e a Comissão de Avaliação Científica utilizarão formulários de avaliação padronizados nas etapas descritas nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3.

5.2 Os servidores *ad hoc* não participarão da avaliação das propostas dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação ou das Unidades de Conservação onde estão lotados.

5.3 As propostas analisadas pela Comissão de Avaliação Científica serão organizadas em ordem decrescente de pontuação. Partindo da proposta mais pontuada, serão aprovadas propostas em número tal que o orçamento disponível permita financiá-las.

6 – Resultado da Seleção

O resultado da seleção será publicado na Intranet do ICMBio na data provável de 15 de dezembro de 2009.



Chamada Interna de Projetos da Diretoria de Conservação da Biodiversidade **com errata**

A Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO) do torna pública a presente chamada de projetos dirigida aos servidores do Instituto Chico Mendes, nos termos aqui estabelecidos.

1. Informações Gerais

Assim como em 2009, a Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO) lança, em 2010, a Chamada Interna de Projetos a serem desenvolvidos durante 2011. Esta Chamada é a principal ferramenta para o alcance das metas da DIBIO, em especial o fomento e execução de programas de pesquisa e a implementação das políticas públicas relacionadas à conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

Para execução em 2009, a DIBIO abriu às Unidades de Conservação a possibilidade de submissão de projetos, primeiramente com uso do “Faça-Projetos”, ferramenta de planejamento disponível naquele ano. No ano seguinte, algumas modificações foram introduzidas no planejamento das atividades de pesquisa e manejo, buscando o contínuo aperfeiçoamento da capacidade de apoiar os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as Unidades de Conservação Federais, bem como a melhoria das propostas. Em resposta à Chamada Interna de Projetos do ano de 2010, foram encaminhadas 144 propostas, das quais 72 foram aprovadas, considerando qualidade e enquadramento. Direcionaram-se recursos da ordem de R\$3.000.000 para o financiamento dos projetos aprovados.

Neste ano, as modificações introduzidas na Chamada Interna buscam tornar mais claros os temas em que as propostas deverão se enquadrar, para facilitar a apresentação das mesmas e aprimorar o processo de avaliação e de posterior gerenciamento. A atual Chamada inclui de forma segmentada as diversas atividades relacionadas aos projetos sob responsabilidade de diferentes coordenações (processos) da DIBIO, como as etapas relacionadas à elaboração de listas de espécies ameaçadas e dos planos de ação para a conservação das mesmas.

A demanda crescente por recursos para eventos científicos organizados por iniciativa das Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa e Conservação, motivou outra novidade: a necessidade de tais eventos serem apresentados na forma de projetos.

A Conservação, em cenário de imensa biodiversidade, crescentes desafios e escassez de recursos financeiros e humanos, deve ser baseada em métodos científicos de excelência, na cuidadosa definição de questões chave à conservação e ao manejo e na otimização dos esforços de conhecimento, planejamento e intervenção – é recomendável que estes princípios sejam observados pelos autores durante a redação das propostas.

1.1 – Objetivo

Esta Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos desenvolvidos pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e pelas Unidades de Conservação Federais, durante o ano de 2011, nos temas elegíveis, dentro dos processos institucionais da DIBIO.

1.2 – Processos Institucionais e seus Temas Elegíveis

A DIBIO encontra-se atualmente organizada em duas Coordenações Gerais: 1- Coordenação-Geral de Espécies Ameaçadas; 2 - Coordenação-Geral de Pesquisa. Cada Coordenação Geral está organizada em *processos*.

Dentro da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas, os processos abrangidos por esta chamada são:

A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade;

B) Ações para a Conservação de espécies ameaçadas ou migratórias;

C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção;

Dentro da Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento, os processos abrangidos por esta chamada são:

C) Apoio à Pesquisa

D) Monitoramento da Biodiversidade

Para o ano de 2011, os autores deverão selecionar, dentro de um dos quatro processos supracitados, o tema elegível em que se enquadra cada projeto (apenas um por projeto – em algumas situações o projeto deve ser decomposto de modo a se enquadrar perfeitamente em cada tema – exemplo – projetos que envolvam pesquisa de campo e seminários devem ser divididos em dois)

GESTÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS

A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade

A DIBIO tem com meta até 2014, em conformidade com a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), avaliar o estado de conservação de todas as espécies de animais vertebrados e

seletivamente das de invertebrados, o que totaliza aproximadamente 10 mil espécies. Para que esta meta seja cumprida serão selecionadas as propostas referentes a execução do processo de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade, conforme modelo operacional estabelecido pela COABIO/CGESP, incluindo as seguintes fases:

- a. Realização de reuniões preparatórias: reuniões com grupos de especialistas para definição de recortes e coordenadores de táxons, revisão e refinamento das fichas;
- b. Compilação de Dados: levantamento de dados secundários sobre as espécies alvo em formato das fichas;
- c. Realização de Oficinas para Avaliação: reuniões de trabalho com especialistas para aplicação dos critérios e categorias de ameaça de extinção.

Temas Elegíveis de <u>Avaliação da Conservação da Biodiversidade</u>	Origem dos Recursos	Estimativa de Recursos (Custeio)
1. Compilação de dados e Oficinas	PROBIO e PPA	R\$ 750 mil

B) Ações para a Conservação de espécies ameaçadas ou migratórias:

A DIBIO tem como meta até 2014, em conformidade com a CDB, elaborar Planos de Ação Nacionais (PAN) para 100% das espécies ameaçadas de extinção e implementar pelo menos 25% das ações constantes nestes planos. Cabe também ao ICMBio a coordenação do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico*. Serão selecionados os projetos com propostas em duas linhas: Elaboração de PAN e Implementação de Ações de Conservação.

Para elaboração serão priorizadas propostas com recorte ecossistêmico regional e que abranjam o maior número de espécies ameaçadas, seguindo o modelo estabelecido pela COPAN/CGESP.

Para implementação serão selecionadas as propostas que contemplem as ações previstas nos seguintes planos de ação:

- Mutum-do-sudeste
- Albatrozes e petréis
- Pato-mergulhão
- Arara-azul-de-lear (incluindo PAN Licuri)
- Aves de rapina
- Galiformes
- Mutum-de-alagoas
- Soldadinho-do-Araripe
- Lobo-guará
- Morceguinho-do-cerrado
- Herpetofauna insular
- Onça-pintada
- Muriqui
- Biota aquática do Paraíba do Sul
- Grandes Cetáceos
- Pequenos Cetáceos
- Mustelídeos
- Sirênios
- Tartarugas Marinhas
- Toninha
- Papagaios
- Lepidópteras
- Cactáceas
- Pequenos mamíferos
- Cervídeos
- Mamíferos do sudeste da mata atlântica
- Ouriço-preto
- Periquito-da-cara-suja
- Cardeal-de-peito-amarelo
- Flora Ameaçada de campos rupestres
- *Saguinus bicolor*

Além disso, serão aceitas proposta de implementação de ações de conservação de espécies ameaçadas ou migratórias que ainda não tenham PAN, desde que sejam de continuidade e tenham sido apresentados e aprovados projetos específicos para elaboração de PAN.

Temas Elegíveis de <u>Ações para a Conservação de espécies ameaçadas ou migratórias;</u>	Origem dos Recursos	Estimativa de Recursos (Custeio)
2. Elaboração de PAN	PROBIO e PPA	R\$ 750 mil
3. Implementação de ações para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou migratórias		
a. Ações de conservação e pesquisa apontadas nos PANs	PROBIO e PPA	R\$ 750 mil
b. Ações de conservação e pesquisa de espécies ameaçadas ou migratórias sem PAN (apenas projetos de continuidade)	PROBIO e PPA	R\$ 500 mil

C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção;

Este processo tem como objetivo identificar, por meio de análises e modelos, áreas relevantes para a conservação, áreas críticas e tendências de riscos para espécies. Para tanto, serão selecionadas as propostas que proponham a construção de cenários relevantes para a conservação das espécies, em especial as espécies ameaçadas, como mapas de distribuição potencial, KBA (key biodiversity áreas), mapas de pressões e sensibilidades.

Temas Elegíveis de <u>Análise de Cenários</u>	Origem dos Recursos	Estimativa de Recursos (Custeio)
4. Modelagem de tendências, áreas chaves para conservação, identificação de áreas de conflito	PROBIO e PPA	R\$ 250 mil

PESQUISA E MONITORAMENTO

D) Apoio à Pesquisa

A Coordenação de Apoio à Pesquisa (COAPE) almeja que os projetos aprovados em 2011 abordem questões cuja elucidação fortaleça o aspecto técnico das decisões de manejo – seja sua proposição ou sua avaliação continuada. Os oito temas elegíveis foram selecionados após cuidadosas discussões e reflexões que visam direcionar a pesquisa para a produção de conhecimento útil aos diversos processos institucionais, com foco no manejo e no conhecimento sobre o que o Instituto Chico Mendes está protegendo. Um dos principais objetivos da COAPE é fortalecer a capacidade institucional de fazer pesquisa, bem como de se beneficiar de seus resultados. Por isto, os projetos enviados para os temas a ela vinculados devem contar com claro protagonismo por parte de servidores, seja na execução, seja na elaboração das questões a serem respondidas. Não serão aceitos projetos baseados em consultorias, ou cuja execução esteja inteira ou quase exclusivamente baseada nas parcerias estabelecidas pela unidade.

Observe-se que alguns temas ligados à pesquisa, não contemplados na tabela a seguir, foram atribuídos e priorizados junto aos processos de Planos de Ação para a Conservação e de Monitoramento da Biodiversidade.

Temas Elegíveis de Apoio à Pesquisa	Origem dos Recursos	Estimativa de Recursos (Custeio)
1. Subsídios ao manejo de Unidades de Conservação e seu entorno a partir da ampliação do conhecimento sobre as espécies ameaçadas ou com insuficiência de dados ("D.D.")	PPA	R\$1.400. mil (compartilhados com Monitoramento da Biodiversidade)
2. Inventários da biodiversidade claramente relacionados às etapas de elaboração, aos produtos e às demandas dos Planos de Manejo, com prioridade para Unidades de Conservação (ou áreas dentro destas) que sejam pouco estudadas		
3. Avaliação da influência antrópica sobre a biodiversidade de Unidades de Conservação e seu entorno (incêndios, caça, desmatamento, pesca, contaminação etc) e sua interação com ações de manejo		
4. Práticas de manejo de recursos naturais com vistas ao uso sustentável em Unidades de Conservação e seu entorno		
5. Controle de espécies invasoras nas Unidades de Conservação e seu entorno		
6. Estudos sobre recuperação de áreas degradadas nas Unidades de Conservação		
7. Estudos sobre conhecimento ecológico local/etnoconhecimento nas Unidades de Conservação		
8. Realização de eventos científicos (por exemplo, Simpósios, Seminários, Ciclo de Palestras) – máximo de R\$ 10.000,00 por evento		

Errata - acrescentam-se os temas:

9. Estudos para valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais em Unidades de Conservação.

10. Projetos que contemplem as ações previstas no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, instituído pela Portaria MMA nº 358, de 30 de setembro de 2009.

E) Monitoramento da Biodiversidade

A partir da modelagem do processo de monitoramento da biodiversidade, a Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB) trabalha atualmente com duas diretrizes principais: Avaliação da efetividade das Unidades de Conservação na conservação da biodiversidade e Avaliação da efetividade de ações de conservação e manejo de espécies ameaçadas de extinção.

Nesse sentido, estão em andamento ações para estabelecer e padronizar indicadores e metodologias para o monitoramento da biodiversidade nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Marinho.

Assim, a COMOB esclarece que os projetos de monitoramento da biodiversidade aprovados para 2011 terão caráter experimental, ou seja, buscarão testar metodologias e indicadores visando

responder as perguntas norteadoras desta Coordenação. Portanto, a continuidade desses projetos para os próximos editais dependerá da efetividade e qualidade dos resultados apresentados.

Temas Elegíveis de <u>Monitoramento</u>	Origem dos Recursos	Estimativa de Recursos (Custeio)
1. Teste de métodos de monitoramento visando à avaliação da efetividade das Unidades de Conservação	PPA	R\$1.400.000,00 (compartilhados com Apoio à Pesquisa)
2. Teste de métodos de monitoramento visando avaliação da efetividade de ações de conservação e manejo de espécies ameaçadas de extinção		

1.3 – Cronograma

Prazo Final para o Recebimento das Propostas	07/09/2010
Divulgação dos resultados preliminares e recomendações de melhoria	20/09/2010
Prazo Final para Eventuais Ajustes Recomendados	03/10/2010
Divulgação dos Projetos Aprovados	25/10/2010
Divulgação do Resultado Final	Dezembro de 2010

1.4 – Público-Alvo

São elegíveis a apresentarem propostas todos os servidores do Instituto Chico Mendes, exceto os da sede, conforme especificado em detalhe nos itens 1.2.1 (A e B) e 1.2.2 (C e D).

1.5 - Recursos Financeiros

Se aprovadas, as propostas serão financiadas com recursos do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II) e recursos orçamentários (Plano Plurianual, PPA).

1.6 – Itens de Difícil Financiamento

Embora possam ser solicitados equipamentos, mediante justificativa, recomenda-se que as propostas a serem contempladas não dependam da compra deles para serem conduzidas.

1.7 – Consultoria

As propostas relacionadas ao Macroprocesso de Pesquisa e Monitoramento não serão aceitas caso dependam da realização de consultoria.

2 – Requisitos Obrigatórios

O atendimento aos requisitos descritos a seguir será necessário para o exame da proposta. A ausência ou a imprecisão de qualquer um destes requisitos excluirá a proposta de etapas posteriores do respectivo processo seletivo.

2.1 – Proponente/Coordenador

O coordenador deverá:

- possuir Currículo Lattes atualizado (caso não tenha, acessar https://www.cnpq.br/sigef_imp/owa/cadast_rh)
- possuir vínculo funcional/empregatício com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2.2 – Proposta

A proposta deverá ser elaborada segundo o “Formulário de Apresentação de Projetos para o Exercício de 2011”, sendo obrigatória a apresentação de (faça um *check list*):

Item	Checar
Nome da unidade proponente	
- Escolha de um único Tema Elegível	
- Indicação de ser o projeto novo ou continuação de um anterior	
- Título do projeto	
- Três palavras-chave	
- Resumo do projeto	
- Referências Bibliográficas	
- Se o projeto for continuação de um anterior, apresentar de forma clara e concisa os resultados já alcançados. Entende-se como resultados os dados obtidos, análises e conclusões sobre os objetos de estudo e não apenas informações sobre esforço amostral e reuniões realizadas	
- Justificativa(s)	
- Objetivo	
- Metodologia	
- Referências Bibliográficas (as que tenham sido citadas no projeto)	
- Resultados a serem alcançados	
- Produtos esperados do projeto e respectiva quantidade	
- Participação de outras unidades do Instituto (incluindo as Bases dos Centros) ou de instituições parceiras, se houver, bem como a forma de participação na execução do Projeto	
- Cronograma de execução das atividades	
- Equipe técnica: nome do participante, função no projeto, instituição e tipo de vínculo com a mesma	
- Qualificação da equipe técnica: nome do participante, formação acadêmica e link para o Currículo Lattes, quando pertinente	
- Dados pessoais do coordenador e do responsável pela unidade proponente: nome completo, e-mail, telefone de contato e endereço de correspondência da Unidade Executora do Projeto	
- Orçamento Detalhado, com justificativa da necessidade de aquisição de material permanente.	
- Cronograma de desembolso trimestral	
- Termo de compromisso de cadastramento do projeto de pesquisa no SISBIO, quando pertinente (só serão financiados projetos cadastrados, conforme a IN 154/2007)	

3 – Apresentação e Envio das Propostas

3.1 – As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em arquivos digitais **até as 23 horas e 59 minutos do dia 7 de setembro de 2010**, devendo-se observar o horário de Brasília. **O arquivo denominado “formulário de projetos da DIBIO 2011.doc” deverá ser renomeado da seguinte maneira:**

“Pesquisa_2011_Nome resumido da unidade proponente_numeração sequencial” (se mais de uma proposta for apresentada). Exemplos:

“Pesquisa_2010_CECAT_04.doc”; “Pesquisa_2010_PARNA Aparados da Serra_01.doc”.

3.2 – As propostas deverão ser transmitidas por e-mail.

3.3 – O e-mail para envio das propostas é: pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br. **Inserir assunto: “Submissão projeto 2011 – Nome da Unidade”**. Por exemplo: “Submissão projeto 2011 – RAN”.

4 – Avaliação das Propostas

4.1 – A seleção das Propostas enviadas em resposta a este Edital seguirá as seguintes etapas:

1ª – Enquadramento

2ª – Aprovação

3ª – Priorização

4.2 – As propostas serão avaliadas pela Comissão de Avaliação Técnico-Científica nas etapas de Enquadramento e de Aprovação e pelos Coordenadores de Processo na etapa de Priorização.

4.2.1 – A Comissão de Avaliação Técnico-Científica será composta por servidores de Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, de uma ou mais Unidades de Conservação Federais e da sede do Instituto, podendo haver a participação de colaboradores de outras instituições.

Os servidores não participarão da avaliação das propostas dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação ou das Unidades de Conservação onde estão lotados.

4.3 – Enquadramento

O Enquadramento será realizado pela Comissão de Avaliação Técnico-Científica. A ausência de pelo menos 1 (um) dos requisitos obrigatórios ou a falta de adequação a somente 1 (um) Tema Elegível por Processo Institucional acarretará a eliminação da Proposta. As propostas que apresentarem os requisitos obrigatórios e enquadrarem-se predominantemente em um único Tema Elegível por Processo serão habilitadas. Os coordenadores poderão receber recomendações de ajustes nas propostas, caso em que deverão remetê-las, devidamente revisadas, ao e-mail pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br até às 23 horas e 59 minutos do dia 19 de setembro de 2009.

4.3.2 – Aprovação das Propostas

A Comissão de Avaliação Técnico-Científica avaliará as propostas habilitadas segundo os critérios especificados a seguir:

CRITÉRIO	Peso	Nota Máxima
Relevância (2)	5	10
Adequação da metodologia	3	10
Viabilidade técnica e econômica (1)	4	10
Coerência entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronogramas	4	10
Coerência entre Equipe e Atividades Propostas	3	10
Resultados e produtos esperados	3	10
Se é continuidade, avaliação da importância face aos resultados alcançados QU...	2	10
...Se proposta nova, avaliação da potencial importância dos resultados	2	10
Estratégia de divulgação científica entendida como um conjunto de ações para a democratização do conhecimento resultante da pesquisa	1	10
	-2	0
		270

Errata - Não-Atendimento às recomendações de ajuste: nota máxima = 10.

(1) Primeiro Critério de Desempate

(2) Segundo Critério de Desempate, no caso persista o empate após a consideração do primeiro critério

A nota final dos projetos será calculada pela soma das notas obtidas em cada critério, dividida por 27. O não atendimento das recomendações de ajuste será penalizado com a redução de até 20 pontos do somatório final.

As propostas habilitadas serão aprovadas caso obtenham pelo menos 50% da pontuação máxima. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a viabilidade técnica e econômica. Persistindo o empate, o segundo critério de desempate será a Relevância.

4.3.3 – Priorização

A execução das propostas aprovadas estará sujeita a circunstâncias diversas, ligadas à realidade das quatro Coordenações, tais como a expectativa de recursos disponíveis e metas estabelecidas no âmbito da Diretoria, principalmente. Portanto, há a possibilidade de que parte das propostas aprovadas não seja financiada segundo as possibilidades e as prioridades da Administração.

Anexo 3 – Chamada de Projetos de 2012



Chamada Interna de Projetos da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), torna pública aos servidores do Instituto Chico Mendes a presente chamada de projetos, nos termos aqui estabelecidos.

1. Informações Gerais

1.1 – Objetivo

Esta Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos a serem desenvolvidos pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e pelas Unidades de Conservação Federais, durante o ano de 2012.

1.2 – Temas Elegíveis

Para o ano de 2012, os autores deverão selecionar um único tema elegível por projeto.

Quadro resumido dos temas elegíveis, das coordenações por eles responsáveis, do formulário a ser utilizado para cada tema e da provável fonte de recursos para apoio aos projetos

Linhas Temáticas	Coordenação Responsável	Esclarecimento de Dúvidas	Formulário de Preenchimento da Proposta	Provável Fonte dos Recursos
A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade	COABIO	cgesp@icmbio.gov.br Tel. (61) 3341-9378	Temas ABC Chamada 2012 DIBIO.xls	Outras Fontes
B) Elaboração de Planos de Ação (PAN) para a Conservação de Espécies Ameaçadas	COPAN		Temas ABC Chamada 2012 DIBIO.xls	Outras Fontes
C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção	COAPRO		Temas ABC Chamada 2012 DIBIO.xls	Outras Fontes
D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação	COPAN		Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento	PPA
E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação	COAPE	pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br Tel. (61) 3341-9370	Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento	PPA, PNUD
F) Monitoramento da Biodiversidade	COMOB		Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento	PPA, PROBIO
G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico	COAPE/COMOB/COPAN		Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento	PPA
H) Realização de Eventos Científicos	COAPE		Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento	PPA

A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade

Serão avaliadas propostas de avaliação do estado de conservação de grupos taxonômicos da fauna brasileira de acordo com o Roteiro Metodológico estabelecido pela COABio/CGESP.

Deverá ser apresentada uma proposta por recorte taxonômico, incluindo todas as etapas estabelecidas no Roteiro Metodológico. A proposta orçamentária deverá incluir o custeio de todas as etapas do processo, inclusive a participação da equipe da COABIO.

B) Elaboração de Planos de Ação (PAN) para a Conservação de Espécies Ameaçadas

Serão selecionadas propostas de elaboração de planos de ação com recorte ecossistêmico regional seguindo a metodologia estabelecida pela COPAN/CGESP.

Deverá ser apresentada uma proposta por PAN, incluindo todas as etapas previstas na metodologia estabelecida. A proposta orçamentária deverá incluir o custeio de todas as etapas do processo, inclusive a participação da equipe da COPAN.

C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção;

Serão selecionadas propostas que analisem e façam a espacialização/mapeamento das ameaças resultantes de empreendimentos ou outras pressões sobre a biodiversidade ameaçada, biomas, ecossistemas ou sobre o próprio âmbito de atuação de cada Centro Especializado ou Unidade de Conservação e que definam cenários relevantes para a sua conservação.

Deverá ser apresentada uma proposta por unidade. A proposta orçamentária deverá incluir o custeio de todas as etapas do processo, inclusive a participação da equipe da COAPRO.

D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas

Serão selecionadas as propostas que contemplem as ações previstas nos seguintes Planos de Ação:

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Mutum-do-sudeste | 2. Ariranha e Lontra |
| 3. Albatrozes e petréis | 4. Sirênios |
| 5. Pato-mergulhão | 6. Tartarugas Marinhas |
| 7. Arara-azul-de-lear | 8. Toninha |
| 9. Aves de rapina | 10. Papagaios da Mata Atlântica |
| 11. Galiformes | 12. Lepidópteras Ameaçadas |
| 13. Mutum-de-alagoas | 14. Cactáceas Ameaçadas |
| 15. Soldadinho-do-Araripe | 16. Primatas do Nordeste do Brasil |
| 17. Lobo-guará | 18. Cervídeos |
| 19. Morceguinho-do-cerrado | 20. Mamíferos da Mata Atlântica Central |
| 21. Herpetofauna insular | 22. Ouriço-preto |
| 23. Onça-pintada | 24. Passeriforme dos Campos Sulinos |
| 25. Muriquis | 26. Ararinha Azul |
| 27. Biota aquática do Paraíba do Sul | 28. Sempre Vivas |
| 29. Grandes Cetáceos | 30. <i>Saguinus bicolor</i> |

31. Pequenos Cetáceos
33. Herpetofauna do Sul do Brasil
35. Espécies Aquáticas da Bacia do Rio Mogi e Pardo
37. Cavernas do Rio São Francisco

32. Aves da Caatinga
34. Herpetofauna da Serra do Espinhaço
36. Espécies da Bacia do Baixo e Médio Xingu
38. Onça Parda

Cada unidade somente poderá apresentar uma proposta por PAN (caso sejam enviadas pela mesma unidade mais de uma proposta por PAN, ambas serão eliminadas).

As unidades coordenadoras de PAN deverão incluir em suas propostas a monitoria dos Planos de Ação (reunião virtual ou presencial). Nos casos de eventos presenciais, que requeiram a participação da COPAN, este custo deverá estar contabilizado.

E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação

Os projetos de Pesquisa para o Manejo deverão abordar questões cuja elucidação fortaleça as propostas de manejo e a avaliação das mesmas. Serão selecionados projetos que se enquadrem em um dos seguintes sub-temas:

E.1) Subsídios ao manejo de Unidades de Conservação e seu entorno a partir da ampliação do conhecimento sobre as espécies ameaçadas ou com insuficiência de dados (“D.D.”)

E.2) Inventários da biodiversidade claramente relacionados às etapas de elaboração, aos produtos e às demandas dos Planos de Manejo, com prioridade para Unidades de Conservação (ou áreas dentro destas) que sejam pouco estudadas

E.3) Avaliação da influência antrópica sobre a biodiversidade de Unidades de Conservação e seu entorno (incêndios, caça, desmatamento, pesca, contaminação etc) e sua interação com ações de manejo

E.4) Práticas de manejo de recursos naturais e, quando couber, organização da produção comunitária com vistas ao uso sustentável em Unidades de Conservação e seu entorno

E.5) Controle de espécies invasoras nas Unidades de Conservação e seu entorno

E.6) Estudos sobre conhecimento ecológico local/etnoconhecimento nas Unidades de Conservação

E.7) Diagnóstico e Avaliação dos modos de organização e controle social na gestão de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (recorte em função da origem dos recursos)

E.8) Valoração Econômica dos benefícios ambientais proporcionados por Unidades de Conservação à sociedade

F) Monitoramento da Biodiversidade

Serão selecionados projetos de monitoramento da biodiversidade com potencial de integração à Rede de Monitoramento das Unidades de Conservação Federais, em especial os que abrangem os seguintes sub-temas:

- F.1)** Avaliação da efetividade das UCs para a conservação da biodiversidade, incluindo o uso dos seus recursos
- F.2)** Avaliação de impactos decorrentes da concessão florestal sobre a biodiversidade
- F.3)** Avaliação de impactos decorrentes de mudanças climáticas sobre a biodiversidade
- F.4)** Sistematização de dados do monitoramento

G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico

Serão selecionadas propostas em conformidade com o Programa Nacional do Patrimônio Espeleológico estabelecido na Portaria 358 – MMA de 30 de setembro de 2009.

H) Realização de eventos científicos

Serão selecionadas propostas de realização de Simpósios, Seminários, Ciclo de Palestras e congêneres, cujo tema coincida com um dos estipulados nesta Chamada, exceto para os temas de “A” a “D”, no valor máximo de R\$ 10.000,00 por evento.

1.4 – Cronograma

Prazo Final para o Recebimento das Propostas	27/11/2011
Divulgação do resultado final do processo de avaliação dos projetos relacionados aos temas: A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade; B) Elaboração de Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; e C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção	A partir de 16/12/2011
Divulgação dos resultados preliminares e recomendações de melhoria dos Projetos relacionados aos temas: D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação; F) Monitoramento da Biodiversidade; G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico; e H) Realização de eventos científicos	A partir de 16/12/2011
Prazo Final para Envio dos Eventuais Ajustes Recomendados na Primeira Avaliação das Propostas	22/01/2012
Divulgação dos Projetos Aprovados, relacionados aos temas: D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação; F) Monitoramento da Biodiversidade; G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico; e H) Realização de eventos científicos	A partir de 10/02/2012
Divulgação do Resultado Final	Segunda quinzena de fevereiro de 2012

1.5 – Público-Alvo

São elegíveis a apresentarem propostas todas as unidades do Instituto Chico Mendes, exceto as da sede.

1.6 – Recursos Financeiros

Se aprovadas, as propostas serão financiadas com recursos do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II), recursos orçamentários (Plano Plurianual, PPA), projetos GEF e outras fontes de recursos.

As reuniões, oficinas, Workshops ou outros similares deverão preferencialmente ser realizados na ACADEBio, visando minimizar os custos. Quando não forem deverá ser apresentada justificativa técnica e avaliação financeira dos custos

1.7 – Itens de Difícil Financiamento

Embora possam ser solicitados equipamentos, mediante justificativa, recomenda-se que as propostas a serem contempladas não dependam da compra deles para serem conduzidas.

1.8 – Consultoria

As propostas relacionadas aos temas: **E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação; F) Monitoramento da Biodiversidade; G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico; e H) Realização de eventos científicos** (item 1.2 – Temas Elegíveis) não serão aceitas caso prevejam a realização de consultoria.

2 – Requisitos Obrigatórios da Proposta

O atendimento aos requisitos descritos a seguir será necessário para o exame da proposta. A ausência ou a imprecisão de qualquer um destes requisitos excluirá a proposta de etapas posteriores do respectivo processo seletivo.

2.1 – Proponente/Coordenador

O coordenador deverá:

- possuir Currículo Lattes atualizado (caso não tenha, acessar https://wwws.cnpq.br/sigef_imp/owa/cadast_rh)
- possuir vínculo funcional/empregatício com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2.2 – Proposta

A proposta deverá ser elaborada nos Formulários de Apresentação de Projetos para o Exercício de 2012, sendo obrigatório o preenchimento de todos os campos, exceto quando explicitamente indicado.

Em 2012, os formulários variarão de acordo com o tema.

O **Formulário I (Temas ABC Chamada 2012 DIBIO.xls)** abrangerá propostas relacionadas aos temas **A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade; B) Elaboração de Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; e C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção.**

O **Formulário II (Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento)** abrangerá propostas relacionadas aos temas **D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação; F) Monitoramento da Biodiversidade; G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico; e H) Realização de eventos científicos**

2.3 – Termo de Consentimento da Chefia e de Compromisso de cadastramento do projeto no SISBIO

Para a avaliação das propostas, os chefes dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e os chefes das Unidades de Conservação Federais deverão encaminhar, juntamente com as propostas, declaração assinada e digitalizada (segundo modelo fornecido) de consentimento com a realização dos projetos apresentados e aprovados, e de compromisso de cadastramento do projeto no SISBIO, caso necessário.

3 – Apresentação e Envio das Propostas

3.1 – As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em arquivos digitais **até as 23 horas e 59 minutos do dia 27 de novembro de 2011**, devendo-se observar o horário de Brasília. O arquivo denominado **“Temas ABC Chamada 2012 DIBIO.xls”** deverá ser renomeado da seguinte maneira:

“Temas ABC Chamada 2012 Nome resumido da unidade proponente numeração sequencial” (se mais de uma proposta for apresentada). Por exemplo:

Se a unidade apresentar três propostas, o número seqüencial variará de 01 a 03, permanecendo constantes os demais caracteres: **“Temas ABC Chamada 2012 CMA 01.xls”**, **“Temas ABC Chamada 2012 CMA 02.xls”**, **“Temas ABC Chamada 2012 CMA 03.xls”**.

Não serão aceitos arquivos nomeados em desacordo com as instruções acima, como por exemplo: **“Monitoramento_2011_CMA_02.xls”**, **“formulário DIBIO 2011.xls”**.

As sedes dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação deverão zelar para que suas bases não encaminhem arquivos com o mesmo nome.

No caso dos temas DEFGH, são dois arquivos (**Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.doc – textos – e Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls – orçamento**). **Ambos deverão ser preenchidos e renomeados da seguinte maneira:**

“Temas DEFGH Chamada 2012 Nome resumido da unidade proponente numeração sequencial” (se mais de uma proposta for apresentada). Por exemplo:

Se a unidade apresentar três propostas, o número sequencial variará de 01 a 03, permanecendo constantes os demais caracteres: **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 01.doc”** e **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 01.xls”**, **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 02.doc”** e **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 02.xls”** e **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 03.doc”** e **“Temas DEFGH Chamada 2012 CMA 03.xls”**.

3.2 – As propostas deverão ser enviadas por e-mail

3.3 – O e-mail para envio das propostas é: pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br. Inserir assunto: “Submissão projeto 2012 – Nome da Unidade”. Por exemplo: “Submissão projeto 2012 – CMA”.

4 – Avaliação das Propostas

4.1 – Avaliação das Propostas relacionadas aos temas A) Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade; B) Elaboração de Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; e C) Análise de cenários de impactos e risco de extinção.

4.1.1 A seleção das propostas relacionadas aos temas acima consistirá de duas etapas:

- 1ª – Aprovação
- 2ª – Priorização

4.1.2 As propostas relacionadas aos temas acima serão avaliadas pelos técnicos da Coordenação Geral de Manejo para Conservação na etapa de Aprovação e pelos Coordenadores de Processo na etapa de Priorização

4.1.3 Na etapa de aprovação, os técnicos da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas avaliarão as propostas segundo os seguintes critérios:

CRITÉRIO	Peso	Nota Máxima
Relevância (2)	5	10
Viabilidade técnica e econômica (1)	4	10
Coerência entre Equipe e Atividades Propostas	3	10
		120

(1) Primeiro Critério de Desempate

(2) Segundo Critério de Desempate, no caso persista o empate após a consideração do primeiro critério

As propostas serão aprovadas caso obtenham pelo menos 60% da pontuação máxima. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a viabilidade técnica e econômica. Persistindo o empate, o segundo critério de desempate será a Relevância.

4.1.4 – Na etapa de priorização, os coordenadores poderão estabelecer a prioridade de execução das propostas aprovadas tendo em vista as metas da Diretoria.

4.2 – Avaliação das Propostas relacionadas aos temas D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas; E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação; F) Monitoramento da Biodiversidade; G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico; e H) Realização de eventos científicos

4.2.1 – A seleção das Propostas relacionadas aos temas acima consistirá de três etapas:

- 1ª – Habilitação
- 2ª – Aprovação
- 3ª – Priorização

4.2.2 – As propostas serão avaliadas pela Comissão de Avaliação Técnico-Científica nas etapas de Revisão e de Aprovação e pelos Coordenadores de Processo na etapa de Priorização.

4.2.3 – A Comissão de Avaliação Técnico-Científica será composta por servidores de Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, de uma ou mais Unidades de Conservação Federais e da sede do Instituto, podendo haver a participação de colaboradores de outras instituições.

Os servidores não participarão da avaliação das propostas dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação ou das Unidades de Conservação onde estão lotados.

4.2.4 – Habilitação

A habilitação será realizada pela Comissão de Avaliação Técnico-Científica. A ausência de pelo menos 1 (um) dos requisitos obrigatórios ou a falta de adequação a somente 1 (um) Tema Elegível acarretará a eliminação da Proposta. As propostas que apresentarem os requisitos obrigatórios e enquadrarem-se em um único Tema Elegível serão habilitadas. Os coordenadores poderão receber recomendações de ajustes nas propostas, caso em que deverão remetê-las, devidamente revisadas, ao e-mail pesquisa.planejamento@icmbio.gov.br até às 23 horas e 59 minutos do dia 22 de janeiro de 2012.

4.2.5 – Aprovação das Propostas

A Comissão de Avaliação Técnico-Científica avaliará as propostas habilitadas segundo os critérios especificados a seguir:

CRITÉRIO	Peso	Nota Máxima
Relevância (2)	5	10
Adequação da metodologia	3	10
Viabilidade técnica e econômica (1)	4	10
Coerência entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronogramas	4	10
Coerência entre Equipe e Atividades Propostas	3	10
Resultados e produtos esperados	3	10
Se é continuidade, avaliação da importância face aos resultados alcançados <u>OU...</u>	2	10
...Se proposta nova, avaliação da potencial importância dos resultados	2	10
Estratégia de divulgação científica entendida como um conjunto de ações para a democratização do conhecimento resultante da pesquisa	1	10
Não-Atendimento às recomendações de Ajuste	-2	10
		250

(1) Primeiro Critério de Desempate

(2) Segundo Critério de Desempate, no caso persista o empate após a consideração do primeiro critério

As propostas serão aprovadas caso obtenham pelo menos 60% da pontuação máxima. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a viabilidade técnica e econômica. Persistindo o empate, o segundo critério de desempate será a Relevância.

4.2.6 – Priorização

A execução das propostas aprovadas estará sujeita a circunstâncias diversas, ligadas à realidade das quatro Coordenações, tais como a expectativa de recursos disponíveis e metas estabelecidas no âmbito da Diretoria, principalmente. Portanto, há a possibilidade de que parte das propostas aprovadas não seja financiada segundo as possibilidades e as prioridades da Administração.

Anexo 4 – Formulário de apresentação de projetos de 2012



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Diretoria de Conservação da Biodiversidade

Formulário II de Apresentação de Projetos para o Exercício de 2012 (parte 1)

1. Unidade Proponente:

2. Selecione na caixa apropriada, o tema em que se enquadra o projeto

D) Implementação de Ações de Conservação Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas

D.1) Nome do Plano de Ação:

E) Pesquisa para o Manejo de Unidades de Conservação

E.1) Subsídios ao manejo de Unidades de Conservação e seu entorno a partir da ampliação do conhecimento sobre as espécies ameaçadas ou com insuficiência de dados ("D.D.")

E.2) Inventários da biodiversidade claramente relacionados às etapas de elaboração, aos produtos e às demandas dos Planos de Manejo, com prioridade para Unidades de Conservação (ou áreas dentro destas) que sejam pouco estudadas

E.3) Avaliação da influência antrópica sobre a biodiversidade de Unidades de Conservação e seu entorno (incêndios, caça, desmatamento, pesca, contaminação etc) e sua interação com ações de manejo

E.4) Práticas de manejo de recursos naturais e organização da produção comunitária com vistas ao uso sustentável em Unidades de Conservação e seu entorno

E.5) Controle de espécies invasoras nas Unidades de Conservação e seu entorno

E.6) Estudos sobre conhecimento ecológico

local/etnoconhecimento nas Unidades de Conservação

E.7) Diagnóstico e Avaliação dos modos de organização e controle social na gestão de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável

E.8) Valoração Econômica dos benefícios ambientais proporcionados por Unidades de Conservação à sociedade

F) Monitoramento da Biodiversidade

F.1) Avaliação da efetividade das UCs para a conservação da biodiversidade, incluindo o uso dos seus recursos

F.2) Avaliação de impactos decorrentes da concessão florestal sobre a biodiversidade

F.3) Avaliação de impactos decorrentes de mudanças climáticas sobre a biodiversidade

F.4) Sistematização de dados do monitoramento

G) Pesquisa e Manejo do Patrimônio Espeleológico

H) Realização de eventos científicos

3. Informações Iniciais sobre o Projeto

3.1. Título do Projeto:

<input type="checkbox"/>	Novo	<input type="checkbox"/>	Continuação
--------------------------	------	--------------------------	-------------

3.2. Palavras-Chave: I) II) III)

4. Responsáveis

	Chefe do Centro ou Unidade de Conservação	Responsável pelo Projeto (coordenador)
Nome:		
e-mail:		
Telefone:		

5. Se você assinalou o tema D (Implementação de Ações Previstas nos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas), transcreva o(s) objetivo(s), a(s) meta(s) e a(s) ação(ões) que o projeto abordará, inclusive com o(s) código(s) da(s) ação(ões) caso existente(s):

Objetivo	Meta	Ação (se necessário, adicione mais linhas)

5.1. Resumo do Projeto (*elaborar texto que permita compreender a questão a ser abordada e ações a serem adotadas; é obrigatório citar as principais referências bibliográficas que embasam as afirmações do texto*):

5.2. Se o projeto for continuação de um anterior, apresente uma síntese de resultados já alcançados (*entende-se como resultados os dados obtidos, análises e interpretações sobre os objetos de estudo e não apenas informações sobre esforço amostral e reuniões realizadas*):

5.3. Se o projeto for continuação de um anterior, quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades? Foram solucionadas? Em caso afirmativo, como?

5.4. Justificativa

Contextualizar o objeto de estudo e/ou atores sociais envolvidos, destacando a forma de envolvimento destes. Evidenciar a importância do projeto para a conservação e gestão sócio-ambiental. Se o projeto for continuação, justifique também porque o projeto deve ser continuado

5.5. Objetivo

5.6. Metodologia (*descreva clara e detalhadamente os procedimentos relativos às atividades a serem desenvolvidas em 2012*)

5.7. Referências Bibliográficas (*insira apenas as referências citadas no projeto*):

5.8. Espécies oficialmente ameaçadas abordadas pelo projeto:

1.

6. Resultados a serem Alcançados (numere os resultados, iniciando por 6.1)

6.1.

7. Produtos Esperados (se necessário, adicione mais linhas) Exemplo de produtos: artigos e outras publicações, relatórios, apresentações em eventos, bancos de dados, formação de recursos humanos, planos de ação, protocolo de procedimentos etc)	Quantidade

8. Participação de Outras Unidades do Instituto (inclusive as Bases mantidas pelos Centros) ou de Instituições Parceiras (se necessário, adicione mais linhas)	Forma de Participação na Execução do Projeto, por exemplo, realização da triagem e identificação de espécimes coletados, análise de dados (ou laboratorial), cessão de infra-estrutura etc.

9. Cronograma de Execução das Atividades (se necessário, adicione mais linhas)		Período de Execução											
Ação (para implementação de ações de planos de ação)	Atividade (para todos os projetos)	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

10. Equipe Técnica (se necessário, adicione mais linhas)

Nome do Participante	Função no Projeto (por exemplo, coordenador, apoio de campo, triagem de material, análise de dados)	Instituição	Tipo de Vínculo com a Instituição (Por exemplo, servidor, estagiário, professor, técnico)

11. Qualificação da Equipe Técnica (copie as células relativas ao Nome dos participantes da tabela acima e cole nesta, fornecendo as demais informações solicitadas. Se necessário, adicione mais linhas)

Nome do Participante	Formação Acadêmica/Titulação (Por exemplo: Biólogo/ Mestre em Ecologia)	Link para o Currículo Lattes, quando pertinente

12. Orçamento e Outras Informações/Cronograma de Desembolso Trimestral: Preencha o arquivo denominado "Temas DEFGH Chamada 2012 DIBIO.xls"

Anexo 5 – formulário de avaliação da primeira etapa de avaliação

Formulário de Avaliação – Primeira etapa

Nome da Unidade:

Título do Projeto:

() novo () continuação

A proposta foi apresentada no formulário?

O Coordenador possui vínculo funcional/empregatício com o ICMBio?

Leia o projeto e verifique se ele corresponde ao tema assinalado. Em caso negativo, o projeto está eliminado da Chamada (exceto se ele puder ser enquadrado em outro tema). Em caso positivo, proceda com a avaliação. O projeto corresponde ao tema assinalado? Se não, poderia ser re-enquadrado em outro tema?

Analise as seguintes questões e, em caso de resposta negativa, explique e forneça recomendações para a melhoria do projeto.

Relevância

São apresentados dados que justifiquem a relevância e prioridade do projeto para o ICMBio?.

Há qualidade científica da proposta?

Quando aplicável, o projeto explora as oportunidades de envolvimento comunitário em uma ou mais ações?.

Adequação da metodologia

Os métodos estão detalhados e descritos com clareza?

Foram apresentadas as referências bibliográficas citadas?

Viabilidade técnica e econômica

O projeto apresenta viabilidade de execução no prazo previsto?

A distribuição dos recursos previstos no projeto está bem dimensionada?

A viabilidade da execução do projeto depende da aquisição dos materiais permanentes solicitados? Existe alguma outra perspectiva de aquisição de equipamentos?

Coerência entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronogramas

O objetivo está claro? Pode ser alcançado?

A metodologia proposta está adequada ao objetivo, cronogramas (execução de atividades e desembolso financeiro) e resultados esperados?

O tempo estipulado para o desenvolvimento das atividades previstas está dimensionado coerentemente?

A forma de envolvimento no projeto de atores sociais/ pessoas/ grupos ou segmentos está bem caracterizada e contextualizada?

O cronograma de execução das atividades apresenta harmonia com o cronograma de

desembolso?

Coerência entre Equipe e Atividades Propostas

Está claro o papel da equipe do ICMBio no projeto?

E o das instituições parceiras?

A formação profissional dos participantes é adequada?

As funções elencadas abarcam todas as atividades a serem executadas?

O número de integrantes da equipe é adequado para a realização do projeto?

Resultados e produtos esperados

Os resultados e produtos contribuem claramente para o manejo ou a conservação?

Os resultados e produtos são compatíveis com o(s) objetivo(s) apresentado(s)?

Se é continuidade, avaliação da importância face aos resultados alcançados

A síntese dos resultados já alcançados reforça/demonstra a importância de continuação do projeto?

As dificuldades/necessidades técnicas enfrentadas no exercício anterior foram suplantadas para a atual execução?

Se proposta nova, avaliação da potencial importância dos resultados

A justificativa apresenta ao leitor argumentação convincente sobre a importância de realização do projeto?

Estratégia de divulgação científica entendida como um conjunto de ações para a democratização do conhecimento resultante da pesquisa

Se executado, o projeto ou os seus resultados poderiam ser descritos em alguma publicação?
Outros comentários e sugestões (adequação do título, do resumo, etc):

Anexo 6 – formulário de avaliação da segunda etapa de avaliação: os avaliadores devem atribuir notas de 0 a 10 a cada critério. Os números se referem aos pesos. As perguntas servem apenas como norte para se compreender o que se quer dizer com os critérios. Com relação às recomendações de ajuste, quanto mais baixa a nota, melhor foi o desempenho do projeto, já que o peso é negativo.

Formulário de Avaliação – Segunda etapa

Nome do arquivo do projeto:

Relevância 5

São apresentados dados que justifiquem a relevância e prioridade do projeto para o ICMBio?.

Há qualidade científica da proposta?

Quando aplicável, o projeto explora as oportunidades de envolvimento comunitário em uma ou mais ações?.

Adequação da metodologia 3

Os métodos estão detalhados e descritos com clareza?

Foram apresentadas as referências bibliográficas citadas?

Viabilidade técnica e econômica 4

O projeto apresenta viabilidade de execução no prazo previsto?

A distribuição dos recursos previstos no projeto está bem dimensionada?

A viabilidade da execução do projeto depende da aquisição dos materiais permanentes solicitados? Existe alguma outra perspectiva de aquisição de equipamentos?

Coerência entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronogramas 7

O objetivo está claro? Pode ser alcançado?

A metodologia proposta está adequada ao objetivo, cronogramas (execução de atividades e desembolso financeiro) e resultados esperados?

O tempo estipulado para o desenvolvimento das atividades previstas está dimensionado coerentemente?

A forma de envolvimento no projeto de atores sociais/ pessoas/ grupos ou segmentos está bem caracterizada e contextualizada?

O cronograma de execução das atividades apresenta harmonia com o cronograma de desembolso?

Coerência entre Equipe e Atividades Propostas 3

Está claro o papel da equipe do ICMBio no projeto?

E o das instituições parceiras?

A formação profissional dos participantes é adequada?

As funções elencadas abarcam todas as atividades a serem executadas?

O número de integrantes da equipe é adequado para a realização do projeto?

Resultados e produtos esperados 8

Os resultados e produtos contribuem claramente para o manejo ou a conservação?

Os resultados e produtos são compatíveis com o(s) objetivo(s) apresentado(s)?

Se é continuidade, avaliação da importância face aos resultados alcançados 2

A síntese dos resultados já alcançados reforça/demonstra a importância de continuação do projeto?

As dificuldades/necessidades técnicas enfrentadas no exercício anterior foram suplantadas para a atual execução? PRETENDE-SE SUPLANTAR A PARTIR DOS RECURSOS A SEREM LIBERADOS PELO PRESENTE PROJETO.

OU: Se proposta nova, avaliação da potencial importância dos resultados 2

A justificativa apresenta ao leitor argumentação convincente sobre a importância de realização do projeto?

Estratégia de divulgação científica entendida como um conjunto de ações para a democratização do conhecimento resultante da pesquisa 7

Se executado, o projeto ou os seus resultados poderiam ser descritos em alguma publicação?

Não atendimento das recomendações de ajuste na primeira etapa de avaliação -2

Anexo 7: Formulário do Relatório de Execução Anual

	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL
---	---

Título do projeto:		
Unidade:		
Endereço:		Telefone:
Coordenador (a) do projeto:		
Assinatura do responsável pela unidade executora:	Assinatura do coordenador técnico:	Data:
O projeto foi concluído? ()s ()n		

O corpo deste relatório deve ter no mínimo 6 páginas e no máximo 30 páginas. Não existe limite de linhas para cada item do relatório, mas todos os itens devem ser preenchidos, com exceção de tabelas cujo conteúdo não tenha relação com o que foi estudado.

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

1. DESCREVER OS RESULTADOS OBTIDOS PARA TODOS OS ITENS ESTABELECIDOS NO PROJETO SEGUINDO A MESMA ORDEM DESCRITA NA PROPOSTA.

Atenção: este é um relatório de resultados, e não de atividades.

No entanto, é importante relacionar atividades importantes para a avaliação dos resultados alcançados. P.ex. "Foram realizadas duas expedições de 10 dias, com censos diários realizados por 8 dias consecutivos a cada expedição...", ou "Promoveu-se uma discussão sobre os propósitos do estudo e os métodos a serem empregados junto aos representantes do conselho da unidade, que aprovou a abordagem mas sugeriu as seguintes alterações....."

1.1 Preencher as tabelas abaixo, quando forem aplicáveis ao projeto.

Tabela 1. Unidades do ICMBio envolvidas no projeto (que efetivamente participaram dos trabalhos, e não as listadas originalmente).

Unidade do ICMBio	Forma de envolvimento	
	A equipe participou do projeto – relatar forma de participação	Foi local da pesquisa

Ou, não há outras unidades envolvidas ().

Tabela 2. Outras instituições envolvidas no projeto (as que efetivamente participaram dos trabalhos, e não as listadas originalmente).

Instituição / UF	Forma de envolvimento		
	Parte da equipe (S/N)	Recursos (S/N e especificar se financeiros, estrutura, logística)	Outros (descrever)

Ou, não há outras instituições envolvidas ().

Tabela 3. Localização geográfica dos trabalhos de campo

Caso já tenha sido preenchido o relatório do SISBIO para este projeto, será aceita cópia do mesmo com as informações da tabela 3, que deve ser anexada ao fim deste documento

Localidade	Se for dentro de UC, indique qual	Bacia hidrográfica	Coordenadas geográficas (em graus)

Ou, não houve trabalho de campo ().

Tabela 4. Espécies estudadas e localidades onde foram capturadas, observadas, coletadas.

Caso já tenha sido preenchido o relatório do SISBIO para este projeto, será aceita cópia do mesmo com as informações da tabela 4, que deve ser anexada ao fim deste documento

Espécie	Família	Localidade (usar nomes na tabela acima)	Coordenadas geográficas (em graus)

Ou, o estudo não envolveu teve espécies como alvo / objeto ().

Tabela 5. Grupos sociais envolvidos nos estudos.

Grupo/ comunidade/ ou outro descritor	Breve descrição	Localização (nomes) – se for dentro de UC indique qual (is)	Coordenadas geográficas da localidade (em graus)

Ou, não houve envolvimento explícito de grupos sociais ().

1.2 Apresente os resultados alcançados, com todas as análises. Insira gráficos, mapas e imagens.

2. DISCUTA OS RESULTADOS E DESCREVA AS CONCLUSÕES DO PROJETO.

3. COPIE E COLE DO RELATÓRIO DO SISBIO CADA UMA DAS RESPOSTAS A ESTES TRÊS ITENS (OU REDIJA-AS SE O RELATÓRIO AINDA NÃO FOI APRESENTADO):

3.1 Recomendações ao manejo/gestão da unidade de conservação federal ou à proteção das espécies, como também à(s) cavidade(s) subterrânea(s) (se houver).

3.2 Em caso de pesquisa socioambiental, cite as informações relevantes para a gestão da unidade de conservação ou para as formas de organização comunitária.

3.3 Em caso de pesquisa socioambiental, informe se houve retorno dos resultados obtidos para as comunidades envolvidas. Em caso positivo, especificar.

4. DESCREVER O IMPACTO CONCRETO OBTIDO POR ESTE PROJETO PARA ENTENDIMENTO E CONSERVAÇÃO DO OBJETO DESTA PROPOSTA E PRÓXIMOS PASSOS PLANEJADOS PARA A CONTINUIDADE DOS ESFORÇOS DE CONSERVAÇÃO CONDUZIDOS AO LONGO DESTE PROJETO. Estamos interessados em saber se o projeto desencadeou mudanças na realidade que se sustentarão após o término do projeto e quais esforços do autor, de sua equipe e dos parceiros foram viabilizados a partir do término do projeto. Reflexões do tipo, "as informações geradas neste projeto poderão ser utilizadas pelos órgãos competentes para elaboração do plano de manejo, etc", **são desnecessárias.** Favor informar nos casos em que não haja intenção de continuidade dos esforços.

<p>Encaminhamento dos produtos: Especifique abaixo de que forma os produtos gerados pelo projeto foram incorporados em instrumentos de gestão e tomadas de decisão.</p>

6. AUTORIZA A DIVULGAÇÃO DAS FOTOS INSERIDAS NESTE RELATÓRIO? () S () N () PARCIALMENTE. INFORME O NÚMERO DAS FOTOS QUE PODEMOS DIVULGAR:

7. PARA PREENCHIMENTO PELA DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE:		
Total de recursos solicitados		
Investimentos solicitados		
Total de recursos aprovados, sem investimento		
Total de recursos executados		
% executado/ aprovado		
% executado/ solicitado		
Analisado por:	Data: / /	Visto:

8. PARECER DA DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE:		
Analisado por:	Data: / /	Visto:

Anexo 8: Unidades do ICMBio parceiras nos projetos, indicando quais, dentre as parceiras foram locais de estudo

Unidade	Foi local de estudo?
1. Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	sim
2. Área de Proteção Ambiental de Ibirapuitã	sim
3. Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnalíba	sim
4. Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia/ICMBio	sim
5. Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira	sim
6. Estação Ecológica da Guanabara	sim
7. Estação Ecológica de Aracuri	sim
8. Estação Ecológica de Taiamã	sim
9. Estação Ecológica Guaraqueçaba	sim
10. Estação Ecológica Maracá	sim
11. Estação Ecológica Niquiá	sim
12. Estação Ecológica Raso da Catarina	sim
13. Floresta Nacional de Itaituba II	sim
14. Floresta Nacional de Passo Fundo	sim
15. Floresta Nacional de São Francisco	sim
16. Floresta Nacional de Tefé/AM	sim
17. Floresta Nacional do Macauã	sim
18. Floresta Nacional do Purus	sim
19. Parque Nacional Catimbau	sim
20. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	sim
21. Parque Nacional da Amazônia	sim
22. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	sim
23. Parque Nacional da Serra da Canastra	sim
24. Parque Nacional de Ilha Grande	sim
25. Parque Nacional de São Joaquim	sim
26. Parque Nacional do Jamanxim	sim
27. Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	sim
28. Parque Nacional do Viruá	sim
29. Parque Nacional Iguaçu	sim
30. Parque Nacional Ilha Grande	sim
31. Parque Nacional Mapinguari	sim
32. Parque Nacional Serra do Cipó	sim
33. Parque Nacional Superagui	sim
34. Refúgio de Vida Silvestre de Una	sim
35. Reserva Biológica da Contagem	sim
36. Reserva Biológica de Arvoredo	sim
37. Reserva Biológica de Guaporé	sim

38. Reserva Biológica de Gurupi	sim
39. Reserva Biológica de Saltinho	sim
40. Reserva Biológica do Lago Piratuba	sim
41. Reserva Extrativista Chapada Limpa	sim
42. Reserva Extrativista Cuniã	sim
43. Reserva Extrativista do Alto Tarauacá	sim
44. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema	sim
45. ACADEBIO	
46. Área de Proteção Ambiental Guapimirim	
47. Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas de Queimada Grande e Queimada Pequena/SP	
48. CECAT	
49. CENAP	
50. CEPERG	
51. COAPE/CGPEQ/DIBIO	
52. Coordenação de Autorização e Informação em Biodiversidade (COINF)	
53. Coordenação de Mosaicos e Corredores	
54. COPAN/DIBIO/DF	
55. CPB	
56. CR 1	
57. CR 10	
58. CR 2	
59. CR 3	
60. Estação Ecológica da Mata Preta	
61. Estação Ecológica Juami-Japurá/AM	
62. Estação Ecológica Jutai-Solimões	
63. Estação Ecológica Terra do Meio (PA)	
64. Estação Ecológica Tupinambás/SP	
65. Estação Ecológica Tupiniquins/SP	
66. Floresta Nacional Contendas do Sincorá	
67. Floresta Nacional de Ipanema	
68. Floresta Nacional do Amapá/AP	
69. Floresta Nacional do Iburá	
70. Floresta Nacional do Iquiri	
71. Floresta Nacional do Jamari	
72. Floresta Nacional Saracá-Taquera/PA	
73. Parque Nacional Cabo Orange/AP	
74. Parque Nacional da Chapada Diamantina	
75. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	
76. Parque Nacional da Serra da Bocaina	
77. Parque Nacional do Araguaia/TO	
78. Parque Nacional do Juruena	
79. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	
80. Parque Nacional Nascentes do Lago Jari	

81. Parque Nacional Serra da Cutia/RO	
82. Parque Nacional Serra da Mocidade/RR	
83. Parque Nacional Serra do Divisor/AC	
84. RAN	
85. Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas	
86. Reserva Biológica do Abufari	
87. Reserva Biológica Guaribas	
88. Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo	
89. Reserva Biológica Trombetas/PA	
90. Reserva Extrativista Baixo Juruá/AM	
91. Reserva Extrativista Barreiro das Antas	
92. Reserva Extrativista Cajari/AP	
93. Reserva Extrativista do Lago Capanã Grande	
94. Reserva Extrativista do Rio Xingu	
95. Reserva Extrativista Lago do Cedro	
96. UAAF-RJ	

Anexo 9 – Instituições parceiras

1. Apa Serra do Cabral
2. AQUASIS
3. Associação de Seringueiros e Agricultores da Resex Alto Tarauacá – ASAREAT
4. Associação Mico Leão Dourado
5. BIOPRESERVAÇÃO
6. Biotrópicos
7. CANAL 7 TV
8. Centro de Proteção Ambiental da ELETRONORTE
9. Centro Federal de Educação Tecnológica - RJ
10. Centro Regional de Energia Nuclear
11. Centro Universitário de Brasília
12. Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO
13. Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO
14. Colônia de Pescadores de Barcelos/AM
15. Companhia Energética de São Paulo - CESP Paraibuna
16. Concessionária Rio-Teresópolis/RJ (CRT)
17. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
18. Conservação Internacional
19. Cooperafloresta
20. Cooperativa de Pescadoras e pescadores de Onamentais do rio Negro - ORNAPESCA/AM
21. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
22. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG
23. Escola de Artes Visuais do Parque Lage
24. Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE
25. Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM / AM
26. Faculdades Integradas do Tapajós
27. Faculdades São Lucas
28. Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - FUNCESI
29. Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima – FEMACT / RR
30. Fundação Pró-Tamar
31. Fundação S.O.S Mata Atlântica/SP
32. Grupo Ambientalista de Palmeiras (Bahia)
33. Grupo de Espeleologia Centro da Terra (Sergipe)
34. Grupo Mundo Subterrâneo de Espeleologia (GMSE - Paripiranga/BA)
35. Grupo Tubarão
36. IBR
37. INDEX
38. Instituto Biotrópicos
39. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
40. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
41. Instituto Brasília Ambiental - IBRAM
42. Instituto Butantã

43. Instituto de Botânica - SP
44. Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Baha - IESB
45. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
46. Instituto Estadual de Florestas - MG
47. Instituto Estadual do Ambiente - INEA-RJ
48. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
49. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF/RJ
50. Instituto Federal de São Paulo
51. Instituto Mamirauá
52. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
53. Instituto Neotropical de Pesquisa e Conservação
54. Instituto Pró-Carnívoros/SP
55. Instituto Vital Brasil/RJ
56. Kirwane Desenvolvimento Integral
57. Museu Paraense Emílio Goeldi
58. PADRÃO ÁGUIAS DA AVENTURA OBJETIVA
59. Parque Estadual Serra Do Cabral
60. Pontifícia Universidade Católica - PUC-MG
61. Pontifícia Universidade Católica PUC-RJ
62. Pontifícia Universidade Católica PUC-RS
63. Prefeitura de Boca do Acre, AM
64. Prefeitura de Diamantina, MG
65. Pri-Matas
66. Projeto Fauna Viva/CRT - RJ
67. Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia (AquaBio/MMA)
68. Projeto Piabanha / RJ
69. Refúgio Ecológico Caiman
70. REGUA
71. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social do Amazonas
72. Secretaria de Produção de Barcelos/AM
73. Secretaria de Produção Rural do Amazonas - SEPA/SEPROR/AM
74. Secretaria do Meio Ambiente - SEMA/RS
75. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - Semarh -GO
76. Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/AM
77. Serviço Florestal Brasileiro - SFB
78. Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM
79. STCP Engenharia de Projetos LTDA
80. Universidad Nacional de Córdoba/Argentina
81. Universidade Católica de Brasília
82. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ
83. Universidade de Blumenau - FURB
84. Universidade de Brasília - UnB
85. Universidade de Provence
86. Universidade de São Paulo - USP
87. Universidade de Taubaté - UNITAU
88. Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
89. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

90. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
91. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
92. Universidade Estadual de Goiás - UEG
93. Universidade Estadual de Maringá
94. Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
95. Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
96. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
97. Universidade Estadual Paulista - UNESP
98. Universidade Federal da Bahia - UFBA
99. Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
100. Universidade Federal de Goiás - UFG
101. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
102. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS
103. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
104. Universidade Federal de Rondônia - UNIR
105. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
106. Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
107. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
108. Universidade Federal de Sergipe/SE
109. Universidade Federal de Viçosa
110. Universidade Federal do ABC - UFABC
111. Universidade Federal do Acre - UFAC
112. Universidade Federal do Amapá - UFAP
113. Universidade Federal do Amazonas - UFAM
114. Universidade Federal do Maranhão - UFMA
115. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- UFMS
116. Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
117. Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
118. Universidade Federal do Pará - UFPA
119. Universidade Federal do Paraná - UFPR
120. Universidade Federal do Piauí - UFPI
121. Universidade Federal do Recôncavo Baiano -UFRB
122. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
123. Universidade Federal do Rio Grande - FURG
124. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
125. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
126. Universidade Federal do Tocantins - UFT
127. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
128. Universidade Federal Fluminense - UFF
129. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
130. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
131. Universidade Norte do Paraná - UNOPAR
132. Universidade São Judas Tadeu
133. Universidade Tecnológica Federal do Paraná
134. Universidade Tuiuti do Paraná
135. Universidade Veiga de Almeida - UVA
136. Wildlife Conservation Society – WCS
137. Zôo São Paulo/SP